

**Alana de Souza Corrêa**

**Homoparentalidade masculina:  
experiências de pais homossexuais**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro,  
Março de 2021



**Alana de Souza Corrêa**

**Homoparentalidade masculina:  
experiências de pais homossexuais**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Andrea Seixas Magalhães**  
Orientadora  
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Rebeca Nonato Machado**  
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Celia Regina Henriques**  
Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Alana de Souza Corrêa**

Graduou-se em Psicologia (2018) pela UFF (Universidade Federal Fluminense), obtendo os títulos de Psicóloga e de Bacharel em Psicologia. Atualmente dedica-se à clínica psicológica.

#### Ficha Catalográfica

Corrêa, Alana de Souza

Homoparentalidade masculina : experiências de pais homossexuais / Alana de Souza Corrêa ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2021.

124 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Homoparentalidade. 3. Pais. 4. Família. 5. Cuidados parentais. 6. Heteronormatividade. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

À minha avó, Shirley Saldanha, que sempre acreditou em  
mim e abraçou meus sonhos.

Lamento que não esteja presente para acompanhar mais  
essa conquista.

Mais um degrau se foi e um dia serei doutora, como  
sempre me disse que eu seria!

Ao meu irmão, Hallan, que mesmo nos momentos mais  
difíceis confiou em mim e muitas vezes abriu mão das  
próprias necessidades para me ajudar. Te amo!

## Agradecimentos

À Deus e ao Universo, por todas as oportunidades proporcionadas a mim. Por diante das dificuldades me dar suporte para seguir em frente e por me permitir encontrar, ao longo da caminhada, pessoas repletas de luz e ensinamentos.

À minha orientadora, Andrea Seixas Magalhães, pelos ensinamentos, pela escuta atenta e dedicada, por ter confiado em mim, principalmente nos momentos mais difíceis e por todo o suporte e investimento.

À minha coorientadora, Mayla Cosmo, que mesmo realizando diversas atividades e enfrentando momentos difíceis no hospital por conta da pandemia, esteve sempre muito disponível para me ajudar com dedicação e carinho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelo auxílio e financiamento concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria sido realizada.

Aos meus avós, Shirley e Ayrton, por não terem medido esforços quando se tratava de mim. Por terem me ensinado a ser forte e gentil; por terem me doado tanto carinho e terem me proporcionado a experiência de conhecer o amor em sua forma mais pura. Obrigada por terem sido minha base e por terem me ajudado a chegar até aqui. Sem vocês não seria nem metade do que sou.

À minha mãe, que não desistiu mesmo quando teve inúmeros motivos. Obrigada pela compreensão, cuidado, incentivo e dedicação. Obrigada por sempre abraçar os meus sonhos e principalmente por permitir que eu trilhe meus próprios caminhos.

Ao meu irmão, pela nossa parceria e amizade. Por ser uma continuação da minha existência. Por dividir comigo a vida. Por sempre se preocupar e oferecer seu melhor à mim. Por todos os carinhos e demonstrações de amor que me fizeram seguir em frente, por nós.

À minha amiga Maryana, que abriu as portas de sua casa para mim, me ajudando a tornar esse sonho realidade.

À minha amiga Evelyn, que sempre esteve presente, também me recebendo em sua casa e trazendo leveza e inspiração aos meus dias.

À minha amiga Evelyn, que sempre esteve presente, também me recebendo em

sua casa e trazendo leveza e inspiração aos meus dias.

Aos amigos que fiz durante a graduação, em especial Júlia, Isadora e Felipe, que estiveram presentes quando possível e torcendo pelo meu sucesso à distância.

Aos meus amigos Gui, Gabriel, Kaio, Isa e Nathan, que me acolheram com tanto amor e carinho, dividiram a vida no Rio de Janeiro e foram “casa” quando eu mais precisei. Obrigada pela amizade, pela disponibilidade, pela troca de conhecimento e pelos momentos de diversão. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse seguir me reconstruindo, me reinventando e buscando sempre ser a minha melhor versão. Aprendi e aprendo muito com vocês, ensinamentos para a profissão e para a vida. Cada momento que vivemos juntos foi essencial para o meu crescimento e (trans)formação. Somos família.

Ao meu amigo Gui, uma das pessoas mais incríveis que já conheci nessa vida. Obrigada por mesmo distante se fazer tão presente. Obrigada por tanto carinho e cuidado. Por todas as nossas reflexões, pela escuta atenta, incentivo, horas de ligação e por sempre acreditar em mim, até nos momentos em que nem eu mesma acreditei. Como sempre digo, obrigada por dividir a casa e a comida. Serei eternamente grata por ter o privilégio de caminhar ao seu lado nessa vida.

À todas as pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer e conviver durante o tempo em que morei na república. Sou muito grata por esses encontros.

Ao Jean e à Lorraine, que em tão pouco tempo se tornaram tão especiais. Obrigada pelo acolhimento, pelos momentos compartilhados e pelas conversas. Como sempre falo ao Jean, os iguais se reconhecem e nada atrapalharia nossa amizade.

Ao grupo de pesquisa que sempre me acolheu e me fez refletir durante esse processo. Por ter sido potente, cuidadoso e sensível. Por ter me ensinado tanto.

Às pessoas que passaram pela minha caminhada e que me ajudaram, direta ou indiretamente, a encerrar mais este ciclo. Aos que me dedicaram atenção; que me fizeram acreditar diante dos momentos difíceis; que com palavras de carinho me acalmaram muitas vezes e não me deixaram desistir; que se preocuparam em fazer meu dia mais feliz na reta final e que me motivaram a buscar sempre o melhor.

Aos participantes desta pesquisa, que com tanto carinho compartilharam suas

experiências comigo; que se emocionaram ao relembrar os desafios vivenciados e as conquistas que tiveram até aqui. A força e coragem que me passaram é sem igual. Obrigada por nunca desistirem e por acreditarem em um mundo onde seja possível amar sem medo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001

## Resumo

Corrêa, Alana de Souza; Magalhães, Andrea Seixas. **Homoparentalidade masculina: experiências de pais homossexuais**. Rio de Janeiro, 2021. 124p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A família, ao longo do tempo, vem sofrendo modificações decorrentes do contexto social e cultural, adaptando-se às novas realidades advindas, por exemplo, da diversidade de costumes e das descobertas científicas recentes, que influenciaram diretamente seu modo de estruturação e funcionamento. Desse modo, a contemporaneidade proporcionou visibilidade a inúmeras configurações familiares, dentre elas a homoparental, que é atravessada pelos estigmas sociais que recaem sobre os homossexuais, gerando desafios para o exercício da parentalidade. Esta dissertação tem como objetivo geral investigar o exercício da parentalidade nas famílias homoparentais masculinas. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa de pesquisa. Foram entrevistados 10 homens cisgêneros homossexuais, que não possuem filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores. A partir da análise do material discursivo das entrevistas realizadas com os participantes, emergiram cinco categorias: *Desejo de ser pai; Privilegiando a adoção; Conversando sobre a homoparentalidade com os filhos; Atravessamentos da heteronormatividade; e Valorização da rede de apoio*. A categoria *Desejo de ser pai* deu origem à subcategoria *Desconstruindo o filho imaginado* e a categoria *Atravessamentos da heteronormatividade* originou as subcategorias *Vivências de preconceito* e *Compartilhamento dos cuidados parentais*. Constatou-se que essas famílias vivenciam desafios para realizar os cuidados dos seus filhos em ambientes públicos, como por exemplo, a ausência de espaços adequados para higienização. A principal via escolhida para concretização do projeto parental por estes casais foi a adoção, com ampla flexibilidade em relação ao perfil do filho a ser adotado. Além disso, estas famílias consideram possuir uma rede de apoio consistente e promotora de suporte; formada principalmente pela família de origem e por amigos. Pôde-se concluir que o exercício da parentalidade por famílias homoparentais masculinas é atravessado por padrões heteronormativos de relação, gerando vivências de preconceito e interferência na organização dos cuidados parentais.



## **Palavras-chave**

Homoparentalidade; pais; família; cuidados parentais; heteronormatividade

## Abstract

Corrêa, Alana de Souza; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **Male homoparenting: experiences of homosexual parents.** Rio de Janeiro, 2021. 124p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The family, over time, has undergone changes resulting from the social and cultural context, adapting to the new realities arising, for example, from the diversity of customs and recent scientific discoveries, which directly influenced its way of structuring and functioning. Thus, contemporaneity provided visibility to the countless family configurations, among them the homoparental, which is crossed by the social stigmas that fall on homosexuals, generating challenges for the exercise of parenting. This dissertation aims to investigate the exercise of parenting in male homoparental. For this, the qualitative research methodology was used. Ten homosexual cisgender men who don't have children from previous heterosexual relationships, were interviewed. From the analysis of the discursive material of the interviews conducted with the participants, five categories emerged: *Desire to be a father*; *Focusing on adoption*; *Talking about homoparenthood with the children*; *Crossings of heteronormativity*; and *Valorization of the support network*. The category *Desire to be a father* gave rise to the subcategory *Deconstructing the imagined child* and the category *Crossings of heteronormativity* originated the subcategories *Experiences of prejudice* and *Sharing of parental care*. It was found that these families experience challenges to perform the care of their children in public environments, such as the absence of adequate spaces for hygiene. The main route chosen to implement the parental project by these couples was adoption, with wide flexibility in relation to the profile of the child to be adopted. Moreover, it was concluded that, despite the distancing of some family members and the search for autonomy in the care of children, these families consider have a consistent support network and support promoter; formed mainly by the family of origin and friends. It was concluded that the exercise of parenting by male homoparental families is crossed by heteronormative patterns of relationship, generating experiences of prejudice and interfering in the organization of parental care.

## **Keywords**

Homoparenting; parents; family; parental care; heteronormativity

## Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
2 PARENTALIDADE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	17
2.1 Modificações na estrutura familiar: da família medieval à contemporânea	18
2.2 A parentalidade na contemporaneidade: novas formas de cuidado	26
2.3 Parentalidade adotiva	31
2.4 Rede de apoio social na família contemporânea	37
3 FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS: UMA CONFIGURAÇÃO POSSÍVEL	44
3.1 Homoparentalidade: um direito conquistado	44
3.2 Conhecendo os protagonistas: breve histórico da homossexualidade	48
3.3 Projeto parental em casais homoafetivos	56
3.4 Especificidades da família homoparental	63
4 A PESQUISA	70
4.1 OBJETIVOS	70
4.2 MÉTODO	70
4.2.1 Participantes	70
4.2.2 Instrumentos	72
4.2.3 Procedimentos	72
4.2.4 Cuidados Éticos	73
4.2.5 Análise dos dados	73
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
4.3.1 Desejo de ser pai	74
4.3.1.1 Desconstruindo o filho imaginado	77
4.3.2 Privilegiando a adoção	79
4.3.3 Conversando sobre a homoparentalidade com os filhos	84
4.3.4 Atravessamentos da heteronormatividade	89
4.3.4.1 Vivências de Preconceito	90
4.3.4.2 Compartilhamento dos cuidados parentais	94
4.3.5 Valorização da Rede de Apoio	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
Anexo I	119

## **Sumário**

Anexo II

120

Anexo III

121

*Embora todo mundo acredite saber o  
que é uma família, é curioso  
constatar que por mais vital,  
essencial e aparentemente universal  
que a instituição família possas,  
não existe para ela, como é também  
o caso do casamento, uma definição  
rigorosa  
(Françoise Héritier)*

*“a gente ficou muito chateado com a reação do meu pai.  
Mas eu pensei: o amor vai vencer.  
O amor sempre vence.”  
(João Paulo)*

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos cinco anos de graduação, me interessei por diversos temas de pesquisa. Entretanto, nos anos finais, o desejo por aprofundar meus conhecimentos sobre temas como família, sexualidade e gênero se tornaram cada vez mais evidentes. Dentre as opções de tema para minha monografia, na época da graduação, escolhi me debruçar sobre a universalidade do complexo de Édipo tomando como cenário a família contemporânea. Desde muito pequena desenvolvi afetos pelo universo LGBTI+ e após a conclusão da graduação, comecei a considerar a possibilidade de estudar academicamente sobre meus afetos. Minha inserção no mestrado da PUC-Rio, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, tornou real este desejo. Após a escuta cuidadosa e atenta do grupo de pesquisa e as reflexões promovidas a cada encontro, pude compreender meu desejo em pesquisar sobre o exercício da parentalidade em famílias formadas por casais homoafetivos masculinos, buscando investigar os desafios que os pais homossexuais enfrentam em uma sociedade regida pela heteronormatividade.

A família, desde a antiguidade, sempre representou um meio de segurança para o homem, desempenhando papel fundamental para o seu desenvolvimento e estabelecendo o modo com que cada um se relaciona com o meio em que vive e com as pessoas ao seu redor. Alguns fatores, ao longo do tempo, promoveram modificações que influenciam diretamente a vida doméstica e o modo de estruturação e funcionamento da família.

Nessa medida, as modificações que a instituição familiar vem sofrendo ao longo do tempo trouxeram à tona uma diversidade de configurações familiares, que até então eram invisibilizadas por conta do predomínio do modelo patriarcal. A partir da década de 1960, houve um aumento do número de pessoas homossexuais buscando reconhecimento social para o exercício da parentalidade (Martinez, 2013). Após anos de luta e direitos negados, garantiu-se o direito à parentalidade aos homossexuais, estigmatizados e discriminados em uma sociedade que segue a heteronormatividade como modelo de relação. A homoparentalidade, foco deste trabalho, é definida como sendo composta por pessoas homossexuais, casadas ou não, que se responsabilizam pelos cuidados com pelo menos uma criança (Silva & Uziel, 2011).

A homoparentalidade passou a ser reconhecida como configuração familiar

na contemporaneidade, contribuindo para a garantia dos direitos dos homossexuais referentes à parentalidade. Contudo, muitas críticas permanecem presentes na sociedade, girando em torno da sexualidade dos pais e de como esta poderia influenciar o exercício da parentalidade. A reprodução e perpetuação desses preconceitos, relacionados à visão negativa da sociedade em relação à homossexualidade, produzem desafios para a parentalidade homoafetiva, influenciando no modo como estas famílias se inserem no meio social.

Tendo em vista a propagação dos desafios enfrentados pela população LGBTI+ no âmbito familiar e a maior visibilidade das famílias homoparentais nos dias de hoje, esta pesquisa torna-se relevante pela importância de compreender melhor os desafios e especificidades desta configuração familiar. Com essa investigação, pretende-se oferecer subsídios à prática clínica, contribuir com a produção de conhecimento, que apresenta certa escassez de estudos, sobretudo quando se trata de casais homoafetivos masculinos e favorecer a inclusão destas famílias na sociedade.

A partir dessa realidade, este estudo tem como objetivo geral investigar o exercício da parentalidade nas famílias homoafetivas masculinas. Para tanto, foram realizadas entrevistas com homens cisgêneros homossexuais cuja concretização do desejo de ser pai se deu em um contexto de relacionamentos homoafetivos, pois acredita-se que a filiação a partir de relacionamentos heterossexuais anteriores possui especificidades próprias.

Dessa forma, no primeiro capítulo, traçaremos um percurso histórico a respeito das mudanças ocorridas na estrutura familiar, pontuando aspectos relevantes para o surgimento de novas configurações familiares na contemporaneidade. Trataremos também da parentalidade, buscando entender a relação entre funções parentais e gênero. Serão abordadas algumas particularidades referentes à parentalidade adotiva, posto que esta foi a via privilegiada pelos participantes para se tornarem pais. Ao final deste capítulo serão exploradas algumas ideias sobre a importância das redes de apoio e o papel de suporte oferecido por elas.

O segundo capítulo irá explanar sobre a homoparentalidade, realizando uma conceitualização desta configuração. Faz-se necessário, também, realizar um breve histórico sobre a homossexualidade com o objetivo de entender as origens dos estigmas sociais que recaem sobre as famílias homoparentais. Posteriormente



abordaremos o projeto parental adotado por estas famílias e encerraremos este capítulo apontando algumas especificidades desta configuração.

Em seguida será apresentada a pesquisa de campo e o método utilizado para realização das entrevistas. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temático-categorial (Bardin, 2015), fazendo emergir categorias que serão discutidas posteriormente. Por fim, apresentaremos as conclusões do presente trabalho, tecendo considerações sobre a relevância dos resultados encontrados e pontuando algumas limitações encontradas ao longo da pesquisa.

## 2 PARENTALIDADE NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A família é reconhecida como o primeiro lugar de cuidado; o meio que conecta os indivíduos e a sociedade; lugar que oferece segurança e conforto para estar no mundo através da qual o ser se constitui psiquicamente. Ao longo do tempo, a família sofreu o impacto de diversas e profundas modificações observadas no campo político, econômico, social e cultural, que promoveram, por sua vez, uma reestruturação familiar, relacionada à sua composição, ao modo com que seus membros se relacionam e às normas de sociabilidade, o que marca seu caráter dinâmico (Silva, Uziel & Hernández, 2013).

A família se constrói socialmente, fato que a torna mutável e faz emergir diversas formas de concebê-la, bem como múltiplas definições. Para Lévi-Strauss (1972), a família é vista como um grupo social originado no casamento, constituído por marido, esposa e os filhos provenientes dessa união. Segundo ele, a família se configura a partir das relações de aliança entre o casal, de filiação e de consanguinidade. Para Minuchin (1982), a família é uma unidade social cujos membros interagem entre si e com o ambiente, o que influencia diretamente seu desenvolvimento psicossocial. Roudinesco (2003) aponta o paradoxo que envolve a família nos dias atuais. Segundo ela, ao mesmo tempo em que a família se encontra em “desordem”, permanece sendo vislumbrada e desejada por todos os indivíduos independente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou faixa etária. Pode ser concebida como filtro por meio do qual se apreende o mundo e se constrói internamente e externamente, permitindo o desenvolvimento e dando sentido às experiências vivenciadas (Sarti, 2004). É o lugar em que se origina a intersubjetividade que funda a vida psíquica e permite sua transmissão entre gerações (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004), sendo entendida também como mediadora entre indivíduo e sociedade (Henriques, Féres-Carneiro & Magalhães, 2006).

Neste capítulo abordaremos, inicialmente, as modificações ocorridas na estrutura familiar, apontando as características que possibilitaram o surgimento de novas configurações familiares na contemporaneidade, dentre elas, a família homoparental, foco deste trabalho. Posteriormente trataremos da parentalidade, buscando entender a relação entre funções parentais e gênero, bem como o binarismo imposto a partir desta relação, objetivando promover uma problematização acerca dos papéis e representações sociais. Discorreremos

também sobre algumas especificidades da parentalidade adotiva, visto que esta foi a via de acesso privilegiada pelos participantes desta pesquisa para concretizar o projeto parental. Ao final, serão explanadas ideias sobre as redes de apoio social e o papel de suporte fornecido por elas.

## **2.1 Modificações na estrutura familiar: da família medieval à contemporânea**

O contexto social, a época e a cultura são fatores que variam ao longo do tempo, promovendo modificações que influenciam diretamente a vida doméstica e o modo de configuração e funcionamento da família, a qual apresenta características específicas de acordo com determinados períodos históricos. Deste modo, será realizada uma breve cronologia, com o intuito de resgatar as principais mudanças ocorridas no meio familiar, partindo da Idade Média até a Contemporaneidade, a fim de compreender seu processo de construção e apontar os fatores que permitiram a emergência da diversidade de configurações existentes nos dias atuais.

As características da Idade Média, período que se estendeu do século V ao XV, influenciaram diretamente o modelo de família existente à época. A implantação da estrutura feudal e o desenvolvimento do comércio e das cidades são alguns dos acontecimentos importantes que agiram diretamente sobre as relações econômicas, políticas e sociais deste tempo (Ariès, 1981). A família medieval, correspondente a esse período histórico, possuía como particularidade o desejo de preservação da linhagem, que levava em conta a importância dos laços sanguíneos e a descendência de um mesmo ancestral em detrimento dos laços formados a partir da coabitação e intimidade. Durante este período, as uniões tinham como base o interesse político e econômico, visando à manutenção das riquezas e da condição social dos indivíduos, bem como a transmissão do nome por meio de casamentos entre membros da mesma família (Ariès, 1981; Campos & Matta, 2007; Roudinesco, 2003). Havia também a prevalência do poder patriarcal, sob o qual mulher, filhos, propriedades e escravos eram submetidos à autoridade e poder, praticamente incontestáveis, do pai. Nesse momento a mulher era estritamente associada à reprodução (Ariès, 1981; Roudinesco, 2003; Ozório, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

No decorrer da Idade Média não havia separação entre espaço público e privado e a casa pertencia à família extensa, formada pelos pais, seus filhos,

parentes, servos, aprendizes ecriadados, o que promovia uma formação populosa e um ambiente menos propício à intimidade. A coabitação dessas duas esferas no espaço da casa ocorria devido à ausência de locais exclusivos para realizar negociações e tratar de assuntos relacionados ao trabalho, não havendo distinções entre locais profissionais e familiares (Ariès, 1981; Campos & Matta, 2007). A vida era considerada pública e a sociedade participava da intimidade do casal. A sexualidade era tratada de forma explícita e havia o costume de associar crianças às brincadeiras sexuais dos adultos, o que marcava a ausência de reservas em relação a elas. Era considerado natural realizar gestos e entrar em contato com os órgãos sexuais infantis, e esse comportamento só passava a ser proibido quando as crianças atingiam a puberdade (Ariès, 1981).

Durante muito tempo as crianças foram tratadas como pequenos adultos por conta da inexistência de uma concepção específica de infância e, como a preocupação girava em torno da manutenção da linhagem, reforçava-se um cenário em que não havia muita proximidade entre pais e filhos. Devido às altas taxas de mortalidade infantil era necessário gerar muitas crianças para conservar apenas algumas, o que refletia também falta de controle da natalidade. A educação escolar nesta época era limitada a certos grupos como, por exemplo, o clero e, como consequência, as crianças, em sua maioria, eram enviadas desde muito cedo a outras casas para aprender um ofício e realizar serviços domésticos, o que promovia o isolamento precoce de seu ambiente familiar. Esse movimento provocava uma realidade menos sentimental e mais social na família da época, marcando a ausência do sentimento de infância, que se relaciona com o conhecimento das especificidades infantis, e impulsionando os sujeitos a ingressarem na vida adulta precocemente (Ariès, 1981; Campos & Matta, 2007).

Com a transição da Idade Média para a Idade Moderna, que se deu principalmente com a crise do feudalismo, algumas modificações na esfera familiar tiveram destaque. Houve, na Idade Moderna, período compreendido entre os séculos XV e XVIII, um declínio da linhagem, a qual deixou de ser o aspecto que unia a família. Havia ainda prevalência do poder patriarcal, marcado pela responsabilidade do homem de gerir a família, provendo o sustento e educação dos filhos (Cataldo, 2019). A mulher teve sua imagem reduzida à condição de mãe, sendo incumbida de gerir o espaço privado, que incluía a administração da casa e o cuidado com a saúde e educação dos filhos (Samara, 2004), realizando

articulações, quando necessário, com as instituições pedagógica e médica (Birman, 2007). A separação entre os papéis do homem, que era responsável pela vida pública, e da mulher, responsável pela vida privada, definiram fronteiras rigidamente delimitadas. O distanciamento das mulheres do mundo do trabalho era reforçado já na forma de ensino, a partir da qual os homens, desde muito cedo, eram inseridos no mundo dos negócios, enquanto as mulheres aprendiam tarefas relacionadas aos cuidados com a casa e com a família. Deste modo, havia uma demarcação e separação entre atividades masculinas e femininas, que impunha uma divisão sexual do trabalho. Ao homem coube o título de chefe de família, caracterizando uma sociedade que de fato o concebia como figura de autoridade, enquanto a mulher possuía sua imagem atrelada à figura de cuidadora e dona de casa (Ariès, 1981; Hall, 1989; Ozório, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

A separação entre casa e comércio possibilitou à família delimitar cada vez mais seu espaço particular, mantendo a sociedade e os negócios mais afastados. Esse novo modo de disposição da vida familiar também impulsionou mudanças na organização do espaço da casa. Os cômodos passaram a ser mais restritos e reservados, conferindo mais conforto, isolamento e discrição. As camas passaram a pertencer apenas aos quartos, diferente do que ocorria antes, quando estavam em diversos aposentos. Além disso, os criados passaram a frequentar lugares específicos, estando no mesmo ambiente que seus senhores apenas quando solicitados, o que modificava também a relação que possuíam com as crianças. Houve, do mesmo modo, alterações na forma de conceber a infância, iniciadas pela adoção da escola como meio educacional, fazendo com que não fosse mais necessário enviar crianças a outras casas. A manutenção dos filhos no ambiente familiar iniciou a reestruturação deste meio, marcando nova relação entre pais e filhos, na qual a criança passa a ser o centro da família e há preocupação com sua higiene e saúde, promovendo modificações na forma de encarar a sexualidade (Ariès, 1981).

Nota-se então que, a reorganização e modificação do espaço familiar e dos costumes atrelados à família dão ênfase à intimidade, privacidade e estabelecem uma separação entre o público e o privado, restringindo o contexto familiar ao casal parental e seus filhos (Ariès, 1981; Cataldo, 2019). O retorno da criança ao lar, possível pela substituição do modelo de aprendizagem; o cuidado e preocupação que surgem com os filhos, principalmente a partir da vigilância da

sexualidade infantil e a intensificação dos laços afetivos, provocaram o aparecimento de um novo modelo familiar, a família moderna, também conhecida como família nuclear ou conjugal, e evidenciaram a aproximação que ocorreu entre o sentimento de família e o sentimento de infância, até então separados (Ariès, 1981; Hall, 1989). O foco nos cuidados infantis reafirmou o afastamento da família das trocas sociais, que passaram a ser realizadas no espaço de trabalho, ao passo que a subjetividade se manteve restrita à esfera privada. Foi destinada, à família, a responsabilidade pelo afeto, recaindo sobre a mulher essa obrigação, o que lhe manteve afastada do mundo do trabalho (Campos & Matta, 2007).

Esse modo de organização da sociedade fez surgir uma polarização entre homens e mulheres, configurando relações de dominação e subordinação, as quais limitaram a participação feminina em questões conjugais e na esfera pública e isentaram a figura masculina do cuidado com os filhos (Lyra, Leão, Lima, Targino, Crisóstomo & Santos, 2015; Matos & Magalhães, 2019). Nesta medida, o cuidado foi vinculado historicamente à figura feminina e naturalizou-se a ideia de “instinto materno”. Surge então a maternidade idealizada e o amor incondicional que se fundamentam na crença de um instinto biológico da mulher para apontá-la como única pessoa capacitada para desempenhar as funções de cuidado necessárias ao bebê (Badinter, 2011). A crença no “instinto materno” fortaleceu a ideia de que o homem não possuía tal capacidade para cuidar dos filhos e que, nos casos em que ele se responsabiliza pelo cuidado, deixa a desejar em relação à mulher por não possuir o mesmo “instinto” (Cúnico, Arpini & Cantele, 2013; Lyra, Leão, Lima, Targino, Crisóstomo & Santos, 2015; Matos & Magalhães, 2019). Contudo, faz-se necessário entender o “instinto materno” como uma construção social da Idade Moderna, visto que as mulheres da família medieval não possuíam tal instinto (Felippi & Itaquí, 2015). Desse modo, na modernidade, passa-se então a conceber a maternidade como qualidade da mulher, sendo intrínseca à sexualidade feminina (Giddens, 2003).

O mito do amor materno fez surgir também o “mito do não amor paterno” (Lima & Morais, 2011), que construiu e afirmou a imagem do pai como secundário nos cuidados com as crianças, distanciando ou impossibilitando as trocas afetivas entre o homem e seus filhos. Por um longo período, a ideia de um pai fisicamente distante e que não demonstrava emoções era justificada pela necessidade de passar aos filhos a imagem de uma figura fria e dura para

transmitir-lhes autoridade e impor respeito (Bernardi, 2017; Padila, 2001). O homem teve seu papel reduzido à procriação e houve valorização da importância do vínculo mãe-bebê para o bom desenvolvimento emocional e cognitivo dos filhos (Bernardi, 2017), o que é reproduzido pela sociedade todas as vezes em que as discussões sobre o cuidado são direcionadas ao universo feminino (Lyra, Leão, Lima, Targino, Crisóstomo & Santos, 2015). A construção e disseminação dos mitos do amor materno e do não amor paterno agem de forma direta na educação de meninos e meninas, promovendo a manutenção da divisão dos cuidados parentais por gênero e favorecendo contextos em que homens não são responsabilizados pela paternidade (Matos & Magalhães, 2019).

O contexto da modernidade possibilitou à família outro modo de relação a partir do surgimento da lógica do amor romântico, que deu lugar à liberdade de escolha amorosa (Felippi & Itaqui, 2015; Singly, 2010) e tornou mais evidente a família monogâmica (Roudinesco, 2003). O amor romântico tem como fundamento o apoio e idealização no outro; representa uma comunicação psíquica diferenciada e pressupõe a existência de um vínculo emocional duradouro que promoverá aperfeiçoamento e satisfação para o casal (Felippi & Itaqui, 2015; Giddens, 2003). O casamento, que antes era arranjado e visto como um laço definitivo e fundador da família visando exclusivamente à procriação, se tornou uma opção pessoal a partir da valorização do afeto e bem estar e da modificação nos papéis sociais (Ariès, 1981; Hall, 1989).

Atentando-nos à história da família no Brasil, pôde-se observar a influência das obras de Gilberto Freyre (1958, 1977) na literatura. O referido autor, ao abordar a história da sociedade brasileira no período colonial, apontou a formação da família brasileira com base no regime patriarcal e a partir da miscigenação de três culturas, sendo elas a indígena, europeia e africana, proporcionando a formação de uma população que apresenta diversos traços culturais (Faria, 1997; Samara, 1992, 2002; Scott, 2009). A imagem de uma família com base patriarcal predominou por muito tempo, contudo, a partir da década de 1980 e em virtude dos avanços nos estudos, evidenciou-se que as famílias extensas do tipo patriarcal não eram preponderantes, sendo mais recorrente famílias com formação mais simples e com poucos integrantes (Samara, 2002). Deste modo, a ideia de família patriarcal, sugerida por Freyre (1958, 1977) e outros autores como, por exemplo, Antonio Candido (1951), que

por sua vez propôs uma extensão deste modelo a todo território brasileiro, desconsiderando outras formas de organização familiar existentes, passaram a ser contestadas (Faria, 1997).

Sob esta ótica, Faria (1997) aponta a existência de alguns trabalhos demográficos demonstrando que, ao final do século XVIII e início do século XIX, não houve predomínio da família extensa patriarcal na cidade de São Paulo e em algumas cidades de Minas, do mesmo modo que registrou-se um número significativo de domicílios chefiados por mulheres. Corroborando esta ideia, Muaze (2011) aponta que, a partir de estudos realizados usando como base registros paroquiais e listas nominativas de habitantes, pôde-se notar a existência de diversos tipos de famílias como, por exemplo, aquelas chefiadas por mulheres, com quantidade variável de filhos, marcadas pelo concubinato ou pelo casamento legal, dentre outras. Pesquisa realizada por Samara (2002), utilizando os dados estatísticos colhidos pelo IBGE em 1997, aponta a prevalência de famílias nucleares, com poucos integrantes. Ao realizar um panorama da família paulista, nesse mesmo período, nota-se também o predomínio de outras configurações familiares, sendo a família extensa ou do tipo patriarcal apenas mais uma configuração dentre as outras e não o único modelo existente.

Ao realizar comparações com o modelo de família europeu, visto como normal, considerou-se que as famílias latino-americanas apresentavam um comportamento tido como anormal ou patológico devido à existência de características como presença do concubinato, domicílios chefiados por mulheres, abandono de crianças, divórcios, recasamentos e expressiva ilegitimidade, com a considerável presença de bastardos (Faria, 1997; Samara, 1992; Scott, 2009). Como apontado por Samara (1989), o elevado custo das despesas e a demora nos processos nupciais influenciavam diretamente o índice de casamentos e como consequência promovia aumento no número de concubinatos. Estes fatores, bem como a pobreza nas áreas urbanas e a dificuldade de encontrar um parceiro que possuísse os valores estabelecidos para determinados grupos, explicavam também a presença de mães solteiras. A referida autora também observa que a maioria dos casamentos ocorria entre pessoas de igual condição, entretanto é necessário considerar, em menor número, a existência dos casamentos mistos, realizados entre um escravo a quem foi concedida a liberdade e um cônjuge livre, por exemplo. Outro ponto importante a ser considerado é o fato de que a instituição



familiar também fazia parte do ambiente escravo, embora nem todos tivessem acesso a essa realidade (Faria, 1997). A escolha dos cônjuges e de padrinhos para as crianças era realizada pelos próprios escravos, no entanto, o casamento legal passava por algumas restrições impostas pelos seus senhores (Costa, Slenes & Schwartz, 1987; Faria, 1992, 1997).

Pode-se observar que, em relação ao número médio de componentes e à estrutura, a família brasileira não apresentou muitas transformações, o que levanta questionamentos a respeito do surgimento de uma nova imagem da família, posto que outras configurações já se faziam presentes (Samara, 2002). Embora existissem diversas configurações familiares, alguns desses modos de viver em família eram desconsiderados em detrimento do modelo patriarcal, visto que as referências de família consideradas na época eram baseadas em uma concepção idealizada a partir do modo de viver da classe dominante. Assim sendo, o discurso a respeito da família perpetuava um sentimento aristocrático que excluía outras configurações familiares e elegia o modelo do grupo dominante como o único socialmente aceito (Muaze, 2011). Contudo, com base nos avanços dos estudos, a historiografia brasileira, a partir dos anos 70, passou a contemplar a diversidade de configurações familiares presentes no Brasil, assumindo a existência de um sistema patriarcal que sofreu modificações. Essa diversidade é propiciada por uma flexibilidade do modelo patriarcal e deve levar em consideração aspectos como temporalidade, grupos sociais, regiões, etnias, movimentos da população, sexo e contextos econômicos regionais (Metcalf, 1992; Samara, 2002).

De modo geral, novos acontecimentos foram surgindo, marcando a consolidação da modernidade, profundamente influenciada pela Revolução Industrial (1760) e pela Revolução Francesa (1789). O desenvolvimento das indústrias nos centros urbanos foi um fator que possibilitou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, colaborando com a reorganização do espaço familiar (Ceccarelli, 2002; Rodriguez & Gomes, 2012). Somado a este fato, mais adiante, já no século XX, o surgimento do movimento feminista permitiu que as mulheres comesçassem a lutar por independência econômica e marital, que lhes era negada até então, e viabilizou-se uma busca por igualdade entre funções e posições, enfraquecendo, ainda mais, o patriarcado e promovendo um debate sobre o lugar dos homens e das mulheres no meio social (Ceccarelli, 2002; Felippi & Itaquí,

2015; Singly, 2010). Os avanços da medicina em relação às práticas de reprodução e contracepção também foram essenciais para as transformações do meio familiar e promoveram uma nova forma de conceber o casamento, que passa a ser visto como uma união baseada no afeto e amor entre pessoas, dando abertura para a possibilidade do divórcio (Ceccarelli, 2002; Rodriguez & Gomes, 2012; Singly, 2010). A utilização da pílula anticoncepcional passou a interferir diretamente na vida sexual da mulher, do mesmo modo que as técnicas reprodutivas, dentre elas a inseminação artificial, possibilitando a filiação em diversas situações e não apenas através do ato sexual, permitindo um empoderamento da mulher em relação ao seu desejo sexual e a desvinculação entre sexualidade e maternidade (Perelson, 2006; Rodriguez & Paiva, 2009).

A permanência dos avanços no cenário social como, por exemplo, a viabilidade, em alguns países, da realização do aborto; a maior visibilidade das relações homossexuais; o aumento do número de divórcios; a diminuição do número de casamentos; o aumento da coabitação; a possibilidade de manter relações sexuais independente do casamento e o auxílio oferecido pelas redes de apoio social por conta, principalmente, da nova realidade das mulheres em relação à dupla jornada, colaboraram com novas transformações no meio familiar (Ceccarelli, 2002; Felippi & Itaqui, 2015). Estes avanços proporcionaram a ampliação do conceito de família contemporânea, correspondente ao período que se inicia no século XVIII e se estende até os dias atuais, permitindo a garantia de direitos dos novos modos de existir em família e o seu reconhecimento como plural e heterogênea, implicando em menor prevalência do modelo patriarcal e possibilitando maior visibilidade a outras configurações, como por exemplo, a parentalidade adotiva e a homoparentalidade. As uniões estáveis passaram a ter reconhecimento; o casamento civil passou a receber o mesmo valor do casamento religioso; os jovens passaram a adiar cada vez mais o casamento e a filiação e garantiu-se igualdade de tratamento e direitos entre filhos adotivos e consanguíneos, extinguindo-se uma diferenciação na filiação (Rodriguez & Paiva, 2009).

Assim sendo, nota-se que a família contemporânea se configura pelo caráter afetivo das relações e pela união entre pessoas com objetivos comuns (Rodriguez & Paiva, 2009), tendo como valores a independência, autenticidade e autonomia de seus membros, que passam a enaltecer suas escolhas individuais

como forma de expressarem seus desejos (Velho, 1987). Há construção de trajetórias individuais, busca por realização pessoal e desejo pela satisfação nas relações afetivas e sexuais, que servem como parâmetro para determinar a estabilidade dos vínculos, os quais possuem duração relativa (Cúnico & Arpini, 2013; Féres-Carneiro & Magalhães, 2011). Do mesmo modo, há valorização da disposição amorosa que permite a criação do “espírito de família” (Bourdieu, 1996), o qual é compreendido pela presença de características como, por exemplo, generosidade, solidariedade, diálogo, ajuda e respeito mútuos entre os membros e harmonia no ambiente familiar (Henriques, Féres-Carneiro & Magalhães, 2006).

A contemporaneidade trouxe uma nova forma de pensar as funções parentais a partir do momento em que a mulher assumiu um lugar no meio social, deixando de ser a única responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos, papel que antes lhe era imposto por conta da associação entre sua condição biológica e a função materna. As funções parentais passaram a ser desassociadas da condição biológica dos pais e os papéis de gênero tornaram-se mais fluidos, o que fez com que, neste momento, o casal passasse a dividir entre si os cuidados com os filhos, sugerindo mudanças nas concepções existentes de maternidade e paternidade, tornando as relações menos hierarquizadas e promovendo o compartilhamento de responsabilidades (Cúnico & Arpini, 2013; Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017). Devido a isso, o cuidado com a prole assumiu a lógica da parentalidade, que será abordada adiante.

## **2.2 A parentalidade na contemporaneidade: novas formas de cuidado**

A partir do breve histórico realizado anteriormente, pôde-se notar que as relações familiares sofreram modificações ao longo do tempo, fazendo surgir uma realidade muito mais próxima. Deste modo, o cuidado com os filhos assumiu diferentes formas e se expressa, na contemporaneidade, por meio da parentalidade.

O termo parentalidade foi inicialmente utilizado em 1961 e é considerado um processo que envolve características conscientes e inconscientes e sofre influência da história da família de origem de cada adulto e do contexto sociocultural vigente, indo para além do campo biológico (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Rosa & Pessôa, 2019). A parentalidade é configurada pela reorganização mental vivenciada pelos pais a partir da realização do desejo de ter

filhos, realocando-os em sua cadeia geracional (Machado, Féres- Carneiro & Magalhães, 2015). A construção da parentalidade leva em consideração diversos aspectos, dentre eles características consideradas coletivas, que são atravessadas pelo tempo, cultura e sociedade, bem como características individuais dos membros do casal, que dizem respeito à história de vida de cada um, seus traumas e lembranças de infância, representações parentais, medos e expectativas pessoais (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Lebovici, 2004; Moro, 2005).

À parentalidade compete o exercício das funções parentais por parte dos adultos em relação aos filhos (Pombo, 2019), fundamentando-se no desejo dos pais e na adoção simbólica que estes realizam no tocante às crianças (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017). Ser pai e mãe é visto como um processo singular que ocorre baseando-se na reflexão pessoal sobre a herança a ser transmitida intergeracionalmente, sendo, a parentalidade, entendida como fruto da relação entre os laços biológicos e a parentalização dos pais. Esta parentalização ocorre a partir da interação própria que os filhos estabelecem com seus genitores, reconhecendo-os dentre outros semelhantes, o que promove o despertar de sensações, emoções e afetos que propiciam a internalização de funções específicas, constituindo a parentalidade e marcando uma parceria ativa entre pais e filhos (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Lebovici, 2004). A legitimação da parentalidade a partir da possibilidade de dedicação dos pais à sua prole valoriza a dimensão afetiva como modo de vinculação familiar que independe de vínculos legais e/ou consanguíneos para estabelecer-se (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017; Rosa & Pessôa, 2019).

As relações entre pais e filhos passaram, então, a ser pensadas a partir de quatro dimensões, as quais não exigem concomitância e apresentam diversidade de combinações entre si. A primeira dimensão diz respeito ao vínculo biológico, determinado pelo aspecto genético; a segunda dimensão é marcada pelo parentesco, que une os indivíduos através da genealogia, inserindo os filhos no grupo familiar de acordo com as gerações. A terceira dimensão se refere à filiação, dada por meio do reconhecimento jurídico das relações de parentesco, e a quarta dimensão representa a parentalidade, percebida a partir do exercício das funções parentais, necessárias ao desenvolvimento dos filhos (Zambrano, 2006; Houzel, 2004). Sob esta ótica, tornou-se possível desvincular as dimensões biológica, de parentesco, de filiação e dos cuidados, que até então eram vistas como

necessariamente reunidas na mesma pessoa e representadas na figura do pai e da mãe (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015; Zambrano, 2006). Os fatores biológicos, genéticos e de parentesco são indispensáveis para o surgimento da vida, contudo é por meio da parentalidade que a criança desenvolve condições para simbolizar e se tornar um ser desejante (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017).

A parentalidade não se resume à maternidade e/ou paternidade como forma de cumprir papéis sociais esperados do pai e da mãe seguindo um modelo nuclear, consanguíneo e heteronormativo, mas envolve as inúmeras possibilidades de formações de redes familiares que supram as necessidades infantis. Nessa perspectiva, as funções materna e paterna estão relacionadas com o papel e atividades desempenhados por cada cuidador, segundo sua personalidade, particularidades, habilidades e competências, podendo se apresentar de forma mais maternal ou paternal, não possuindo ligação com o gênero de quem as exerce (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015). Corroborando esta ideia, Sarti (2004) aponta a importância de pensar a paternidade e a maternidade como funções atribuídas a partir da relação de um adulto com a criança, independentemente deste ser homem ou mulher. É importante não confundir sexualidade e funções parentais, pois a orientação sexual dos cuidadores não influencia na orientação sexual dos filhos e não determina o bom exercício da parentalidade.

As funções parentais dizem respeito ao modo como os adultos se colocam no lugar de cuidado e lidam com as questões de hierarquia, poder, educação, imposição de limites e tomada de decisões na relação com os filhos, não apresentando nenhuma ligação com o sexo dos pais (Uziel, 2008). Desta forma, é possível que cada membro do casal exerça determinadas tarefas e ofereça cuidados parentais com frequências diferentes aos filhos, mas nada impede que estas funções sejam exercidas por qualquer um dos parceiros (Zambrano, 2006). Seguindo esse raciocínio, entende-se que para desempenhar a função materna é necessário disponibilidade para se identificar com as demandas do filho, enquanto a função paterna pode ser exercida pelo cuidador que se comprometa a impor limites e mediar a relação entre o bebê e a pessoa que executa a função materna, sendo, ambas as funções, exercidas independentemente do sexo biológico portado pelo cuidador (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017).

A valorização da afetividade e dos desejos e escolhas pessoais, que colocaram os vínculos consanguíneos em segundo plano, e a flexibilização dos papéis

sociais, que traz novas possibilidades ao entendimento da relação entre função parental e gênero, possibilitaram a emergência de outras configurações familiares na contemporaneidade. Devido a estas modificações, passa-se a enfatizar os processos de filiação psíquica em detrimento do vínculo biológico e dos papéis sociais e torna-se possível o exercício da parentalidade por qualquer pessoa que se disponibilize para tal (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Zambrano, 2006). O cenário familiar contemporâneo trouxe modificações às relações de gênero e utiliza cada vez menos os fatores biológicos como referenciais de família, o que propicia o surgimento de novos valores e representações sociais referentes ao masculino e ao feminino, facultando o reconhecimento de inúmeras configurações, formas de relações e possibilidades de exercer as funções parentais (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Matos & Magalhães, 2019). Em consonância com estas ideias, Uziel (2000) aborda a “pluriparentalidade” para pensar as novas exigências impostas à parentalidade e às formas de exercê-la, buscando problematizar os critérios utilizados para legitimar uma pessoa como pai ou mãe, considerando outros fatores além dos laços biológicos, como por exemplo, o desejo e empenho em exercer as funções parentais, valorizando as famílias sociais. Deste modo, a pluriparentalidade legitima as inúmeras possibilidades de exercer a parentalidade nos dias atuais (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015).

Ainda que se reconheçam os direitos das inúmeras configurações familiares existentes é necessário promover discussões a respeito da normatização e institucionalização das famílias, em concordância com modelos preestabelecidos, os quais perpetuam uma lógica binária da sexualidade e um olhar estereotipado às relações por seguirem referenciais externos já existentes (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015). Neste sentido, é fundamental refletir sobre a polaridade que se perpetua entre homens e mulheres, buscando englobar a flexibilidade e as modificações que vem ocorrendo em relação aos papéis sociais de gênero a fim de incorporar a diversidade que se apresenta nos modos de exercer a parentalidade (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015). No momento em que a dedicação feminina a casa e à família deixou de ser exclusiva passou-se a exigir maior envolvimento dos homens nos cuidados infantis (Bernardi, 2017; Cúnico & Arpini, 2013; Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015). Todavia, embora haja a idealização de um novo modelo de pai que participe de forma mais flexível, afetuosa e igualitária nos

cuidados com os filhos pode-se notar que, em geral, a sociedade permanece resistente quanto à imagem do homem cuidador, destituindo-o deste lugar e reconhecendo, ainda, a mulher como mais capacitada para exercer esta função (Bernardi, 2017; Matos & Magalhães, 2019; Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015). Para ilustrar este fato, temos a resistência social em relação à guarda compartilhada dos filhos e o período reduzido de licença paternidade oferecido aos homens, quando comparado ao oferecido às mulheres, o que dificulta o contato dos pais com seus filhos (Cúnico & Arpini, 2013; Matos & Magalhães, 2019).

Desde a infância, seja no espaço escolar, social e/ou familiar pode-se notar o incentivo e cobrança de que meninas apresentem uma postura de cuidado nas próprias brincadeiras, o que é visto como treinamento para a futura maternidade. Contudo, quando se trata dos meninos, certas brincadeiras são proibidas, como por exemplo, o brincar de boneca, pois a sociedade supõe que esta atitude levará o menino a tornar-se homossexual, não incentivando o cuidado e a paternidade nas brincadeiras (Lyra, Leão, Lima, Targino, Crisóstomo & Santos, 2015). Como indicado por Stern (1997), as representações parentais a respeito de um filho iniciam-se muito antes de sua chegada à família. Desde a infância, a partir da educação recebida e das identificações realizadas, determina-se o modo como cada pessoa exercerá as atividades de cuidado dos filhos na vida adulta (Zornig, 2010). Assim sendo, observa-se a presença de comportamentos que são perpetuados e transmitidos em sociedade para as crianças que, desde pequenas, passam a seguir normas e padrões preestabelecidos sobre o que é ser menino e menina e futuramente sobre o que é ser homem e mulher, impondo-lhes representações sociais de gênero desde muito cedo (Bernardi, 2017; Finco, 2003). Para que haja mudanças nesse cenário é imprescindível a desconstrução da dicotomia mãe- cuidadora/pai-provedor (Matos & Magalhães, 2019; Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012), o que permitirá ressignificar as experiências de cuidado (Bernardi, 2017), bem como as possibilidades de pensar parentalidades não binárias, acolhendo as identidades e subjetividades contemporâneas (Pombo, 2017).

Ao pensar as relações de cuidado tomando a parentalidade como base, tornou-se possível legitimar famílias que até então eram vistas como secundárias ou foras da normalidade. Desse modo a parentalidade adotiva passou a ser uma via

privilegiada para possibilitar a filiação, por diversas motivações, a casais ou pessoas solteiras, independente de orientação sexual e identidade de gênero. Dito isto, serão contempladas, a seguir, algumas ideias sobre a parentalidade adotiva, a fim de pensar suas especificidades e implicações nas relações entre pais e filhos, visto que este foi o meio utilizado pelos participantes desta pesquisa para concretizarem o desejo de se tornarem pais.

### **2.3 Parentalidade adotiva**

Ao longo da história, a prática de entrega de crianças para que terceiros cuidassem, bem como o ato de cuidar do filho de outras pessoas se fez muito presente (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006), entretanto, por muito tempo a adoção foi vista como um desvio à normalidade da filiação biológica (Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Neste trabalho, a adoção apareceu como via privilegiada para a concretização da homoparentalidade, justificando a importância de abordar algumas especificidades desta forma de parentalidade.

Ao pensar sobre a questão dos desvios à normalidade, Silva (2000) ressalta que tomar algo como norma significa hierarquizar as identidades e diferenças, elegendo uma identidade como referência, atribuindo-lhe características positivas e usando-a para avaliar de forma negativa, a partir de comparações, todas as outras identidades. Nesta medida, inicialmente, a parentalidade biológica é tida como norma e utilizada como parâmetro para a construção da imagem da parentalidade adotiva, que passa a ser vista como problemática por conta da diferença genética existente entre pais e filhos (Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Com o passar do tempo e com as mudanças impostas na contemporaneidade, a visão que se tinha sobre a adoção também sofreu alterações, e esta prática tornou-se mais uma possibilidade de fundar uma família, visto que os laços afetivos ganharam o mesmo valor dos laços biológicos. Esta mudança de paradigma das relações de parentesco e da mentalidade social constrói maior aceitação social da parentalidade adotiva, permitindo sua legitimação (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

No Brasil, percorreu-se um longo caminho até que se chegasse às formulações presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em que não se distinguem classe social, orientação sexual e estado civil do adotante (Weber, 2003). Ainda que a adoção já existisse no Brasil desde a família patriarcal



colonial, esta prática foi legalizada apenas em 1917. Neste momento, apenas pessoas que possuíssem 50 anos ou mais, sem filhos legítimos, poderiam realizar um processo adotivo, o qual poderia ser revogado. Tempos depois, em 1965, mudanças foram implementadas e novos critérios para realização do processo adotivo passaram a vigorar, dentre eles ter no mínimo 30 anos, estar casado há pelo menos 5 anos, não possuir filhos ou apresentar atestado de esterilidade de pelo menos um dos cônjuges. Além disso, passou-se a exigir um período de guarda provisória de três anos e a adoção, após legitimada, passava a ser irrevogável (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Estes critérios dificultavam o acesso ao processo adotivo, ratificando a imagem estigmatizada de inferioridade da parentalidade adotiva quando comparada à biológica. Embora novos critérios sejam considerados a fim de facilitar a realização da adoção e busque-se promover a desconstrução do estigma da parentalidade adotiva, nota-se que a maioria dos casais opta pelo processo adotivo somente após esgotarem todas as possibilidades de terem filhos biológicos. Por esse ângulo, é possível dizer que a adoção ainda é prioritariamente buscada por motivos de infertilidade, visto que há preferência pelo uso de tecnologias reprodutivas como forma de acessar a parentalidade (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Weber, 2003).

Inicialmente, a adoção no país era vista como via de mão única, pois a prioridade era atender aos desejos dos adotantes (Amim & Menandro, 2007). Entretanto, após a promulgação do ECA em 1990, iniciou-se um novo momento nas práticas adotivas. Ebrahim (2001) observa que uma nova cultura da adoção, baseada no melhor interesse da criança, tem sido difundida com o objetivo de encontrar lares para crianças abrigadas sem dar ênfase às suas características físicas, buscando promover maior inclusão às crianças que não se encontram nas listas de preferências dos futuros pais, configurando o que atualmente é conhecido como adoção moderna (Amim & Menandro, 2007; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). O ECA visa proteger integralmente crianças e adolescentes e prioriza o melhor interesse da criança, promovendo modificações nas adoções e estabelecendo novas possibilidades. Deste modo, qualquer pessoa com mais de 21 anos, que tenha uma diferença de 16 anos do adotado, independentemente de seu estado civil, pode adotar, o que torna o processo mais acessível e democrático e facilita a formação de diversas configurações familiares como, por

exemplo, as famílias homoparentais (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Seguindo essa lógica, a adoção não deve se propor a atender apenas aos anseios dos pretendentes, mas deve-se levar em consideração que as crianças institucionalizadas passaram pela descontinuidade dos laços primários, havendo uma quebra em sua cadeia geracional, o que causa grande sofrimento (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). Assim, a adoção possui dupla finalidade, pois deve possibilitar o exercício da parentalidade aos pais, mas também promover o encontro de uma família que ofereça um ambiente propício ao desenvolvimento da criança (Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Atualmente, a pessoa ou casal que busca a adoção deve se cadastrar em um Juizado e preencher o Cadastro Nacional de Adoção, em que pode escolher algumas características da criança que irá adotar (Amim & Menandro, 2007). Os pretendentes à adoção devem passar por um período de avaliação obrigatório que ocorre durante o processo de habilitação para adoção, realizado pelos profissionais das varas de família (Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Os considerados aptos à adoção são encaminhados a uma fila de espera por ordem de inscrição onde devem aguardar até que chegue sua vez ou que uma criança ou adolescente com as características desejadas esteja disponível. Via de regra o tempo de espera é longo e isso se apoia no perfil de preferência dos pretendentes, que não corresponde à realidade das instituições de acolhimento. Quando disponibilizam-se crianças correspondentes ao interesse dos adotantes, estes são convidados a conhecê-las e, caso haja o desejo de prosseguir com a adoção, inicia-se o período de convivência e o procedimento legal, que é finalizado com a sentença do juiz e a emissão de novo registro civil (Amim & Menandro, 2007).

Ao analisar os motivos que levam à procura pela adoção, além da infertilidade (Andrade, Costa & Rosseti-Ferreira, 2006; Giacomozzi, Nicoletti & Godinho, 2016; Weber, 2003), nota-se o desejo de formar uma família, a filantropia, bem como o medo da solidão (Gondim, Crispim, Fernandes, Rosendo, Brito, Oliveira & Nakano, 2008; Levinzon, 2004). Destacam-se também a possibilidade de escolher características das crianças, a tentativa de substituir um filho falecido, a busca por proporcionar companhia a um filho único (Riede & Sartori, 2013), o desejo de ter companhia na velhice, a tentativa de salvar o casamento (Schettini, 1998), o desejo de ter um filho após o período biologicamente propício para tal, o contato com uma criança que desperta o desejo

pela parentalidade, o desejo de serem pais mesmo quando não se tem um parceiro, o parentesco ou amizade com os pais biológicos que não possuem condições de criar os filhos e o desejo de ter um filho sem passar pela gravidez, seja por medo ou por questões estéticas (Levinzon, 2004).

Apesar dos inúmeros motivadores para que se busque o processo adotivo, Schettini (1998) aponta que a adoção, para a maioria dos pais, surge como forma de reparar um transtorno biológico que impossibilitou a filiação consanguínea. Ghirardi (2015) pontua que os projetos de parentalidade, biológicos ou adotivos, são considerados narcísicos, pois se baseiam em renúncias, desejos e decepções dos pais. Weber (2001) verificou em suas pesquisas que a motivação dos adotantes não influencia para que a adoção seja bem sucedida. Todavia, Schettini Filho (2008) salienta que o tipo de motivação que impulsiona a escolha pela adoção pode comprometer a satisfação familiar, principalmente nos casos em que a decisão ocorre a partir de uma demanda secundária e a criança é adotada com a intenção de que ocupe o lugar de solução das frustrações dos pais (Ghirardi, 2015).

A construção e desenvolvimento dos vínculos são influenciados pelas motivações dos pais para adotar (Cardoso & Baiocchi, 2014; Ladvocat, 2014; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). A prevalência dos laços consanguíneos em relação aos laços afetivos ronda o imaginário social e faz surgir fantasias paternas fundamentadas em mitos que atravessam a adoção, dentre eles o de que a criança traria uma carga negativa da família biológica ou que abandonaria os pais adotivos para buscar os pais biológicos, movidos pela força dos laços de sangue, que são considerados indissolúveis (Levy & Gomes, 2017; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Alguns desses mitos fundamentam a escolha de determinados perfis para adoção, denotando as preferências de cada adotante (Cardoso & Baiocchi, 2014; Ladvocat, 2014; Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Em muitos casos, a opção por adotar recém-nascidos é justificada, pelos futuros pais, pela crença de que os filhos terão mais facilidade em se vincular, uma vez que não terão uma longa história de sofrimentos como geralmente ocorre em adoções tardias – aquelas em que a criança possui mais de dois anos (Ebrahim, 2001). Essa preferência ocorre por receio de que as crianças apresentem traumas anteriores por conta da convivência em instituições de acolhimento ou ainda por

terem vivenciado situações de violência, negligência e/ou abandono em suas famílias de origem, dificultando a educação e o estabelecimento de vínculos com a nova família (Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). Estudos realizados por Weber (1999, 2003) evidenciaram que 67% dos candidatos à adoção buscam por crianças brancas e apenas 4,5% dos pais adotivos possuem filhos negros. A preferência por crianças brancas pode ser justificada pelo desejo de que ocorra identificação entre a criança e a família, haja vista que a maior parte dos candidatos à adoção são brancos. Este fato denota o desejo de estabelecer proximidade com a parentalidade biológica e a possível má elaboração do luto pela infertilidade (Amim & Menandro, 2007; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015). Amim e Menandro (2007), bem como Costa e Campos (2003) apontam que, no Brasil, privilegiam-se adoções de meninas, visto que a imagem feminina é associada aos estereótipos culturais de gênero, que lhe impõem a ideia de docilidade, domesticidade, submissão, delicadeza e fragilidade. Deste modo, surge a crença de que é mais fácil criar e educar meninas, pois os meninos seriam naturalmente mais fortes e não se submeteriam aos outros (Abreu, 2002; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015).

Nota-se então que algumas adoções requerem mais atenção, pois são consideradas especialmente difíceis. Dentre elas podemos citar as adoções de crianças HIV positivo ou com outras doenças não curáveis, crianças que possuem necessidades especiais, adoções inter- raciais, grupos de irmãos e adoções tardias (Peiter, 2011; Sampaio, Magalhães & Féres- Carneiro, 2018). É necessário, portanto, discutir sobre as preferências de cada adotante, levando em consideração que as crianças disponíveis para adoção que não apresentam as características privilegiadas por determinadas famílias, quando não são adotadas por estrangeiros, permanecem nas instituições de acolhimento (Amim & Menandro, 2007; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Ebrahim, 2001). Na maioria dos casos, privilegiam-se bebês saudáveis, brancos e meninas nos processos adotivos (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015), caracterizando uma realidade que diverge da encontrada nas instituições de acolhimento brasileiras. A preferência por este perfil aponta para o fato de que a adoção ainda visa o desejo dos adotantes, que buscam, por meio destas características, mimetizar a família biológica (Amim & Menandro, 2007; Morelli,

Scorsolini- Comin & Santeiro, 2015).

Deste modo, é necessário realizar um trabalho de preparação que irá possibilitar a flexibilização das exigências em relação às características da criança a ser adotada, promovendo abertura maior às possibilidades e, conseqüentemente, a desconstrução da imagem do filho fantasiado, que dá lugar ao filho real (Levinzon, 2004; Morelli, Scorsolini- Comin & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Este trabalho permitirá que a frustração que surge pela incapacidade de ter filhos pelas vias naturais dê lugar à busca por possibilidades de suprir o vazio da parentalidade biológica (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Tal trabalho envolve a redefinição das identidades pessoais, das relações conjugais, do projeto de parentalidade e das relações com a família extensa, que irão permitir a reorganização da vida, a criação de um ambiente que insira e acolha o filho adotivo e a vinculação de forma positiva e saudável entre a criança e os adotantes (Levy & Gomes, 2017; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

A adoção é circundada pelos anseios e fantasias dos pais, assim como as crianças criam expectativas sobre a família adotiva (Levy & Gomes, 2017; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). É fundamental que cada cônjuge reflita sobre seu desejo em relação ao projeto de adoção, pois a demanda por uma criança pode ser diferente para cada um dos pais. Nos casos de infertilidade, é preciso trabalhar o luto do filho biológico que não nascerá, refletindo sobre questões inconscientes e assimilando as particularidades do processo adotivo, que é marcado pelo paradoxo luto e investimento libidinal. Este trabalho de elaboração do luto ocorre de maneiras diferentes, variando de acordo com as singularidades e desejos de cada indivíduo (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Dessa maneira, é necessário estabelecer um tempo de reflexão sobre as fantasias envolvidas e internalizar a ideia da adoção como forma de evitar frustrações baseadas no que possa ter sido idealizado no tocante à parentalidade (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). Em relação ao processo adotivo, é essencial que os pais passem por um período de gestação afetiva, a qual permitirá a construção da identidade parental. A espera pelo filho é marcada por preocupações, ansiedades e expectativas e a gestação psíquica é fundamental

para que os pais possam projetar e fantasiar sobre os filhos (Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Zornig, 2010). A forma como esses sentimentos são vivenciados e trabalhados irão influenciar a construção da relação entre pais e filhos e da subjetividade da criança (Schettini, Amazonas & Dias, 2006). A adoção, diferente da filiação biológica, coloca os pais em condição de igualdade, posto que não há gestação biológica mas apenas gestação afetiva, o que permite que todos os envolvidos sejam participativos e ativos no processo, gestando emocionalmente a criança que irá chegar (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006).

Os Grupos de Apoio à Adoção se apresentam como importante recurso de preparação dos candidatos à adoção, realizando um trabalho de desconstrução dos estereótipos e conscientização a respeito do perfil da criança, promovendo sua flexibilização e maior inclusão (Amim & Menandro, 2007; Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018). Estes grupos são organizados pela sociedade civil, não possuem fins lucrativos e surgiram a partir da demanda de pais adotivos, que sentiram necessidade de trocar experiências e vivenciar ajuda mútua (Levy & Gomes, 2017; Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018). Atualmente a maioria dos grupos conta com o apoio de profissionais interessados pelo tema e buscam parcerias com as Varas da Infância e da Juventude (Levy & Gomes, 2017; Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). Além dos Grupos de Apoio à Adoção, a família extensa se destaca como importante rede de apoio para a preparação dos pais para a chegada da criança, inserindo-a e legitimando seu lugar no circuito geracional. A família, de modo geral, possui o papel fundamental de integrar a criança à cadeia genealógica, recriando os papéis e funções familiares, dando sentido aos laços de parentesco estabelecidos simbolicamente (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015) e oferecendo suporte após sua chegada.

## **2.4 Rede de apoio social na família contemporânea**

Como visto acima, a chegada de uma criança implica em uma preparação dos pais para recebê-la, sendo necessária a realização de um trabalho psíquico, que conta com o apoio da família de origem, para inserir os filhos na cadeia geracional (Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). Entretanto, em alguns casos, após a chegada das crianças, a família necessita de suporte para dar conta de todas as demandas que surgem, principalmente por conta de uma dupla jornada (Silveira,

Bernardes, Wernet, Pontes & Silva, 2016). Devido a isso, é essencial a presença de outros atores e instituições que promovam auxílio em diversas esferas e componham a rede social do indivíduo (Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017).

Entende-se que tudo com que o sujeito interage faz parte de suas fronteiras e, por esta razão, seu sistema significativo inclui todo tipo de vínculo interpessoal como amigos, família, relações de estudo e trabalho, práticas sociais e comunitárias, entre outras, não se restringindo à família nuclear ou extensa (Sluzki, 1997). Desse modo, a rede social é formada pelo conjunto de relações consideradas como significativas pelo indivíduo, ou seja, aquelas que se diferem das relações sociais em geral, que fornecem sentimentos de bem estar psicossocial e contribuem para a formação da identidade e autoimagem do indivíduo (Rangel & Sarriera, 2005; Pedro, Rocha & Nascimento, 2008; Sluzki, 1997). O aspecto afetivo passou a ser considerado ao definir as redes sociais, por conta da importância dos vínculos afetivos para a construção e permanência das redes e das ofertas de apoio e proteção (Brito & Koller, 1999; Juliano e Yunes, 2014). Elas se apresentam aos indivíduos como possibilidade de estruturar e ressignificar suas histórias e implicam em uma interdependência dos membros, marcada pela reciprocidade, que propicia efeitos positivos em quem recebe apoio e em que o oferta (Evangelista & Constantino, 2013).

Ao avaliar as redes de um indivíduo, levam-se em consideração suas características estruturais, os atributos e as funções de cada vínculo estabelecido. Em termos de características, analisam-se alguns fatores como, por exemplo, o tamanho da rede, a coesão e sua dispersão (Sluzki, 1997). O tamanho da rede corresponde ao número de pessoas que lhe compõe, podendo-se notar maior efetividade nas de tamanho médio. No caso das redes mínimas pode se gerar peso excessivo aos membros ou afastamento para evitar sobrecarga e, em redes muito numerosas, pode haver baixa efetividade devido à crença de que outra pessoa oferecerá ajuda. Em relação à coesão, nota-se que quanto maior a densidade da rede, ou seja, quanto maior a conexão dos membros entre si, independente de uma figura principal, mais rígidos são os relacionamentos; quanto menor a densidade, menor é a efetividade, visto que há diminuição da preocupação entre os membros da rede. Já a dispersão da rede social influencia diretamente o acesso e a sensibilidade dos membros às demandas dos indivíduos (Sluzki, 1977).

Características socioculturais como, por exemplo, a limitação de recursos financeiros, intensificam a distância entre os membros, restringindo os acessos e concentrando as redes nos locais de domicílio dos indivíduos. Esse fato proporciona homogeneidade à rede, o que pode ser positivo no sentido de promover maior identificação sociocultural, entretanto limita e reduz a oferta de apoio (Silveira, Bernardes, Wernet, Pontes & Silva, 2016; Sluzki, 1997). Tratando-se dos atributos do vínculo, pode-se pensar em sua intensidade, na predominância de determinadas funções, na versatilidade da rede, que se relaciona com a quantidade de funções exercidas e na frequência dos contatos, que sofrem interferência da distância estabelecida entre seus membros (Sluzki, 1997).

Em relação às funções exercidas pela rede, o apoio social pode ser citado como principal, estando diretamente ligado ao suporte oferecido ao indivíduo em momentos de necessidade nos níveis emocional, material, informativo e de interação social, auxiliando na construção e ampliação dos vínculos por meio de relações formais e informais (Evangelista & Constantino, 2013). As relações formais se dão no âmbito profissional, enquanto as informais são de cunho pessoal, caracterizadas pela presença de vínculos afetivos, havendo trocas com familiares, amigos, vizinhos e todos os indivíduos que possuam proximidade. O âmbito emocional envolve expressões de amor e afeto; o material se expressa por meio de trabalhos práticos e ajuda financeira; o informativo compreende sugestões, orientações e aconselhamento e o de interação social diz respeito à companhias para atividades de lazer (Rosa & Benício, 2009). Faz-se necessário diferenciar o conceito de apoio social e de rede de apoio social. O apoio social é uma das funções criativas da rede social para lidar com situações de crise e promover desenvolvimento, enquanto a rede de apoio social é o conjunto de pessoas e instituições que desempenham o apoio social, sendo fundamental para um desenvolvimento social saudável (Lomando, Wagner & Gonçalves, 2011; Rangel & Sarriera, 2005).

As redes sociais possuem um caráter dinâmico, sendo construídas, reconstruídas e sofrendo modificações, ao longo do tempo, conforme as situações vivenciadas pelo indivíduo e as demandas que surgem no decorrer do ciclo vital (Evangelista & Constantino, 2013; Seibel, Falceto, Hollist, Springer, Fernandes & Koller, 2017). Dentre os eventos que podem ocorrer ao longo da vida, a transição para a parentalidade e as mudanças no local de moradia e nas



relações de trabalho são citados como promotores de redução do tamanho da rede e da disponibilidade de apoio social fornecido, o que impulsionam sua reconstrução (Silveira, Bernardes, Wernet, Pontes & Silva, 2016). O início de um relacionamento e da vida social e o envolvimento com questões familiares são outros exemplos de eventos normativos ou já esperados que podem influenciar e/ou promover alterações nas redes sociais dos indivíduos. Eventos de vida considerados normativos, que seguem um padrão esperado, muitas vezes de acordo com a faixa etária, e ainda os eventos não normativos, ou seja, os que não seguem um padrão, repercutem de diversas formas na rede social de um indivíduo, tendo efeitos tanto na sua estrutura quanto na percepção sobre sua efetividade. Eventos normativos possuem tendência de expandir as redes sociais ao passo que os eventos não normativos podem provocar sua diminuição (Seibel, Falceto, Hollist, Springer, Fernandes & Koller, 2017; Wrzus, Hanel, Wagner & Neyer, 2013).

Fortes indícios apontam que redes sociais confiáveis, sensíveis, estáveis e ativas auxiliam na proteção do indivíduo contra doenças, oferecendo auxílio, afetando na rapidez e efetividade do acesso aos serviços de saúde, acelerando os processos de cura e aumentando o tempo de vida das pessoas (Sluzki, 1997). As redes promovem maior senso de pertencimento, dão sentido à vida de seus membros, previnem violências e proporcionam relacionamentos mais saudáveis, estimulando práticas de cuidado e preservação da vida (Juliano & Yunes, 2014; Seibel, Falceto, Hollist, Springer, Fernandes & Koller, 2017; Sluzki, 1997). As redes de apoio oferecem auxílio em momentos de crise e possibilidades de desenvolvimento emocional e social por meio das relações estabelecidas, seja no trabalho, lazer, amizades, estudos, entre outras, o que pode impactar de forma positiva ou negativa a saúde física e emocional dos indivíduos (Brito & Koller, 1999; Juliano & Yunes, 2014; Sluzki, 1997). Ao se tratar da parentalidade, há novas exigências quanto à dinâmica familiar, devido à necessidade de conciliar trabalho, tarefas domésticas e os cuidados básicos infantis. Deste modo, nota-se que a presença de redes de apoio possuem ação fundamental na saúde, formação e desenvolvimento infantil (Seibel, Falceto, Hollist, Springer, Fernandes & Koller, 2017; Silveira, Bernardes, Wernet, Pontes & Silva, 2016). O apoio social, oferecido pelas redes, afeta o comportamento parental no sentido de ampliar as possibilidades de socialização dos filhos e de ofertar informações e recursos

necessários às demandas infantis (Brand, Zaidman-Zait & Most, 2018; Coltro, Paraventi & Vieira, 2020). A percepção positiva do apoio recebido pelos pais é refletida no funcionamento familiar, atenuando fatores como estresse parental e depressão materna, propiciando uma superação saudável destes estressores (Macedo, Dimenstein, Sousa, Costa & Silva, 2018).

Rosa e Benício (2009), ao levantarem alguns estudos que analisam a influência de características como nível socioeconômico, gênero, idade e estrutura familiar na formação das redes de apoio, observam que pessoas que exercem funções profissionais com maior reconhecimento social recebem mais apoio social. Em conformidade com este fato, nota-se que quando se trata da idade, jovens possuem redes sociais mais numerosas e maior apoio social quando comparado aos idosos. Os idosos com renda e nível educacional mais elevados, possuem mais contato com amigos, recebem mais apoio e apresentam maior satisfação em relação à percepção do apoio recebido. Do mesmo modo, os referidos autores apontam a existência de pesquisas que evidenciam uma diferença na formação das redes sociais de homens e mulheres, corroborando as ideias de Sluzki (1997), que pontua que mulheres possuem redes sociais maiores e mais amplas do que os homens. Esta diferença é vista como consequência de uma maior facilitação cultural e sociabilidade impostas às mulheres, o que promove relações de maior qualidade e intensidade. Em relação à estrutura familiar, Rosa e Benício (2009) apontam que alguns estudos revelam que pessoas casadas, de ambos os sexos, recebem forte apoio das famílias, o que influencia na saúde dos indivíduos, promovendo maior longevidade.

Como apontado por Sluzki (1996), qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual, está em constante relação social, influenciando e sendo influenciada por sua rede social, que se estrutura a partir de suas vivências, o que leva à necessidade de pensar a forma como homossexuais estruturam suas redes. Ao analisar as redes sociais de casais heterossexuais, nota-se que a relação com a família de origem é um fator significativo na conjugalidade heterossexual (Mosmann, Wagner & Féres-Carneiro, 2006). Já quando se trata de relacionamentos homossexuais, há desafios em estabelecer relações sociais em um contexto cultural heteronormativo que por muito tempo estigmatizou esses indivíduos (Rostosky, Korfhage, Duhigg, Stern, Bennett & Riggle, 2004). Com o objetivo de expandir as relações de apoio para além da família de origem e

aumentar as redes sociais, a partir dos desafios impostos aos casais que não seguem o padrão heteronormativo, nota-se a formação das famílias de escolha e/ou construídas, que se apresentam de forma eficaz para consolidar a conjugalidade homoafetiva, visto que em muitos casos a família de origem não aprova a relação (Lomando, Wagner & Gonçalves, 2011; Rostosky, Korfhage, Duhigg, Stern, Bennett & Riggle, 2004). A família de escolha e/ou construída é formada baseando-se nos laços afetivos, que nestes casos, são tão valorizados quanto os laços sanguíneos (Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017).

Em muitos casos, a assunção de um relacionamento homoafetivo pode gerar o afastamento de familiares e amigos (Medeiros, 2006), o que acaba por reduzir as redes sociais destes indivíduos (Tarnowski, 2004). Choque, raiva, culpa, vergonha e negação são os sentimentos mais comuns entre pais e mães. Já entre irmãos, a confusão, a raiva e o afastamento são notados com maior frequência (França, 2009; Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017). Contudo, apesar da crise gerada a partir da assunção do relacionamento, em alguns casos, pode-se notar uma posterior aceitação e reaproximação principalmente de mães e pais. As relações de amizade possuem peso expressivo para indivíduos homossexuais que, muito por conta do afastamento da família, consideram os amigos como principal fonte de apoio (Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017). A percepção do apoio e a aceitação da orientação sexual e da relação homoafetiva pela rede de apoio e pela família possuem valor significativo para a qualidade conjugal destes casais (Rostosky, Korfhage, Duhigg, Stern, Bennett & Riggle, 2004).

O preconceito sofrido por homossexuais acaba por restringir, em alguns casos, suas relações sociais, promovendo isolamento e prejudicando o relacionamento e o desempenho das funções parentais (Rodrigues & Paiva, 2009). Corroborando esta ideia, o estudo realizado por Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski (2017) apontou, ao mapear as redes de apoio das participantes, mulheres que se encontravam em relacionamentos homoafetivos, o predomínio de redes localizadas. Segundo Sluzki (1997) este tipo de rede é considerada menos efetiva e flexível por tornar o indivíduo dependente de fontes específicas de apoio, não apresentando diversidade. A literatura aponta que as famílias homoparentais são afetadas pela escassez de redes de apoio social, seja por parte das famílias de origem ou da sociedade em geral, o que acaba provocando angústia, dificultando e

promovendo mais desafios ao exercício da parentalidade (Tarnovski, 2004). No caso de pessoas homossexuais, nota-se que a comunidade LGBTI+ e as instituições voltadas à esta população possuem papel importante na socialização desses indivíduos e na oferta de apoio aos mesmos, pois promovem a sensação de pertencimento, auxiliando na construção de suas identidades (Lomando, Wagner & Gonçalves, 2011).

### **3 FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS: UMA CONFIGURAÇÃO POSSÍVEL**

Como visto anteriormente, avanços no cenário social como por exemplo o aumento do número de divórcios, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o declínio do modelo patriarcal e o controle da natalidade, proporcionaram a ampliação do conceito de família na contemporaneidade, a qual passou a ser configurada pela lógica dos vínculos socioafetivos e pela união entre pessoas com os mesmos objetivos e projetos de vida (Ceccarelli, 2002; Rodriguez & Paiva, 2009), o que legitimou diversas configurações familiares, dentre elas a homoparental. Este capítulo se propõe a explicar sobre a homoparentalidade. Em um primeiro momento será feita uma conceitualização da configuração familiar homoparental. Posteriormente, será realizado um breve histórico sobre a homossexualidade, buscando também entender as origens dos estigmas sociais que recaem sobre as famílias homoparentais. Em um terceiro momento, será explorado o projeto de parentalidade adotado pelas famílias homoafetivas, levando em consideração as preferências de acordo com o sexo de cada casal. Finalizando este capítulo, serão abordadas algumas especificidades dessa configuração familiar, bem como algumas questões que giram em torno desse tipo de parentalidade.

#### **3.1 Homoparentalidade: um direito conquistado**

As sociedades contemporâneas são cada vez mais atravessadas por mudanças em relação ao aumento e invenção de novas tecnologias e às normas que regem a organização dos laços sociais, proporcionando uma diversidade de expressões da sexualidade e levantando questionamentos a respeito das identidades de gênero (Fiorini, 2017). Diante da amplitude de conceitos, convém pontuar que a identidade de gênero se relaciona com a percepção de uma pessoa em relação a si mesma como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação que não se enquadre no binarismo homem/mulher. Essa percepção independe do sexo biológico e não está, necessariamente, visível para outras pessoas (Reis, 2018). Nesse contexto, a atualidade abarca inúmeras formas de viver a relação familiar, dando visibilidade a uma variedade de configurações alternativas de família. Os avanços da biotecnologia fazem surgir novas possibilidades de parentalidades, por meio da utilização de técnicas que promovem a filiação independente da reprodução biológica. Estas técnicas podem ser aplicadas não só à família nuclear, tradicional, heterossexual, mas também a famílias não convencionais, como as que

se formam a partir da união entre homossexuais, travestis e/ou transexuais (Fiorini, 2017), reconhecidas como famílias homoparentais.

O termo homoparentalidade foi criado em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas – APGL, na França, e se refere às relações parentais em que pelo menos um indivíduo homossexual se responsabiliza e cuida de uma criança (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015; Lira, Moraes & Boris, 2016; Rosa & Pessoa, 2019). A APGL, criada em 1986, é uma das principais associações homoparentais do mundo e é responsável por realizar ações de compartilhamento de experiências e informações e facilitar o acesso a serviços profissionais para famílias homoparentais e para futuros pais e mães (Blankenheim, Oliveira-Menegotto & Silva, 2018). Nota-se que este termo é considerado muito novo e foi criado em um contexto social, adentrando recentemente o campo científico. Deste modo, pode-se observar, em estudos ingleses e norte-americanos, a incidência de termos como *lesbian families*, *gay families*, *lesbian motherhood*, *same sex couples*, *lesbian and gay parenting/parenthood* e *non traditional families*; e, no Brasil, principalmente nos campos do Direito e da Medicina, os termos famílias alternativas, maternidade gay e maternidade lésbica (Machin, 2016; Blankenheim, Oliveira-Menegotto & Silva, 2018).

Faz-se necessário levantar algumas considerações sobre o uso do termo homoparentalidade, o qual é caracterizado como controverso, pois, ao mesmo tempo em que é utilizado com um caráter estratégico, buscando visibilidade e destaque para o tema e apontando a conquista de direitos pelas famílias homoparentais (Machin, 2016; Gurgel & Uziel, 2019), marca a preponderância da sexualidade dos pais em detrimento de outras questões, vinculando sexualidade e parentalidade e pontuando que esta característica atravessa as relações entre pais e filhos (Silva, Uziel & Hernández, 2013; Rodriguez, Merli & Gomes, 2015; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018). Outra crítica ao termo homoparentalidade se dá no âmbito do binarismo homo/heterossexualidade que acaba por ser reforçado, visto que não existe um termo equivalente a este para designar as famílias cujos pais possuem orientação heterossexual, reservando às famílias homoafetivas com filhos um lugar de “diferença” (Vilhena, Souza, Uziel, Zamora & Novaes, 2011; Ponte, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

Contudo, o emprego deste termo é justificado pela necessidade de nomear uma categoria, tornando-a existente. Dessa forma, possibilitou-se a construção de

uma categoria social, dando visibilidade a uma configuração familiar até então sem nome, marcando a coexistência entre homoafetividade e parentalidade e possibilitando seu estudo e problematização (Zambrano, 2006; Ponte, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017). Importante ressaltar que este termo é considerado insuficiente quando se trata do exercício da parentalidade por transgêneros, terminologia que engloba travestis e transexuais (Reis, 2018). O conceito de homoparentalidade contempla apenas a orientação sexual, referindo-se, dessa forma, à pessoas cujo desejo sexual está orientado para outras do mesmo sexo, excluindo aquelas que passaram por mudanças de gênero (travestis) e de sexo (transexuais). A orientação sexual se caracteriza por uma inclinação involuntária pessoal em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mesmo gênero, de mais de um gênero, dentre outras possibilidades e que se difere da transgeneridade, a qual se relaciona com a identidade de gênero (Reis, 2018). É relevante pontuar que, por mais que estas pessoas sejam incluídas no universo homossexual, possuem especificidades e particularidades referentes à sua construção identitária e em suas relações de parentalidade (Zambrano, 2006). Dessa forma, alguns autores, inspirados nas discussões de grupos e associações que defendem a causa LGBTI+, sigla que representa a população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, interssexuais e abrange outras orientações sexuais, expressões de gênero e identidades através do símbolo +, estão começando a utilizar o termo “Homotransparentalidade” (Reis, 2018) para promover uma maior inclusão dessas identidades, considerando a orientação sexual, no caso dos homossexuais; o gênero, no caso das travestis e o sexo, no caso das transexuais (Zambrano, 2006). Seguindo estas ideias, a família homotransparental é concebida como uma configuração na qual pelo menos uma pessoa vivencie a orientação homossexual e/ou a identidade de gênero trans (Reis, 2018).

A partir da década de 1960, houve um aumento do engajamento de pessoas homossexuais buscando o reconhecimento social de direitos que, até então, eram garantidos apenas aos heterossexuais, entre eles a conjugalidade e, posteriormente a parentalidade (Ferrari & Andrade, 2011; Martinez, 2013). Este movimento avançou em alguns países da Europa e teve destaque nos Estados Unidos, mais especificamente entre 1965 e 1970, e se intensificou com o reforço dos movimentos de descriminalização das minorias sociais (Martinez, 2013), marcados pela despenalização da homossexualidade, a partir da retirada das

práticas sexuais homoafetivas dos códigos penais e por sua desmedicalização, com a retirada da categoria da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (Arán, 2002; Tannuri e Silva, 2019). Essas reivindicações foram reforçadas pela epidemia da AIDS, na década de 1990, que trouxe à tona a fragilidade jurídica dos homossexuais, visto que, com as inúmeras mortes provocadas pela epidemia, muitos parceiros permaneceram desamparados, sem direitos a bens e herança. Atendendo a essas reivindicações, foram instituídos, em alguns países, determinados direitos patrimoniais e/ou civis (Uziel, 2009; Pombo, 2019). A França foi um dos primeiros países a reconhecer esses direitos através da aprovação, em 1999, do Pacto Civil de Solidariedade (PACS), o qual permitia a união entre pessoas de mesmo sexo e estabelecia direitos e deveres legais; entretanto, não cedia ao casal o direito à filiação (Grossi, 2003; Pombo, 2019).

A conquista de direitos aos homossexuais se expandiu, atingindo, em meados dos anos 2000, alguns países desenvolvidos da América do Norte e da Europa. Em relação à América do Sul, a Argentina foi o primeiro país a aprovar a união entre pessoas do mesmo sexo, em 2010. No Brasil, a primeira conquista se deu em 05 de maio de 2011, com o reconhecimento da união estável e do casamento civil entre homossexuais, pelo Supremo Tribunal Federal, marcando a garantia de direitos como assistência médica, pensão alimentícia e herança. Entretanto, alguns direitos como a troca de sobrenomes e de estado civil nos documentos permaneceram reservados aos casais heterossexuais (Tannuri & Silva, 2019). Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça tornou obrigatória a efetivação da união estável aos casais homoafetivos, bem como sua conversão em casamento civil (Lira, Moraes & Boris, 2016), o que garantiu a esses casais a troca de sobrenomes e por sua vez a mudança de estado civil na documentação, passando esta configuração familiar a estar amparada institucionalmente e garantindo o direito à adoção e à realização de procedimentos reprodutivos (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018; Pombo, 2019; Tannuri & Silva, 2019).

O Censo realizado em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou a existência de cerca de 60 mil casais homoafetivos no Brasil, embora esses arranjos pudessem existir em maior número, visto que, neste mesmo ano, 17 milhões de pessoas se autodeclararam como homossexuais (Meletti & Scorsolini-Comin, 2015; Rodriguez, Merli & Gomes, 2015; Santos, Araújo, Negreiros &



Cerqueira-Santos, 2018). Pesquisa realizada por Tannuri e Silva (2019) aponta que no período de 2011 a 2014, segundo o documento “Estatísticas do Registro Civil” (2014), a maior parte dos casamentos foi realizada na região Sudeste (60,3%) e a menor parte na região Norte (3,4%). Em relação aos gêneros constatou-se uma pequena diferença entre os percentuais onde 49,7% das uniões foram realizadas entre cônjuges masculinos e 50,3% entre cônjuges femininos.

Estes dados apontam a existência de uma quantidade significativa de casais homoafetivos no Brasil, o que prova que a homoparentalidade é uma configuração familiar possível e justifica a importância dos estudos, cada vez maiores, sobre este tema. Contudo, antes de explorar as especificidades da parentalidade homoafetiva, faz-se necessária uma rápida apresentação sobre os sujeitos homossexuais, os quais compõem esta família; sujeitos estes que até hoje sofrem preconceitos e lutam pela igualdade de direitos e pela possibilidade de expressar livremente seus desejos.

### **3.2 Conhecendo os protagonistas: breve histórico da homossexualidade**

A forma de conceber a homossexualidade sofreu alterações ao longo da história. Na Antiguidade, algumas culturas encaravam as relações entre pessoas do mesmo sexo como sendo intrínsecas ao ser humano. Como exemplo, pode-se destacar a cultura grega da Antiguidade Clássica em que a mulher era vista como inferior ao homem tanto intelectualmente quanto física e emocionalmente. Esta forma de engendrar a mulher promoviam maior aceitação das relações homoafetivas, que por sua vez eram encarregadas de dar conta das relações que não eram supridas pelo casamento (Dieter, 2012; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

Dentro da cultura grega podem-se destacar ainda duas formas de sociedade. A primeira delas é a espartana, reconhecida por ser uma sociedade guerreira e aceitar socialmente as relações homoafetivas devido à crença de que o relacionamento entre os guerreiros e seus aprendizes promoveria um fortalecimento e coesão militar entre eles. A segunda forma de sociedade a ser destacada é a de Atenas, reconhecida pela aceitação de relações de pederastia, ou, no grego clássico *paiderastia*, derivada do termo *paideia*, que significa educação. Nessa sociedade eram comuns relações entre homens mais velhos e rapazes de idade entre 12 e 18 anos, vistas como um princípio importante da educação dos

jovens, principalmente para o desenvolvimento da masculinidade. Contudo, é importantedestacar que as relações entre homens só eram aceitas em um contexto educativo e em casos em que o homem era ativo durante o ato sexual, assumindo uma postura dominante, o que era visto como sinônimo de masculinidade e virilidade. A passividade em relação ao ato sexual, por sua vez, era vista como vergonha social e sinal de fragilidade e submissão, assemelhando o homem à condição social feminina e dos escravos (Dieter, 2012; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

Acompanhando essa lógica, em Roma, assim como na Grécia, o ato sexual entre homens, conhecido como sodomia, também era permitido e expressava a virilidade masculina e sua relevância na sociedade. Seguindo os moldes gregos, essa visão era aplicada apenas ao polo ativo da relação, pois a passividade era uma condição imposta aos escravos que serviam aos senhores (Dieter, 2012; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017). Pode-se dizer, então, que a homossexualidade e a virilidade atravessavam as relações de dominação e de poder, sendo importantes para classificar e hierarquizar a sociedade (Foucault, 1988).

A queda do Império Romano marcou a transição da Antiguidade para a Idade Média e, durante este período, a Igreja Católica exerceu grande influência religiosa no mundo ocidental, sendo a instituição de maior poder e condicionando mudanças não só nas práticas religiosas, mas também nas relações políticas e sociais, as quais podiam ser percebidas, por exemplo, através da arte, filosofia, arquitetura e cultura. Através de sua filosofia religiosa, regulou as práticas de sexualidade entre homens e mulheres, estabelecendo o que era normal, bem como as anomalias, e instaurando o preconceito contra as relações homossexuais (Dieter, 2012).

No período medieval, pregava-se a ideia de que, qualquer atividade sexual que não fosse realizada dentro do matrimônio, única e exclusivamente com a finalidade de procriar, era um pecado mortal. Este argumento servia para justificar a visão preconceituosa incentivada contra homossexuais, visto que as relações entre pessoas do mesmo sexo biológico não resultam em procriação. Esta ideia era defendida pela Igreja principalmente devido à baixa expectativa de vida da época e, como consequência, relações que não resultassem em filhos poderiam significar o fim da humanidade. Em virtude deste pensamento, o relacionamento

homossexual masculino era ainda mais discriminado do que o feminino posto que, no caso dos homens, havia a perda de sêmen, que era considerado a semente da vida (Maracajá & Batista, 2014). Devido à desvalorização das mulheres, acreditava-se que a homossexualidade feminina era apenas um comportamento que desrespeitava as regras em relação ao sexo (Dieter, 2012; Faro, 2015; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

A partir de então a homossexualidade passou a ser vista como algo profano, contrariando os valores e princípios divinos, o que reforçava a condenação e perseguição dos homossexuais pela Inquisição (Dieter, 2012). Como consequência da centralização do poder nas mãos da Igreja, o discurso predominante girava em torno do controle dos corpos e da sexualidade com base na dualidade pecado *versus* salvação da alma, reservando à homossexualidade o lugar de anormalidade, abjeção e impureza (Dieter, 2012; Faro, 2015; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

Com o passar do tempo novas modificações ocorreram em vários âmbitos da sociedade, sendo a crise do feudalismo, modo de organização social e político da Idade Média, e o enfraquecimento da Igreja Católica, alguns dos acontecimentos que marcaram a transição da Idade Média para a Idade Moderna. A partir do século XV, a busca por um retorno à perspectiva de vida da Antiguidade greco-romana, que trouxe à tona uma visão mais humanista, como forma de se opor aos pensamentos da Igreja, resgatou a visão do amor masculino. Esse resgate promoveu a aceitação de relações homoafetivas, contanto que não ocorressem entre homens com pouca diferença de idade, visto que nelas um dos dois assumiria o polo passivo na relação, o que comprometeria sua masculinidade (Dieter, 2012).

O início da Idade Moderna promoveu uma série de questionamentos à Igreja e possibilitou o início da consolidação da Ciência como nova fonte de conhecimentos, a qual, por sua vez, buscou entender as relações entre pessoas do mesmo sexo. Sob essa novaperspectiva, a sexualidade passa a ser explicada pelo modelo unissexual (*one-sex model*), no qual a mulher era entendida como uma versão invertida e inferior do homem, porém necessária para a reprodução da espécie. Como consequência, pode-se dizer que havia apenas um sexo e que o ápice de sua realização se apresentava por meio do corpo masculino. Esse pensamento perdurou até o século XVIII e, graças a ele, as distinções entre

masculino e feminino eram percebidas apenas através das posições sociais diferentes entre eles, e não através da oposição entre os sexos (Laqueur, 2001; Nunan, 2003).

No final do século XVIII e início do século XIX, Iluminismo e Revolução Burguesa promoveram mudanças políticas na forma de conceber a mulher, que passou a ser vista como igual aos homens perante a lei e alterou o modo como ciência e medicina entendiam sua anatomia. Estes movimentos geraram problemas políticos e ideológicos e para solucioná-los houve a necessidade de levantar os indícios da existência de dois sexos distintos, marcados por evidências anatômicas e fisiológicas. Diante disso tornou-se possível uma nova forma de pensar as diferenças entre homens e mulheres, que passaram a ser pautadas na oposição e complementariedade entre eles, fazendo surgir o modelo bissexual (*two-sex model*). Desse modo, passou-se a conceber a existência de um dimorfismo sexual original, marcando diferenças entre os sexos em vários âmbitos como, por exemplo, o corporal, o físico e o moral. Houve, então, uma bissexualização dos corpos e do psiquismo marcados pelo sexo biológico portado pelo indivíduo, o qual era definido a partir dos órgãos sexuais. Com o surgimento dessa nova concepção sobre a mulher, a categoria inversão, que antes lhe era atribuída, passa a ser utilizada para designar os homossexuais (Laqueur, 2001; Nunan, 2003).

Costa (1995) aponta que a inversão era considerada uma perversão do instinto sexual, visto que o indivíduo possui um corpo masculino, mas apresenta uma sexualidade feminina recém-criada, manifestando um duplo desvio. As relações eram concebidas com a finalidade de reprodução biológica, que se dá por meio do ato sexual entre homens e mulheres. Como consequência, todas as relações que não visavam à reprodução eram consideradas como um desvio ou perversão. No final do século XIX, a ascensão do discurso médico-científico promoveu uma preocupação com o estudo e classificação das patologias, tendo como primeiras investigações as causas da homossexualidade visando uma normalização da vida sexual. A sexologia, ciência que se desenvolveu no século XIX junto com a psiquiatria, buscou classificar tipos e comportamentos sexuais, definindo a personalidade do homossexual como sendo patológica e possível de ser diagnosticada por meio de exames médicos, colocando-o no lugar do anormal e doente (Vieira, 2009), o qual deveria ser mantido em constante vigilância para

evitar que seus comportamentos fossem reproduzidos pelos indivíduos vistos como normais (Nunan, 2003; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

Com a influência dos conhecimentos médicos, da mudança que vinha sendo realizada no modo de entender as relações entre pessoas do mesmo sexo e a preocupação com o estudo e classificação das patologias houve uma modificação também no modo de nomear essas pessoas. O conceito de invertido foi substituído pelo de homossexual; expressão cunhada em 1869, pelo médico austro-húngaro Karl M. Kertbeny (Ceccarelli, 2008; Faro, 2015). “A criação de uma palavra corresponde, nesse caso, à criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social” (Badinter, 1992, p. 102). Seguindo esse raciocínio, o conhecimento médico buscou criar relações entre a identidade sexual dos indivíduos e as qualidades morais dos mesmos, criando estereótipos e paradigmas que eram impostos como características definidas de ser homossexual, fazendo surgir o gay extremamente afeminado e a lésbica completamente masculinizada. Estes estereótipos estão diretamente ligados ao modo de organização das relações sociais, as quais são marcadas por uma oposição entre o centro, reservado aos heterossexuais, que eram vistos como normais e detentores de um modelo a ser seguido e a margem, reservada aos que não se encaixam no padrão tido como normal. À homossexualidade coube o lugar da marginalidade, passando a ser relacionada com a imoralidade, promiscuidade e inferioridade; argumentos que serviram como base para as perseguições e atos preconceituosos contra essas pessoas (Kronka, 2003; Reinke, Schemes, Magalhães & Keske, 2017).

A crescente estigmatização social e discriminação contra os homossexuais impulsionaram o surgimento de movimentos em busca da igualdade de direitos entre os sexos questionando, principalmente, o lugar ocupado pela mulher na sociedade, reivindicando uma inclusão, um lugar de centralidade por serem indivíduos que possuem particularidades e direitos (Kronka, 2003). Esses movimentos tornaram-se mais evidentes no final da década de 1960 por meio do movimento feminista, o qual foi o principal incentivador da visibilidade da população homossexual (Ceccarelli, 2002; Tannuri & Silva, 2019). Essa aliança entre homossexuais e algumas feministas contra o sexismo e a cultura machista permitiu a estruturação de um movimento homossexual organizado e a busca por uma identidade gay (Fry & MacRae, 1985; Nunan, 2003).

A identidade pode ser definida como um aspecto que diferencia certas pessoas

de posições sociais e políticas comuns à uma determinada cultura, categorizando-as de acordo com o quanto se distanciam dos valores preponderantes na sociedade (Chasin, 2000; Nunan, 2003). Desse modo, a impossibilidade de identificação com grupos heterossexuais promove uma luta pela criação de uma identidade própria, cujo elemento principal, nesse caso, é o desejo homossexual (Souza, 1989). Leva-se em consideração que as pessoas que compartilham de um determinado estigma possuem a tendência a vivenciar experiências semelhantes, as quais afetam sua visão sobre o mundo e sobre si próprios. Este fato possibilita pensar a construção de uma identidade gay, que se forma a partir do modo como o indivíduo se reconhece e se identifica com seus iguais e do modo como é visto pela sociedade, ou seja, como se difere de outros grupos (Goffman, 1988; Nunan, 2003).

Em suma, acredita-se que o feminismo abriu caminhos e possibilitou a luta em favor da liberdade e fim da repressão às pessoas homossexuais (Tannuri & Silva, 2019) a partir da criação de uma identidade, que passa a ser defendida, fazendo surgir alguns movimentos de liberação homossexual. Estes movimentos tiveram ainda mais força após um episódio, ocorrido em junho de 1969, durante uma batida policial ao bar *Stonewall Inn*, em Nova York, frequentado por homossexuais que, cansados de sofrer perseguições e humilhações, resistiram ao ataque dos policiais e os trancaram no bar, ateando fogo (Maracajá e Batista, 2014; Pacheco, 2015). A partir deste episódio, seguiu-se uma luta incessante pela busca de direitos, pelo fim do preconceito que marginalizava estas pessoas e pela despatologização da homossexualidade, o que se deu por meio dos movimentos libertários que surgiram ao redor do mundo. Em 1974, o movimento gay pressionou a Associação Americana de Psiquiatria para que retirasse o homossexualismo da lista de doenças mentais, passando então a ser entendido como uma prática sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico e não mais como uma patologia, o que provocou também uma mudança no termo utilizado, adotando-se então o termo homossexualidade, visto que o sufixo “ismo” remete à doença, enquanto o sufixo “dade” se relaciona ao modo de ser, estando mais associado a uma identidade sexual (Dieter, 2012; Maracajá & Batista, 2014).

A luta pela despatologização da homossexualidade aponta a necessidade de reconhecimento do homossexual como sujeito desejante, pertencente ao centro, isto é, possuindo um lugar de participação no seio das relações sociais; o que até

então era reservado aos heterossexuais (Kronka, 2003). Com as crescentes conquistas, houve uma modificação da imagem que era atrelada à homossexualidade. No lugar da lésbica masculinizada, surge a lésbica extremamente feminina, inspirada na imagem da mulher independente e decidida, assim como no lugar do gay afeminado, surge o gay másculo, resgatando a tradição patriarcal, do homem viril e potente (Green, 2000). Contudo, é importante pontuar que essa nova imagem, apesar de remeter à ideia de que há uma linha tênue entre homossexualidade e heterossexualidade, se apresenta como nova forma de estereotipia, a qual permanece estigmatizando e mantendo o lugar de marginalidade do homossexual na organização das relações sociais. Esse novo estereótipo baseia-se em características tidas como heterossexuais visando promover aceitação da homossexualidade. Entretanto, homossexuais permanecem não sendo aceitos enquanto sujeitos da própria sexualidade. A travestilidade é aceita enquanto contribui para a diversão ou para o mercado sexual; o gay é aceito enquanto se comporta de maneira discreta e masculinizada; as relações entre mulheres são aceitas enquanto fetiche masculino, o que leva ao esvaziamento da subjetividade destes sujeitos e à permanência dos rótulos e estigmatizações sobre seus corpos (Kronka, 2003).

Como apontado por Kronka (2003), a globalização, característica do mundo moderno, acaba por desfamiliarizar os sujeitos de suas próprias raízes na tentativa de homogeneizá-los, propagando uma ideia de igualdade entre os sujeitos, o que camufla as diversidades que constituem cada identidade. Em consonância com esse pensamento, entende-se que a homogeneização e a ideia de igualdade entre as identidades acabam por gerar modelos de normalidade que invisibilizam a diferença. Desse modo, o que o outro apresenta de diferente em relação ao que é assentido como normal, é considerado como deficiência, desvio, perturbação e ameaça à normalidade (Ferre, 2001).

Devido a isso, criam-se situações para impossibilitar que os homossexuais convivam sob as mesmas leis e possuam os mesmos direitos que os heterossexuais como tentativa de manter um distanciamento em relação à homossexualidade, pois esta, enquanto perturbação e desvio, é vista como ameaça a normalidade da heterossexualidade. Este fato foi utilizado como pretexto para buscar impedir, por exemplo, a oficialização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, direito até então exclusivo dos heterossexuais, o que acabaria por desfazer um elemento

de diferenciação desses sujeitos, aproximando-os (Kronka, 2003).

A instituição da dualidade normal/anormal e o reconhecimento do anormal como uma ameaça faz com que as pessoas que não se encaixam na normalidade construída socialmente sejam tratadas de forma a buscar o apagamento da diferença identitária. Em razão disso, o diferente é tratado como igual, o que promove a desigualdade, visto que as leis dos iguais não lhes contempla, provocando exclusão. Essa igualdade na forma de ver e tratar o outro, muitas vezes, faz com que homossexuais busquem se encaixar em uma normalidade, tentando reproduzir alguns moldes heterossexuais. Diante disto, nota-se a importância da recuperação da subjetividade dos homossexuais e da reivindicação pelo reconhecimento da diversidade enquanto constitutiva desta subjetividade (Kronka, 2003).

Importante ressaltar que o termo homossexual pode ser considerado como uma grande categoria que engloba toda a diversidade existente de homossexualidades (Taques, 2007) e, em decorrência disso o movimento gay passou a ser conhecido, inicialmente, como movimento GLS, cuja sigla designa gays, lésbicas e “simpatizantes”, ou seja, pessoas que independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero são solidárias e abertas em relação a esse movimento. Entretanto, com o passar do tempo, novas categorias se consolidaram e a sigla GLS foi substituída por não contemplá-las, passando-se a utilizar a sigla LGBTI+ (Reis, 2018). Levando em consideração a existência de uma diversidade de homossexualidades e o fato de que a identidade sexual é composta por quatro dimensões, sendo elas a biológica, psicológica, sociológica e erótica/afetiva (Faro, 2015), a partir do final dos anos 90, passa-se a utilizar o termo homoafetividade com a finalidade de abarcar todas essas dimensões, realçando o aspecto da afetividade nos relacionamentos e não só da ordem do sexual (Oliveira, 2006).

Como apontado por Reis (2018), quando se trata de pessoas, deve-se utilizar o termo homossexual, o qual se refere à orientação sexual; já quando se trata de relações estabelecidas entre indivíduos homossexuais, deve-se utilizar o termo homoafetivo. Nessa medida, esse critério de utilização dos termos homossexual e homoafetivo será adotado no presente trabalho. Com o passar do tempo e com o crescimento e maior estruturação do movimento LGBTI+, novas discussões surgiram em torno das especificidades de cada categoria, e novas pautas foram



sendo incluídas às reivindicações, dentre elas o direito à conjugalidade e, posteriormente, à parentalidade.

### **3.3 Projeto parental em casais homoafetivos**

Alguns fatores influenciam a decisão de casais para realizar o projeto de parentalidade, dentre eles as trajetórias individuais e um contexto que leva em consideração os valores culturais e simbólicos, como por exemplo, a concepção de família, transmissão genética e questões sanguíneas, a respeito do que se considera uma “verdadeira” família. Nota-se que o desejo por filhos está vinculado à experiência de um ou de ambos os envolvidos no projeto. Atentando-se às famílias homoparentais, em casais masculinos, este desejo se apresenta, na maioria dos casos, como sendo exclusivo de apenas um dos cônjuges, tornando-se posteriormente, um desejo compartilhado pelo casal. Em contrapartida, nos casais femininos, o projeto de parentalidade parte, desde o início, como um desejo do casal. É importante levar em consideração, também, que as histórias familiares prévias funcionam como referência ao modelo de família a ser construído, o que remonta à histórias pessoais e da família de origem (Machin, 2016).

Como assinalado por Machin (2016), o reconhecimento social da conjugalidade homoafetiva, que é classificada pelo próprio casal como sendo tradicional e dentro dos padrões, por possuírem vínculos de fidelidade e reciprocidade, favorece a busca pela parentalidade como forma de se afirmar como família. Essa decisão costuma estar associada à conquista de estabilidade profissional e financeira, que é vista pelo casal como condição essencial para se tornarem pais. Há também a consideração de alguns aspectos materiais como reformas ou compras de casas e apartamentos maiores e a garantia de poupança para gastos futuros, o que comprova que há preocupação com uma preparação prévia para receber o(s) filho(s) (Machin, 2016; Tarnovski, 2004).

Ao iniciar um projeto parental, os casais homoafetivos possuem quatro formas de acesso à parentalidade e a escolha por uma delas varia de acordo com as condições sociais, culturais e legislativas de cada país (Uziel, 2011; Araldi & Serralta, 2019). A primeira possibilidade, e a mais comum no Brasil, seria a recomposição de famílias após a assunção da homossexualidade pelos membros do casal. Nesses casos, pelo menos um dos cônjuges possui filho(s) de relacionamentos heterossexuais anteriores (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015). A

segunda forma seria através da utilização de tecnologias reprodutivas (Rodriguez & Gomes, 2012), entre elas a inseminação artificial e a fertilização medicamente assistida. No caso específico dos homens, há ainda a necessidade de doação temporária de útero, conhecida como barriga de aluguel. Em todos os procedimentos pode-se utilizar o sêmen de um doador anônimo ou de um dos pais (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017). Apresenta-se, como terceira possibilidade, a coparentalidade, por meio da qual homossexuais se associam a parceiros do outro sexo para facilitar a chegada e os cuidados com o(s) filho(s), podendo haver ou não relações sexuais entre eles (Tarnovski, 2013). Outra forma de acessar à parentalidade é por meio da adoção, podendo ser realizada pelo casal ou por apenas um dos membros (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017; Pombo, 2019). No Brasil, ocorre com muita frequência uma possibilidade de adoção conhecida como “adoção à brasileira”, na qual um casal ou uma única pessoa se responsabiliza pela criação do filho de terceiros, registrando-o legalmente em seu nome, como se fosse filho biológico e assumindo todas as funções parentais (Tarnovski, 2004; Silva, Uziel & Hernández, 2013).

É importante ressaltar que a adoção e a utilização de tecnologias reprodutivas formam uma unidade familiar simples, centrada no casal, enquanto a coparentalidade dá ênfase ao(s) filho(s) e se assemelha ao modelo heterocentrista marcado por uma recomposição, de modo que a criança faz parte de duas células familiares, fornecendo-se uma mãe e um pai identificáveis. Assim sendo, a coparentalidade seria mais aceita pela sociedade, pois nela há a reapropriação de um modelo já existente, em que os pais da criança estão separados, havendo uma dissociação entre conjugalidade e parentalidade, enquanto que nos outros casos o filho é criado em famílias nas quais os cônjuges apresentam o mesmo sexo biológico, o que promove certa perturbação social (Tarnovski, 2001).

As tecnologias reprodutivas são uma série de técnicas paliativas de manipulação médica que surgiram para dar conta do desejo da parentalidade em casos de in/hipofertilidade humana em casais, mulheres ou homens solteiros (Ferrari & Andrade, 2011; Pontes, Féres- Carneiro & Magalhães, 2015). O surgimento destas técnicas e, posteriormente, sua utilização como um complemento às relações sexuais, possibilitou que novas configurações familiares fossem formadas, contribuindo também para a garantia de direitos da população LGBTI+. Desse modo, tornou-se possível a existência de famílias homoparentais

masculinas e femininas onde apenas um dos cônjuges possui vínculo biológico com a criança; casais de mulheres em que uma engravida por meio da doação do óvulo de sua companheira, técnica conhecida como ROPA (Recepção de Óvulos da Parceira); transexuais masculinos que engravidam; casais masculinos que, a partir da doação de um útero, realizam uma gestação substituta e se tornam pais, prática conhecida como barriga de aluguel, dentre outras possibilidades (Vitule, Couto & Machin, 2015). O uso de tecnologias reprodutivas torna necessário o envolvimento de pelo menos uma terceira pessoa, que seria o médico a realizar o procedimento, porém pode haver também o envolvimento de uma quarta pessoa, que seria o doador do material genético (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

A coparentalidade, assim como a utilização de tecnologias reprodutivas, as quais muitas vezes se associam, possibilita a parentalidade aos casais homoafetivos, podendo assumir diversos arranjos, variando de acordo com o estado civil dos parceiros e o papel reservado a cada um desde a elaboração do projeto parental. Desse modo, casais de homens podem se associar a casais de mulheres para terem um filho; casais de homens podem se associar a uma mulher solteira, independente de sua orientação sexual ou ainda, casais femininos podem recorrer a um homem solteiro, que também pode ser homossexual ou heterossexual, para concluir o projeto de parentalidade. A procriação, nesses casos, pode ser realizada através de uma relação sexual pontual; de fecundação caseira, que ocorre geralmente com o auxílio de uma seringa e sem aparatos médicos ou ainda através de reprodução medicamente assistida (Ferrari & Andrade, 2011; Uziel, 2011). Assim sendo, a criança é reconhecida e criada de forma partilhada pelos pais biológicos e seus cônjuges, que são reconhecidos como pais socioafetivos, como geralmente ocorre nas famílias recompostas, com a diferença de que não há memória de um vínculo conjugal entre os pais biológicos (Ferrari & Andrade, 2011; Tarnovski, 2013).

Em alguns países, como a França, a coparentalidade se apresenta como melhor alternativa para que homens gays tenham acesso à parentalidade, visto que a utilização da gestação substituta é ilegal no país e muito custosa em países vizinhos, e a adoção por homens solteiros é de difícil concretização, principalmente quando há uma suspeita sobre a orientação sexual do solicitante. Através da coparentalidade, estes homens não encontram restrições ou empecilhos

para a filiação, pois esta ocorre de forma livre entre os envolvidos. Nos países em que outras formas de acesso à parentalidade são possíveis, aponta-se como motivações para escolha da coparentalidade: a existência de um vínculo biológico; a possibilidade de desfrutar de tempo livre para realizar outras atividades por conta da alternância da criança entre as residências e o fato de que muitos dos envolvidos acreditam que esta seria a melhor forma para que a criança tivesse acesso a um pai e uma mãe, atendendo à certos discursos sociais que se baseiam na crença de que há a necessidade da presença de figuras masculinas e femininas para o bom desenvolvimento dos filhos (Tarnovski, 2013).

Como apontado por Tarnovski (2013), há a crença de que, por conta das características intrínsecas a essa forma de parentalidade, entre elas, a escolha conjunta pela filiação e os acordos estabelecidos para sua realização, as famílias coparentais estariam menos propensas a conflitos entre os pais, visto que não há a condição de separação conjugal entre eles. No entanto, pode-se observar que existe uma grande tendência ao conflito nessas famílias, causados principalmente, por expectativas divergentes de cada polo parental em relação à criança ou ainda por discordâncias quanto às motivações que resultaram na escolha pela coparentalidade, o que pode ocasionar uma rivalidade entre pais e mães. O referido autor ressalta que estudos realizados com casais de lésbicas na literatura anglófona apontam que mesmo em casos em que os genitores são conhecidos e possuem responsabilidades paternas com a criança, estes são caracterizados como doadores. Este fato indica que a conjugalidade encontra-se em primeiro plano, o que promove um distanciamento entre os filhos e seus pais, pois estes não mantêm relações conjugais com as mães das crianças, nos casos de coparentalidade. O laço materno aparece com mais evidência, provocando a crença de que a criança não pertence verdadeiramente ao pai ou pelo menos não na mesma medida em que pertence à mãe, gerando uma desigualdade frente aos cuidados com o filho, o que na maioria das famílias acaba aumentando a sobrecarga para as mulheres. Em famílias formadas por casais heterossexuais, a mulher é responsável por questionar a realidade de sobrecarga, demandando que os pais assumam o cuidado com os filhos. Contudo, em famílias homoparentais, principalmente as que possuem como característica de formação a coparentalidade, os homens são os principais responsáveis por reivindicar o exercício da parentalidade, visto que são colocados em uma posição excludente em relação ao núcleo familiar da

criança.

Como visto, além das formas citadas anteriormente, a adoção se apresenta como outra possibilidade de acesso à parentalidade para os casais homoafetivos. Entretanto, esta exige a realização, por parte dos pais, de um trabalho psíquico que promova a aceitação da impossibilidade de gerar filhos, o que envolve o abandono do desejo de continuidade biológica (Passos, 2005; Santos, Araújo, Negreiros & Cerqueira-Santos, 2018). Uziel (2009) aponta que desde 2004 aproximadamente, casais homoafetivos obtêm êxito em seus processos adotivos no Brasil, contudo esse direito só foi amplamente conquistado em 2013. Devido a isso, em alguns casos, a adoção era realizada por apenas um membro do casal, que omitia a existência de um companheiro durante as primeiras etapas do processo, visto que havia o receio de ter o pedido recusado ao expor a homossexualidade, principalmente em casais masculinos. No caso das mulheres, naturaliza-se o desejo da maternidade, entendida como característica estritamente feminina, o que acabava não levantando suspeitas sobre a sexualidade da requerente. Há ainda a possibilidade de realização de adoções informais, caracterizadas pela ausência de vínculos legais entre o adotante e a criança e presença apenas de vínculos afetivos (Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018; Rolim & Carlesso, 2019).

Estudos (Machin, 2016; Araldi & Serralta, 2019; Rolim & Carlesso, 2019) apontam que casais homoafetivos, em sua maioria masculinos, são mais flexíveis quanto aos critérios de adoção e se encontram muito disponíveis a readequar esse perfil em se tratando do gênero, cor, deficiência e principalmente idade da criança. Casais femininos buscam adotar recém-nascidos, o que pode ser explicado pelo desejo de vivenciar o cuidado de bebês, enquanto casais masculinos preferem a adoção tardia, pois acreditam que podem necessitar de auxílio nos cuidados com a criança recém-nascida, o que poderia causar dependência de uma terceira pessoa e uma menor autonomia do casal em relação aos cuidados com o filho.

Essa flexibilidade em relação ao perfil da criança a ser adotada, apontada como especificidade da adoção homoparental, pode ser explicada por uma identificação dos adotantes com esse grupo que não possui preferências, por não apresentarem características que os enquadrem no perfil mais procurado para adoção. Esta identificação pode ser gerada a partir de um sentimento de inferioridade e rejeição por conta de toda a estigmatização social enfrentada pelos

homossexuais, fazendo com que estes coloquem como prioridade, em detrimento de suas preferências, as necessidades da criança, que em muitos casos já vivenciou situações de violência, abandono e privações (Araldi & Serralta, 2019; Rolim & Carlesso, 2019). O estranhamento provocado pelo requerimento da guarda de crianças por homens que não estão atrelados a uma figura feminina pode se apresentar como outro fator que flexibiliza o perfil de adoção, pois acaba trazendo à tona questões relacionadas à orientação sexual do(s) requerente(s), reforçando o sentimento de inferioridade e promovendo a crença de que seja menos burocrático adotar crianças que não estão entre as preferências de casais que atendem às normas sociais (Uziel, 2011).

Desde 1988, as adoções legais podem ser realizadas no Brasil por quaisquer pessoas, sem distinções, desde que cumpram os requisitos básicos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, 1990), órgão que regula esses processos judiciais no país. Esse Estatuto não prevê a adoção por homossexuais, todavia também não a impede, pois não faz menção à orientação sexual do(s) requerente(s) ou a uma configuração familiar específica como fatores a serem analisados durante o processo, sendo levada em consideração apenas a presença de um ambiente familiar adequado, a aptidão dos pais para o exercício da parentalidade e o princípio do melhor interesse da criança (Rodriguez, Merli e Gomes, 2015).

Corroborando esta ideia, o artigo 43 do ECA menciona que uma adoção será deferida quando apresentar benefícios reais para a criança e os motivos dessa solicitação forem legítimos; contudo, esses critérios ficam a cargo da avaliação subjetiva dos responsáveis pelo processo, sejam o juiz ou outro operador do Direito (Uziel, 2011). Desse modo, nota-se, como justificativa para o deferimento da adoção homoparental o argumento do “mal menor” (Uziel, 2011), segundo o qual considera-se que por mais que o(s) requerente(s) seja(m) desqualificado(s) como sujeito(s), por conta de sua orientação sexual, este(s) se apresenta(m) como uma salvação para a criança de um destino ainda pior.

Ao invés de se levar em consideração os ganhos fornecidos à criança através de sua inserção em um ambiente familiar, entende-se que a adoção homoparental é uma possibilidade mais aceitável do que o acolhimento institucional, que pode levar às ruas e à marginalidade (Uziel, 2011). Consequentemente, crianças que, em sua maioria, não estão nas listas de

preferências dos possíveis adotantes e que, em muitos casos, já passaram por intensos sofrimentos, acabam sendo destinadas a requerentes que não fazem parte de configurações familiares tidas como ideais, dentre elas a homoparental (Santos, Araújo, Negreiros e Cerqueira-Santos, 2018; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2018). Em relação às alternativas consideradas na construção do projeto de parentalidade pelocal casal homoafetivo, Machin (2016) pontua que há um desejo pela autonomia do casal, objetivando escolher a melhor forma de concretizar a filiação. Entre as mulheres, a opção mais escolhida foi a utilização de tecnologias reprodutivas, principalmente com o uso de material genético de um doador anônimo como forma de garantir o não envolvimento de terceiros no projeto, os quais poderiam acabar manifestando, posteriormente, o desejo de assumir a parentalidade (Vitule, Couto & Machin, 2015). A preferência das mulheres por esta forma de concretizar a maternidade pode ser justificada pela possibilidade de, através dela, garantir os laços biológicos e a transmissão genética, reproduzindo, de certo modo, um modelo tradicional de família, mesmo que para isso precisem passar por desgaste emocional e enfrentem grandes gastos financeiros (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Para diminuir as diferenças entre a criança e os pais é comum a escolha por perfis de sêmen que possuam características físicas semelhantes a, pelo menos, um dos cônjuges (Araldi & Serralta, 2019). Ratificando estas ideias, Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2015,2017) apontam que pesquisas realizadas na França e nos EUA (Hequembourg, 2004; Gross, Courduriès & Federico, 2014; Tarnowski, 2010) bem como no Brasil (Corrêa, 2012; Silva, 2013) mostram que o uso de tecnologias reprodutivas é a opção mais escolhida entre os casais homoafetivos femininos, principalmente com a utilização de sêmen de doadores anônimos. Além disso, nota-se, principalmente no Brasil, uma demanda frequente pela utilização da técnica ROPA, em que uma das mulheres recebe e gesta o óvulo da parceira, o que dá a possibilidade de ambas possuírem vínculo biológico com a criança (Vitule, Couto & Machin, 2015; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

Já entre os homens, a preferência se dá pela adoção legal, principalmente de crianças com mais de 3 anos (Zambrano, 2006; Machin, 2016; Rolim & Carlesso, 2019) – que se enquadram nas adoções tardias. Embora alguns casais masculinos optem pela utilização de tecnologias reprodutivas, há o receio de que a mulher que

se oferece para gestar o bebê desenvolva algum vínculo e manifeste, posteriormente, o desejo pela maternidade, o que é encarado pelos pais como uma possível perda da criança, visto que há o temor de uma preponderância do vínculo biológico sobre o social, o que colocaria em risco o lugar paterno (Vitule, Couto & Machin, 2015). Para evitar que haja uma reivindicação por parte da mulher, opta-se, em alguns casos, pela realização de um contrato com duas mulheres, onde uma doará o útero e a outra doará o óvulo, promovendo uma fragmentação da figura materna visando uma maior facilidade na entrega do bebê (Ferrari & Andrade, 2011). No caso das mulheres, a adoção não se apresenta como opção mais desejada e só é considerada em ocasiões em que a mulher que se disponibiliza a gestar o bebê possui algum fator limitante ou os procedimentos ultrapassam as condições financeiras do casal. Nos casos em que ocorre a adoção, crianças mais velhas não entram no perfil devido ao desejo, exposto pelo casal, de vivenciar os cuidados primários com o bebê (Vitule, Couto & Machin, 2015; Machin, 2016).

### **3.4 Especificidades da família homoparental**

Quando se trata da homoparentalidade, nota-se que esta configuração apresenta diversas possibilidades de composição e de formação de laços socioafetivos, bem como algumas particularidades comuns às famílias contemporâneas, dentre elas a presença de um sentimento de família caracterizado principalmente pela intimidade entre os membros; importância de alguns valores na educação dos filhos, como o respeito, a integração familiar e a liberdade de escolha; ausência de uma hierarquia bem definida, o que possibilita relações mais igualitárias e maior circulação das lideranças (Passos, 2005).

Essa configuração é possibilitada por fatores como a flexibilização dos papéis sociais na atualidade, o que permite uma nova maneira de entender a associação entre funções parentais e gênero, e a valorização dos laços socioafetivos e escolhas, que se tornam mais relevantes do que os vínculos consanguíneos (Zambrano, 2006). Estudo realizado por Rodriguez e Paiva (2009) apontou que, no exercício da parentalidade em famílias homoafetivas, há uma flexibilização de papéis e os dois parceiros se alternam na realização das atividades e funções. Essa alternância ocorre de acordo com as disposições e características que favoreçam o desempenho de cada função, independentemente



de serem vistas socialmente como femininas e masculinas, sem causar nenhum prejuízo ao ambiente familiar, levando em conta, também, a opção do próprio filho.

Roudinesco (2003) aponta que a construção de uma família por casais homoafetivos se apresenta como um desejo dos mesmos, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por eles. Esse esforço e busca pela homoparentalidade pode ser entendido como um movimento de retorno à “normatização”, visto que, por meio da busca pela legitimação do desejo pela parentalidade, os casais homoafetivos estariam expondo um desejo de pertencimento a uma prática social. Esta prática poderia ser associada ao “lucro simbólico da normalidade” (Bourdieu, 1996), que se relaciona com a pressão exercida pela sociedade em prol de uma adequação a uma norma familiar, que por sua vez é considerada a-histórica, universal e natural. Contudo, a noção de normalidade sugere a ideia de que existe um modelo invariável, o qual deve ser seguido (Rodriguez & Gomes, 2012). Esse padrão, visto como ideal para a criação dos filhos, é defendido pelo modelo heterocentrista de organização da vida e pressupõe a presença de um casal cuidador composto por um homem e uma mulher (Garcia, Wolf, Oliveira, Souza, Gonçalves & Oliveira, 2007).

As reivindicações pela parentalidade homoafetiva levantaram, dentro da própria comunidade LGBTI+, dois posicionamentos diferentes em relação ao tema. Alguns grupos sociais defenderam o reconhecimento da parentalidade adotando alguns moldes que se aplicam às famílias formadas por casais heterossexuais. Já outros grupos defenderam a construção de um modo de vida alternativo em relação ao heterossexual, levantando questionamentos sobre a utilização deste último como modelo (Garcia, Wolf, Oliveira, Gonçalves & Oliveira, 2007). Foucault (1988), ao refletir sobre a sexualidade, defendeu a ideia de que os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo devem buscar formas alternativas às relações legitimadas como sendo superiores, trazendo à tona a possibilidade de relações variáveis e polimorfos, se opondo ao fortalecimento do modelo familiar e das instituições já existentes. Garcia et al (2007) apontam que grupos marginalizados, neste caso os homossexuais, ao invés de questionarem a própria normalidade, buscam uma ampliação dos limites dessa normalidade para que, desta forma, haja o reconhecimento e aceitação de suas práticas, sendo retirados das zonas inacessíveis (Gurgel & Uziel, 2019). Entretanto, deve-se levar

em consideração que um contingente expressivo de indivíduos permanecerá fora da nova normalidade instituída, estando condenados à anormalidade, como é o caso dos transgêneros (Garcia, Wolf, Oliveira, Souza, Gonçalves & Oliveira, 2007).

A busca pelo reconhecimento legal da homoparentalidade configura-se como importante para garantir os direitos dessas famílias; todavia, acaba por gerar um paradoxo, pois contribui para ratificar a imagem da família nuclear como modelo, principalmente pelo fato de que a normalidade da família homoparental, em muitos casos, é atestada a partir da sua comparação com famílias heteroparentais. O critério utilizado nessas comparações seria a heterossexualidade dos filhos como sinônimo de um bom desenvolvimento, o que instiga o pensamento de que a homoparentalidade só seria normal se não produzisse filhos homossexuais mais facilmente do que as famílias formadas por casais heterossexuais. Este fato gera uma contradição, uma vez que, para garantir o direito dos pais homossexuais à parentalidade, nega-se o direito do filho a esta homossexualidade, o que acaba por produzir uma negação da própria sexualidade (Garcia et al, 2007). Nesse sentido, Roudinesco (2003) observa que, os pais, ao buscarem afirmar uma normalidade por meio da heterossexualidade dos filhos, passam-lhes uma imagem distorcida de si próprios.

Junto à reivindicação pelo reconhecimento da parentalidade homoafetiva, surgiram também alguns questionamentos, na sociedade, acerca dessa configuração e das consequências que poderiam ser geradas. Uziel (2009) aponta que esses questionamentos são motivados por um estranhamento em relação à incompatibilidade, engendrada ao longo do tempo entre promiscuidade, atribuída aos homens gays, e família, entendida como instituição sagrada. Um dos fatores levantados acerca desta configuração é o fato de que nela ambos os pais possuem o mesmo sexo biológico, o que iria de encontro às noções de alteridade e diferença, que estão ligadas à dualidade masculino/feminino, que compõem um binarismo que se aplica como modelo de laço social (Arán, 2005) e que entende a mulher como responsável pelo cuidado com os filhos, colocando o homem em um lugar desarticulado desse cuidado. Corroborando esta ideia, Pombo (2019), ao analisar brevemente o posicionamento de alguns autores contra o reconhecimento da união homoafetiva, levanta a teoria de Théry (1997), que entende a diferença dos sexos (binária, biológica, objetiva) como sendo a-histórica e universal. Como

consequência, a autora compreende que a classificação das subjetividades e sexualidades enquanto binárias são essenciais para a preservação da cultura, que se encontram sob ameaça diante da indiferenciação promovida pela homoparentalidade. Seguindo este raciocínio, outros autores, como Schneider (2007) e Dor (1991) também acreditam que esta configuração não leva em consideração a diferença entre os sexos como necessária e importante para a constituição da ordem simbólica (Pombo, 2019).

Há também a crença, de acordo com o senso comum, de que a parentalidade homoafetiva poderia afetar ou prejudicar a constituição psíquica e social da criança ou ainda provocar uma confusão em relação à própria identidade sexual devido à ausência de modelos de homem e mulher (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017). Como apontam Maracajá e Batista (2014), por meio da ótica psicanalítica, entende-se o ambiente familiar como sendo responsável pela constituição subjetiva dos filhos, a qual se dá por meio da transmissão simbólica a nível da diferença geracional e da diferença sexual. Graças a isso, a diferença sexual é vista como estruturante, pois é necessário reconhecer a sexuação. Todavia, ainda que os pais possuam o mesmo sexo biológico, há a transmissão da diferença sexual para os filhos, garantindo a constituição subjetiva dos mesmos (Maracajá & Batista, 2014). A teoria psicanalítica não propõe uma relação direta entre função e gênero, pois não é a anatomia que define a função, o que faz com que a parentalidade esteja relacionada às particularidades e ao desejo de quem a exerce, permitindo que cada um assuma a função de acordo com as características que favoreçam seu desempenho (Pombo, 2019; Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017; Zambrano, 2006).

Maracajá e Batista (2014), fundamentando-se em Lacan (1985) pontuam que é necessária uma subjetivação da diferença anatômica, que ocorre posteriormente, no momento da interpretação, que se dá por meio da linguagem. Desse modo, não é suficiente possuir um pênis para que o sujeito se reconheça como homem ou mulher, pois isto é definido através da linguagem e da cultura. O mais importante, nesse caso, é o sentido dado pelo sujeito aos seus órgãos sexuais e à interpretação da cultura em relação às marcas anatômicas, o que nos permite dizer que o sexo precisa ser subjetivado. Quanto aos pais, deve-se levar em consideração, para a constituição psíquica da criança, as funções parentais, que não precisam apresentar correspondência com o sexo biológico. Seguindo esse pensamento, a função

materna não é necessariamente exercida por uma figura feminina, mas sim por um sujeito que possua um interesse particularizado pela criança bem como a função paterna não precisa ser exercida por uma figura masculina e sim por aquele que articula Lei e Desejo, inscrevendo a filiação (Maracajá & Batista, 2014).

Dando continuidade a esse pensamento, Cadoret (2002, 2007) entende que essa configuração familiar não nega a diferença entre os sexos, mas não a toma como única base da sexualidade, da família e da filiação. A autora considera a necessidade de transmitir à criança a existência de duas posições sexuadas para que ela seja capaz de simbolizar a diferença entre os sexos; entretanto, estes modelos, feminino e masculino, não precisam estar representados no casal conjugal. Deste modo, Cadoret (2002, 2007) aponta que as famílias homoparentais nos levam a refletir sobre a possibilidade de outras concepções de família que sejam independentes da ideia de complementaridade natural entre os sexos. Parseval (1999) também aponta a existência de algumas necessidades que devem ser levadas em consideração para garantir um bom desenvolvimento psíquico dos filhos; entretanto elas giram em torno do desejo e da realização de um trabalho psíquico dos pais em relação à parentalidade, não havendo nenhuma ligação entre essas necessidades e a orientação sexual dos pais.

Outros questionamentos giram em torno da saúde mental dos homossexuais; da possibilidade de a homossexualidade dos pais influenciar na sexualidade dos filhos; da compatibilidade entre parentalidade e homossexualidade (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015); da possibilidade de gerar uma dificuldade de adaptação social por conta de um estigma relacionado à homossexualidade e da representação de um maior risco quanto a abusossexuais, sobretudo em casos onde a parentalidade é exercida por dois homens (Reis et al, 2016; Ximenes & Scorsolini-Comin, 2016). Roudinesco (2003) pontua a existência de um temor relacionado à perda da capacidade familiar de transmitir seus próprios valores, ocasionando o surgimento de angústias. A homoparentalidade promove questionamentos acerca das relações de parentesco, filiação e papéis sociais de gênero, problematizando a ideia de que há uma complementação entre homem e mulher pautada na condição biológica e que apenas essa união poderia proporcionar um ambiente propício à socialização dos filhos (Arán & Corrêa, 2004; Rodriguez & Gomes, 2012), sendo vista, devido a isso, como uma ameaça ao modelo tradicional familiar (Rodriguez & Paiva, 2009).

Uziel (2007) analisa possíveis consequências emocionais, comportamentais, sociais e intelectuais que a configuração familiar homoparental poderia gerar nos filhos, bem como questões relacionadas ao desenvolvimento psicosssexual dos mesmos. Nenhuma diferença significativa foi observada entre famílias heterossexuais e homossexuais. Do mesmo modo, Zambrano (2006) não encontra divergências entre pessoas heterossexuais e homossexuais em relação à capacidade parental e o cuidado com os filhos, assim como aponta não haver diferenças consideráveis no desenvolvimento de crianças inseridas em contexto homoparental ou heteroparental. Uziel, Silva e Torres (2007) apontam que os fatores que promovem diferenças no desenvolvimento dos filhos não estão relacionados à orientação sexual dos pais, mas sim à qualidade da atenção despendida à criança e à disponibilidade dos cuidadores. Martinez (2013) aponta que a configuração familiar a qual pertence um sujeito não é uma condição exclusivamente determinante para o processo de subjetivação. O que importa é o trabalho inconsciente realizado a partir do que lhe foi dado, o modo como o sujeito se constituiu psiquicamente frente à cena edípica e as elaborações que realizou durante os primeiros anos de vida.

Nota-se então que a maioria dos questionamentos apontados na literatura perpassam a questão da sexualidade dos pais e como isto poderia influenciar o exercício da parentalidade. Esses questionamentos surgem, principalmente, devido aos modos como a homossexualidade é concebida pela sociedade. É embutido um significado associado a desvio, patologia e anormalidade, afastando o interesse de outras características do sujeito e supervalorizando este atributo, que acaba por assumir um caráter negativo (Tarnovski, 2004). Contudo Roudinesco (2003) aponta que inúmeras pesquisas realizadas na França entre os anos de 1973 e 1995 demonstraram que a homoparentalidade se apresenta como qualquer outro tipo de parentalidade, o que nos leva a crer que esta configuração não promove nenhum prejuízo aos filhos desses casais.

No caso de famílias formadas por casais heterossexuais, a sexualidade dos pais é tratada como um tema a ser evitado, sobre o qual não se discute, pois subentende-se que há adequação ao padrão heteronormativo de relacionamentos. Todavia, quando se trata de casais homoafetivos, este tema ganha destaque, prevalecendo em detrimento de outras dimensões como a afetiva e econômica (Grossi, 2003) e levantando questionamentos sobre como abordar este tema com a

família de origem e com os filhos. Como apontado por Tarnovski (2004), é comum que homens homossexuais evitem explicações excessivas sobre sua sexualidade, principalmente com membros de sua família de origem. Este fato pode ser explicado pelo receio de que sua competência parental seja questionada ou ainda que haja uma exposição pública, levando a discriminações, preconceito e prejuízos à vida social dos filhos (Amazonas, Veríssimo & Lourenço, 2013; Tarnovski, 2004).

Assim como os filhos consideram desconfortável revelar aos pais sua orientação sexual, os pais também apresentam incômodo em conversar com os filhos sobre a própria homossexualidade (Sant'Anna & Daspett, 2007). Devido a isso, alguns casais optam por realizar a comunicação sobre a homoafetividade de forma não verbal, ou seja, por meio de atitudes, demonstradas no dia a dia, como por exemplo, acompanhar em festas de família, compartilhar uma vida a dois e morar juntos. Esse tipo de comunicação permite a transmissão de uma mensagem que deixa subentendida a existência de um relacionamento homoafetivo e a constituição de uma família. Essa opção, muitas vezes, é justificada pela tentativa de manter as particularidades do casal de forma privada, evitando confrontos, discriminação e pedidos de explicações (Tarnovski, 2004).

Como apontado por Tarnovski (2004), homens homossexuais que possuem filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores, ao conversarem com seus filhos sobre sua orientação sexual, precisam lidar com a administração e revelação de um segredo, diferentemente do que ocorre nas famílias em que, desde a chegada dos filhos, os pais já se encontram em relações homoafetivas, deixando claras as características de sua configuração familiar. Por considerar que cada caso possui especificidades, nesta pesquisa, optamos por focalizar pais que tiveram filhos estando em relacionamento conjugal homoafetivo.

## **4 A PESQUISA**

### **4.1 OBJETIVOS**

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de investigar o exercício da parentalidade em famílias homoafetivas masculinas. Seguindo essa lógica, buscou também, como objetivos específicos, explorar desafios enfrentados por pais homossexuais; pesquisar como são distribuídas as tarefas relacionadas aos cuidados parentais bem como analisar de que maneira se estrutura a rede de apoio aos pais homossexuais.

### **4.2 MÉTODO**

Visando atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizada uma investigação de natureza qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2017), não enfatiza a repetição de características, estando muito mais voltada ao aspecto sociocultural, o qual se manifesta, por exemplo, por meio de representações, costumes, valores, comportamentos, crenças e práticas.

Como pontuado por Turato (2005), a metodologia qualitativa aplicada à saúde se utiliza dos conceitos apresentados pelas Ciências Humanas, a partir das quais busca-se compreender o significado individual ou coletivo de um fenômeno para a vida das pessoas. Desse modo a intenção não é estudar o fenômeno em si, mas sim o significado que este fenômeno possui para quem o vivenciou. No método qualitativo, o campo de pesquisa será o ambiente natural do indivíduo, onde serão feitas as observações. Além disso, o pesquisador se torna o próprio instrumento de pesquisa, utilizando seus sentidos para apreender o material a ser interpretado.

#### **4.2.1 Participantes**

Para esta pesquisa foram selecionados 10 homens cisgêneros homossexuais, com idades variando entre 32 a 54 anos, que possuem filhos(as) com idades entre 1 ano e meio a 20 anos, residentes no estado do Rio de Janeiro. Todos os participantes se reconheceram como pertencentes à camada média da população, optaram pela realização do processo adotivo como meio para concretizar o projeto parental e estavam casados no momento da adoção. Na época

em que as entrevistas foram realizadas, dois participantes estavam divorciados e compartilhando a guarda dos filhos com o outro pai. Alguns do entrevistados realizaram mais de um processo adotivo (Tabela 1) A determinação do número de sujeitos entrevistados seguiu o critério de saturação, a partir do qual o fechamento da mesma ocorreu no ponto em que os conteúdos passaram a se repetir, não surgindo novas informações, categorias ou temas (Minayo, 2017; Ribeiro, Souza & Lobão, 2018). O critério de exclusão utilizado foi não possuir filhos de casamentos heterossexuais anteriores. Foram utilizados nomes fictícios para preservar as identidades dos participantes.

**Tabela 1**

**Dados dos participantes**

<i>Participante</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Dados dos(as) filhos(as)</i>	<i>Chegada dos(as) filhos(as)</i>
Fernando	40	Divorciado	Farmacêutico Cozinheiro	10 anos - M	Na maternidade
Bruno	38	Divorciado	Advogado	3 anos e meio - M	6 meses
Giovane	35	Casado	Gestor de pessoas Consultor	3 anos – F 7 anos – F Irmãs biológicas	1º. Meses 2º. 4 anos
Cláudio	32	Casado	Administrador RH	8 anos – M 11 anos - M	1º. 4 anos 2º. 10 anos
João Paulo	50	Casado	Militar Administrador Pesquisador	4 anos e meio - M	5 meses
Leonardo	40	Casado	Gerente Administrativo	17 anos – M 16 anos – M 4 anos – F 1 ano e meio – F Irmãs biológicas	1º. 8 anos 2º. 7 anos 3º. 2 meses 4º. Meses
Ricardo	42	Casado	Psicólogo Desempregado	11 anos – M 14 anos – M 16 anos – M	1º. 6 anos 2º. 9 anos 3º. 11 anos



Irmãos biológicos					
Júlio	44	Casado	Fisioterapeuta Acupunturista Professor Empresário	12 anos – M 16 anos – M Irmãos biológicos	1º. 8 anos 2º. 13 anos
Samuel	52	Casado	Professor Produtor de moda	12 anos - M	2 anos
Vinícius	54	Casado	Jornalista Diretor de negócios	10 anos – M 20 anos – F Irmãos biológicos	1º. 4 anos 2º. 17 anos

Em relação aos dados dos(as) filhos(as) presentes na tabela, as letras M e F correspondem, respectivamente, ao sexo biológico masculino e feminino.

#### 4.2.2 Instrumentos

Foi preenchida uma ficha com dados biográficos e socioeconômicos dos participantes (Anexo I) e os dados foram coletados por meio da realização de uma entrevista com roteiro semiestruturado (Anexo II), buscando abranger temas que se relacionassem com os objetivos desta pesquisa. A escolha por este tipo de entrevista se fundamenta na busca por ampliar conteúdos, permitindo que surjam, espontaneamente, novos tópicos no discurso dos entrevistados e, para tal, evita-se um roteiro rígido, possibilitando maior aprofundamento e riqueza nas falas.

A partir da revisão da literatura foram abordados os seguintes temas: desafios enfrentados por pais homossexuais; distribuição das tarefas relacionadas aos cuidados parentais (como esses pais se organizam em relação aos cuidados com os filhos) e estruturação da rede de apoio aos pais homossexuais.

#### 4.2.3 Procedimentos

Os participantes foram selecionados pela pesquisadora após contatos com associações que oferecem apoio a famílias homoafetivas e buscam reconhecimento social para as mesmas e a partir de indicações dos próprios participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente e na modalidade online, marcadas de acordo com a disponibilidade de cada voluntário. As mesmas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente, preservando-se os detalhes do discurso dos entrevistados, os quais receberam nomes fictícios para

manter o sigilo.

#### **4.2.4 Cuidados Éticos**

Esta pesquisa foi submetida à Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que toma como base a resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a qual regula as normas para realização de pesquisas com seres humanos no país e foi aprovada sob o protocolo de número 08/2020.

Todos os participantes assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo III), os quais foram encaminhados por e-mail, ficando uma via do termo com os participantes e outra com a pesquisadora. O TCLE explica o objetivo da investigação, o procedimento das entrevistas e o caráter confidencial do estudo. As entrevistas foram realizadas apenas mediante a concordância dos mesmos.

#### **4.2.5 Análise dos dados**

O material coletado por meio das entrevistas foi transcrito integralmente e posteriormente analisado utilizando-se o método de análise de conteúdo temático-categorial. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que busca examinar as comunicações, através da sistematização e da descrição do conteúdo das mensagens, visando à obtenção de indicadores que possibilitem inferir conhecimentos acerca das condições de produção e recepção destas mensagens (Bardin, 2015). Esta técnica de análise de conteúdo se baseia nos temas emergentes das falas dos entrevistados e consiste em atribuir núcleos de sentidos que compõem a comunicação, cuja frequência possui um significado para o objetivo da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e exploratória, este tipo de análise tornou-se mais adequada, pois permitiu a emergência de categorias de análise, a partir das quais foram realizadas interpretações sem uma hipótese pré-estabelecida. A interpretação dos dados obteve sentido a partir da relação estabelecida entre o material levantado e a fundamentação teórica.

Com base na análise dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os participantes, emergiram cinco categorias principais e algumas

subcategorias. São elas: *Desejo de ser pai; Privilegiando a adoção; Conversando sobre a homoparentalidade com os filhos; Atravessamentos da heteronormatividade e Valorização da rede de apoio*. A categoria *Desejo de ser pai* deu origem à subcategoria *Desconstruindo o filho imaginado* e a categoria *Atravessamentos da heteronormatividade* originou as subcategorias *Vivências de preconceito* e *Compartilhamento dos cuidados parentais*.

## 4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.3.1 Desejo de ser pai

Esta categoria se refere ao desejo, apresentado pelos entrevistados, de terem filho(s). Nas falas da maioria dos participantes (9), evidenciou-se o desejo pela parentalidade desde o período da adolescência ou até mesmo da infância. Contudo, alguns dos entrevistados (4) vivenciaram um período de questionamentos a respeito da possibilidade de se tornarem pais por conta da orientação sexual e das limitações biológicas relacionadas a essa condição, tendo todos os participantes optado pela adoção. Emergiram também fantasias relacionadas ao filho imaginado, que foram destacadas na subcategoria *desconstruindo o filho imaginado*.

*“Então, eu sempre quis ser pai. Só que, com essa questão da homossexualidade, eu pensava: meu Deus, como que isso vai acontecer?! Eu vou ter que pegar uma mulher? (rs) Eu vou ter que fazer.. que que eu vou ter que fazer, né?! (Giovane)*

*“A paternidade em mim nasceu na adolescência, o desejo de paternar. Então desde muito pequeno eu sei que quero ser pai e essa é a única certeza que eu carrego na vida. Desde sempre. (...) E isso influenciou muito o meu desenvolvimento. Atrapalhou muito a minha sexualidade porque, poreu ter sido criado numa família cristã católica, eu pensava que essa paternidade só viria pela via biológica. (...) Eu me permiti conhecer outras pessoas e começou a passar pela minha cabeça a hipótese de namorar um homem. Mas aí eu entrei em outro cano, porque eu sentia como se eu tivesse abandonando a minha essência, o meu desejo de ser pai. Porque na minha cabeça, se eu encontrasse um homem que me satisfizesse emocionalmente eu não seria mais pai.” (Bruno)*

*“Eu sempre tive o sonho de ser pai. Eu me lembro quando eu era criança - eu tinha uns 9, 10 anos - eu já ficava com umas coisas assim, sabe? ‘Poxa, queria ser pai’. Só que eu não sei porque eu era assim. Uma coisa meio esquisita, ne?! Só que depois, pelo fato de eu me reconhecer como homossexual, como gay, essa questão foi meio renegada, meio esquecida. (...) ‘Ah, poxa, eu não vou ter.. Não vou constituir uma família hétero, normal, com uma mulher. Então a princípio eu não vou ter filhos’.” (João Paulo)*

Segundo Butler (2003), as concepções binaristas de desejo, sexo e gênero têm sido cada vez mais discutidas na atualidade e, em virtude disso, surge a possibilidade de desvincular certos atributos, antes qualificados como femininos ou masculinos, das identidades de gênero existentes. Assim sendo, é possível pensar que o desejo por filhos não está vinculado a orientações sexuais específicas (Amazonas, Veríssimo & Lourenço, 2013), e a mulher não é a única que possui habilidades para cuidar de crianças, visto que a crença na existência de um instinto materno foi construída socialmente na modernidade (Felippi & Itaqui, 2015). O contexto de mudanças sociais impostas pelos processos de modernização, em que se pode destacar a descriminalização e despatologização da homossexualidade, proporcionou a legitimação do desejo pela parentalidade por parte de pessoas homossexuais, permitindo que novas possibilidades de filiação se revelem na atualidade (Tarnovski, 2004; Arán, 2005).

Como apontado por Fernandes (2010), as uniões conjugais objetivam, em muitos casos, dar continuidade à linhagem familiar, o que ocorre por meio da filiação. Levando-se em consideração aspectos históricos e culturais, foram estabelecidas regras e normas que atravessam a conjugalidade, impondo uma cobrança social que gira em torno da parentalidade (Rosa, Melo, Boris & Santos, 2016). A conjugalidade é constituída a partir de aspectos subjetivos e a importância dada à constituição de uma família é transmitida intergeracionalmente (Silva Neto, Strey & Magalhães, 2011). Pela falta de um modelo em que possam se espelhar, os casais homoafetivos acabam, muitas vezes, por seguir os padrões heteronormativos, buscando se adequar aos moldes da família tradicional (Rosa, Melo, Boris & Santos, 2016).

Muitos sujeitos optaram pela realização do casamento antes de ter filhos, visando se adequar aos padrões heteronormativos. Nota-se que, na perspectiva dos participantes, o desejo pela parentalidade foi compartilhado pelo casal. Alguns

iniciaram o projeto parental buscando a resolução de questões burocráticas como, por exemplo, a compra de casas e apartamentos ou até mesmo a oficialização do casamento, o que demonstra um planejamento e organização em prol da parentalidade.

*“A gente já tinha acabado de pagar nosso apartamento, lá no Rio, e a gente decidiu que tava na hora da gente ter filho. A gente sempre quis ter filho, mas eu queria esperar acabar de pagar o apartamento. Pra poder ter uma segurança financeira.. E aí eu falei assim: ‘Tudo bem. Mas tipo assim, eu quero casar antes da gente adotar’.” (Ricardo)*

*“Eu e meu ex-companheiro estávamos já com planos de adotar e aí a primeira medida que a gente tomou foi colocar o nosso apartamento pra vender e comprar um maior e tal. A gente morava num pequeno. Demorou um pouco isso de venda e tal. E aí a gente vendeu o apartamento. Era final de ano e a gente já tinha ido lá na Vara da Infância. Já tinha pego tudo que tinha que fazer pra entrar na fila e aí a gente decidiu. Eu tinha saído do trabalho. Ia pegar um trabalho novo quando virasse o ano.” (Fernando)*

A literatura aponta a existência, em casais homoafetivos, do desejo pela construção de uma família, apesar das dificuldades existentes (Roudinesco, 2003). A busca pela homoparentalidade é vista como um movimento de retorno à “normatização”, dado que, por meio do esforço por legitimar o desejo pela parentalidade, os casais homoafetivos estariam buscando uma prática social (Roudinesco, 2003). Esta prática estaria relacionada à adequação a uma norma, a qual pressupõe a existência de um modelo a ser seguido, visto que é considerado o ideal para a criação dos filhos e é defendido pelo modelo heterocentrista de organização da vida, que sugere a presença de um casal cuidador composto por um homem e uma mulher (Garcia, Wolf, Oliveira, Souza, Gonçalves & Oliveira, 2007; Rodriguez & Gomes, 2012).

Como sugerem Rosa, Boris, Melo e Santos (2016) e Machin (2016), há uma exigência sociocultural que estabelece etapas a serem cumpridas e a parentalidade se apresenta como fase importante para que o casal se afirme como família, tanto nas famílias formadas por sujeitos heterossexuais quanto homossexuais. A conquista de estabilidade financeira e profissional, a reforma e/ou troca de casas e apartamentos, bem como a garantia de uma reserva financeira se apresentam como

características importantes para a decisão de efetivar a parentalidade, denotando uma preparação prévia para receber os filhos (Machin, 2016; Tarnovski, 2004).

#### 4.3.1.1 Desconstruindo o filho imaginado

Ao analisar as falas relacionadas ao desejo pela parentalidade, apontado pelos participantes, pôde-se notar a construção de uma imagem idealizada do filho. A chegada do filho adotivo marca um confronto entre o filho real e o filho imaginado, indicando a necessidade de ressignificar a parentalidade. Estas ideias serão discutidas nesta subcategoria.

A partir das falas dos entrevistados nota-se que, ao iniciar o projeto parental, surgem fantasias e expectativas em relação à adoção e ao filho desejado pelos pais. A concretização da parentalidade se apresenta como um processo que configura a realização de um desejo, correspondente ao encontro com o filho idealizado. As falas de Leonardo e Samuel apontam a atribuição de um caráter místico a este encontro.

*“Ser pai pra mim foi a realização de um sonho. (...) Foi um encontro. Acho que foi um encontro de alma. Um encontro de espírito da gente.. Como eu digo assim: ‘Meus filhos não nasceram de mim, mas foram feitos pra mim’.”*  
(Leonardo)

*“Providencia sua habilitação. Essa é minha filha. (...) O seu filho está aqui. Mas se aqui ele não estiver, essa minha filha vai levá-lo ao encontro do seu filho. Pra um encontro de almas’.”* (Samuel)

Contudo, a chegada do filho adotivo marca um confronto entre a imagem idealizada pelos pais e a imagem que condiz com a realidade, tornando necessário um trabalho de preparação em que haja a desconstrução das fantasias iniciais sobre a parentalidade (Sampaio, Magalhães & Machado, 2020).

*“‘Ah, que bonitinho. Adotou’.. ‘Não! Não é tão bonitinho assim não. Tem desafios. As vezes é chato pra caramba ter filho. Dá trabalho, as vezes você quer sumir. Mas ao mesmo tempo é muito gratificante. Ao mesmo tempo é muito bom. Passa mal, tem gastos.. quando você pensa que tá bem, você tem que comprar um remédio que é caríssimo.’ (...) As vezes a gente pensa assim: ‘Ah, vou adotar.*

*Quero ter filho. É muito legal'.. É muito legal, mas também é trabalhoso. As vezes você quer dormir e você tem que tá acordado. As vezes você quer namorar e você não tem tempo, tá cansado. (..) Eu sempre falo pras pessoas: 'Não é um mar de rosas.. o mundo de Alice não. (..) É trabalhoso, mas também é muito bom.'* (Giovane)

*"Porque todo mundo acha o seguinte.. As pessoas acham que é muito bonito. 'Epa, alto lá, meu bem. Sinal vermelho, e entre o verde e o vermelho tem o amarelo. Então liga o amarelo. Porque olha só, a crioncinha vai vir pra você e vai te testar.. Conto de fada? Disney? Romantiza.' Eu falo assim: 'Olha só gente, vocês querem adotar uma criança? Querem adotar uma criança com mais idade? (...) Essa criança também está lá na expectativa. Tá em busca da família encantada.(...) Se liga, porque a história pode ser outra.' Tá preparada pra isso ou quer viver um conto de fadas? Meu amor, quer viver um conto de fadas?! Vai fazer trabalho social."* (Samuel)

*"Eu gosto de ser pai. A gente sempre idealiza uma coisa, né?! Mas acho que isso é toda família, todo pai, toda mãe. O que a gente acha que eles vão gostar ou não. E você acaba se surpreendendo porque ele é um ser totalmente diferente, sabe?(...) Você as vezes idealiza uma coisa pro seu filho, mas que não é exatamente aquilo que faz ele feliz. Então você tem que ter consciência disso, o tempo inteiro, e você ir descobrindo as potencialidades dele e o que realmente o faz feliz. (...) É a maneira derespitar a individualidade dele. Não querer impor coisas. Tem um limite, uma linha tênue que separa o que você gosta e o que você gostaria que ele fosse, que ele gostasse ou quisesse, das potencialidades e dos gostos da criança."* (João Paulo)

Projetos parentais, sejam biológicos ou adotivos, estão atrelados ao narcisismo dos pais, que projetam seus desejos, renúncias e decepções nos filhos, idealizando-os (Ghirardi, 2015). Como apontado por Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015), as fantasias construídas pelos pais em torno da parentalidade e da adoção irão influenciar o tipo de vínculo construído nessas relações. Dessa forma, faz-se necessário um trabalho de resignificação da parentalidade, refletindo sobre as fantasias criadas, para evitar que se vislumbre a adoção como solução mágica e que surjam frustrações diante do que foi idealizado para a parentalidade e filiação (Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018; Sampaio,

Magalhães& Machado, 2020).

#### 4.3.2 Privilegiando a adoção

Nesta categoria discutiremos a preferência dos participantes por realizar um processo adotivo como forma de se tornarem pais. Ao considerar as estratégias existentes para viabilizar a parentalidade, todos os entrevistados apontaram a preferência pela adoção como meio para efetivá-la. Em alguns casos, motivadores como o receio de um vínculo entre a criança e a mulher que se propôs a gestá-la; a situação financeira e a trajetória individual dos adotantes propiciaram a escolha pela realização do processo adotivo. Ademais, emergiram algumas especificidades da adoção homoparental quanto ao perfil dos adotados.

*“A gente sempre pensou na adoção. A gente nunca pensou em uma outra alternativa não.” (Leonardo)*

*“A gente começou a pensar em barriga de aluguel na época. Barriga solidária, ne?! E só depois a gente começou a pensar na adoção. Porque foi o começo, ne?! Naquela época começaram a surgir as primeiras decisões judiciais. As primeiras notícias de casais gays adotando, que até então não era uma possibilidade. Nem passava pela minha cabeça. Mas começamos a ver as notícias de casais adotando e enfim, aquilo foi motivando a gente e a gente foi vendo que seria possível. (..) Eu poderia ter sido pai pela barriga de aluguel? Pela inseminação artificial? Poderia, mas não me pareceu fundamental.” (Bruno)*

*“Foi uma raizinha que nasceu no exterior. Quando a gente tomou conhecimento da história das meninas de lá. Nesse país tem uma história muito triste. (...) Quem cuida dos pais na velhice são os filhos homens, porque as filhas casam e vão embora. Então quando os pais descobriam que as mulheres estavam grávidas de meninas, ou elas abortavam ou quando as meninas nasciam, eram abandonadas em abrigos. (...) Então você tinha um contingente enorme de meninas abandonadas. E aí elas eram adotadas por famílias do exterior. Aquela história era meio comovente e a gente começou a pensar na possibilidade de adotar.” (Vinícius)*

Dentre os fatores que influenciaram a escolha pela adoção como estratégia



parental estão as condições financeiras, visto que a utilização de tecnologias reprodutivas possuem um valor elevado e o receio de que fosse criado um vínculo entre a criança e a provável genitora, nos casos de gestação substituta, o que poderia levar a uma reivindicação futura pela maternidade.

*“Eu pensei em várias outras formas de ter filhos. Inseminação artificial, essas coisas todas. Mas assim, eu achei que o valor era muito alto. Entendeu? (rs) E tinham vários outros fatores. Questão de barriga de aluguel, questões éticas e tal. Então eu preferi realmente a adoção.” (João Paulo)*

*“Na nossa história, a gente tem amigos e familiares - tanto da minha parte quanto da dele (marido) - que todas as mulheres falavam: ‘A hora que vocês quiserem, eu empresto a minha barriga pra vocês’. Só que eu sei que mulher é retardada. Mulher é um bicho meio doido (rs). Depois que saiude dentro dela, ela vai se achar a mãe. Ela vai querer amamentar. E é um momento muito complicado. Vai criar alguma coisa, um sentimento maior e aí não vai rolar. Ao mesmo tempo que eu sei a importância que a amamentação tem pra uma criança. Então se tem a possibilidade de eu ser pai, sem que eu venha a privar o meu filho de uma amamentação, eu vou optar por ela.” (Júlio)*

Ao considerar as possibilidades existentes para construir o projeto de homoparentalidade, os casais masculinos dão preferência à adoção legal (Zambrano, 2006; Machin, 2016; Rolim & Carlesso, 2019). Isso ocorre devido às experiências pessoais, influenciadas também pelas vivências com a família de origem e pelo medo de que, ao utilizar técnicas reprodutivas, a genitora reivindique, posteriormente, a maternidade. Já entre os casais homoafetivos femininos, privilegia-se a utilização de tecnologias reprodutivas e a adoção só passa a ser considerada quando surge algum impeditivo como, por exemplo, a presença de fatores que limitem a gestação da mulher que se propôs a tal (Vitule, Couto & Machin, 2015; Machin, 2016).

A opção pela adoção como estratégia para acessar à parentalidade impõe, aos pais, uma elaboração psíquica que gira em torno da aceitação da impossibilidade de gerar filhos e seu consequente impedimento de continuidade biológica. É necessário que haja disponibilidade para levar em consideração a história pregressa do filho, o que irá interferir diretamente no processo de adaptação e vinculação da criança.

*“Eu consegui superar o pré-conceito da paternidade biológica como sendo a única via ou a melhor via ou a via primeira. É superação no sentido de descobrir que os laços de afeto não dependem de uma identificação biológica. Meu filho é diferente de mim em diversos aspectos (..) e é bom a gente descobrir essa capacidade de desenvolver afetos pelo que é diferente. Afetos ao ponto de ser capaz de dar a própria vida pelo outro.” (Bruno)*

*“A gente teve uma fase de adaptação. Ainda mais com o (filho), que hoje tem 17 anos. Ele é bem tranquilo, mas veio de uma vivência muito ruim. A mãe dele tava presa; o pai virou mendigo; uma pessoa abusava dele sexualmente. (...) O (filho) teve maus tratos, passou fome e aí a adaptação foi mais complicada. Porque ele teve uma infância mais complicada, né?! (...) Quando a gente adotou ele, ele era uma criança muito ruim; muito fria; não esboçava reação. (...) Teve uma questão psicológica e a gente colocou em terapia. Então a gente fez todo o acompanhamento. A psicóloga disse que ele não tinha problema nenhum e que através dos desenhos que ele fazia, ela percebeu que nós já estávamos inclusos na vida dele. Ele sempre desenhava eu, meu marido e o irmão dentro de um coração. (...) Ela (psicóloga) disse que ele só não sabia a forma de se expressar e aquilo era uma proteção pelos abandonos que ele já tinha sofrido. E aí eu passei a tratar ele de outra forma e ele foi mudando.” (Leonardo)*

A opção pela realização da adoção é atravessada pela marca de uma impossibilidade de reprodução biológica que coloca os pais frente a frente com a necessidade de realizar um trabalho de elaboração de um luto (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). A parentalidade e filiação por adoção possuem como especificidade a relação ambígua entre vínculo e ruptura, pois o processo adotivo só se torna possível a partir do rompimento entre a criança e sua família de origem (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). Os filhos criam expectativas sobre a família adotiva, apresentando demandas que se baseiam nas possíveis marcas deixadas pela descontinuidade do vínculo com a família biológica e por possíveis experiências de abuso, violência e negligência que tenham sofrido (Sampaio, Magalhães & Machado, 2020). Deve-se considerar que, independente da idade da criança adotada, todas possuem registros de sua história pregressa. Assim sendo, os pais devem estar disponíveis para lidar com as questões que surgem sobre a história de origem dos filhos, possibilitando a

ressignificação das experiências anteriores e a construção de um vínculo entre eles (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015; Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018).

Em relação ao perfil escolhido pelos entrevistados, embora nem todos tenham adotado crianças mais velhas, percebeu-se que nove participantes buscavam realizar adoções tardias - aquelas em que a criança possui dois anos ou mais (Ebrahim, 2001).

*“A gente escolheu assim.. o perfil mudou, variou umas duas vezes. A gente achava que era muito difícil criança recém-nascida. Então a gente colocou.. Se eu não me engano a gente tinha colocado de dois a cinco. Entendeu?” (João Paulo)*

*“A gente deu toda a entrada no processo de adoção, pra adotar uma criança. A gente colocou que queria uma criança de até 6 anos, porque a gente tinha muito medo do preconceito. (...) Medo de não ser aceito.” (Leonardo)*

A literatura (Araldi & Serralta, 2019; Machin, 2016; Rolim & Carlesso, 2019) aponta a preferência de casais homoafetivos masculinos por realizar adoções tardias devido à crença de que, ao adotar crianças recém-nascidas, necessitariam de auxílio nos cuidados com o bebê, o que poderia promover um vínculo entre o filho e uma terceira pessoa, ou mesmo prejudicar a autonomia do casal em relação aos cuidados com a criança. Nos casais femininos, quando a adoção é considerada, nota-se preferência por bebês por conta do desejo de experienciar os cuidados primários com o filho (Vitule, Couto & Machin, 2015; Machin, 2016).

Dentre os dez participantes, metade optou por não escolher o sexo dos filhos, buscando semelhança com o processo de filiação biológico, em que o casal não escolhe o sexo do bebê. Contudo, no grupo de participantes, houve prevalência do sexo masculino entre os filhos adotivos. Ao não demonstrar preferência por um sexo específico, há facilidade maior em adotar meninos, que configuram grande parte das crianças que se encontram em abrigos à espera de um novo lar, visto que não se incluem no perfil mais buscado para adoção – meninas, brancas e bebês (Machin, 2016).

*“Só que acabou que as coisas foram acontecendo, e é como se fosse realmente a maternidade, né?! Filho você não escolhe o sexo. Aconteceu e foi.*

*Aconteceu e foi. Nos dois.” (Cláudio)*

*“Tava menina, que era o que o (marido) queria. Ai tava sexo indiferente. Ai eu peguei e falei assim: ‘Ué, é indiferente ou é menina?’ Ai o (marido) que já tinha mudado. Ele pegou e falou assim: ‘É, eu coloquei indiferente, eu mudei. Vai ser o que tiver que ser.’ Ai pronto. Eu fiquei assim.. e ai veio o (filho). Veio um menino.” (João Paulo)*

Ainda tratando-se do perfil, a maioria dos entrevistados não apresentou preferências em relação à cor de pele da criança a ser adotada. Dos dez entrevistados, dois iniciaram o processo adotivo com o desejo de ter mais de um filho; um passou a desejar mais filhos após a conclusão do primeiro processo e cinco se mostraram flexíveis quanto a adotar grupos de irmãos, seja por conta da reflexão a respeito do perfil inicial, do tempo de espera para concluir processo ou ainda por conhecer, posteriormente, irmãos da criança adotada. Pôde-se notar que sete participantes adotaram crianças negras, três adotaram grupos de irmãos de uma só vez e outros três realizaram mais de um processo adotivo.

*“Nós colocamos nosso perfil. (...) A gente não tinha preferência. Nem de sexo nem de cor. Só tinha preferência de idade. (...) A habilitação pra adoção ela dura 2 anos. (...) Quando a gente viu que estava chegando próximo desse prazo, nós voltamos no fórum e aí nós decidimos mudar um pouco nosso perfil, porque pra gente adotar tava muito difícil. (...) Pensamos muito e decidimos colocar que nós aceitaríamos irmãos.” (Giovane)*

*“Entraram em contato comigo e: ‘Ah, vi que você quer um menino de até 6 anos, mas a gente teve uma busca ativa de um menino de 8 anos. (...) Mas ele tem um irmão e a gente não quer separar ele do irmão.’ (...) 15 dias depois ela ligou e falou: ‘Olha, eles aceitaram ser separados.’ (...) O (filho) – ele tinha 13 anos ne – ele falou: ‘Eu aceito ser separado do meu irmão, porque eu não tenho mais esperança de ter uma família, mas eu não posso tirar isso dele.’ Na hora eu falei: ‘Quero conhecer esse moleque.’ (...) A gente conversando em casa decidiu.. a gente vai lá pra adotar os dois. Se rolar, a gente vem com os dois, senão a gente não vem com nenhum. Porque a gente não vai separar irmãos.” (Júlio)*

*“A gente deu entrada com o perfil pra uma criança só. Só que a gente faz aqueles cursos (...) e a gente começa a se questionar e eu percebi que o perfil*

*que eu montei era baseado muito mais em medo e fantasia do que desejo mesmo (...), aí a gente abriu pra 2 crianças. (...) Quando a gente foi receber o certificado de habilitado pra adoção, a assistente social fez uma pequena palestra e falou sobre a dificuldade de determinados perfis de crianças serem adotados. (...) Ela me ligou, aí a gente foi na Vara da Infância pra ver uma listagem de crianças que eram consideradas inadotáveis. Com aquele perfil que não se adota frequentemente. Eu lembro que entrou uma assistente social com um papel impresso, cheio de nomes, e tinha um outro papel, na outra mão, que todo amassado. Assim que ela entrou eu falei: meus filhos estão no papel amassado, (...) só que eram 3. A gente combinou de pegar 2, mas voltamos pra casa pensando que não podíamos deixar o terceiro. No dia seguinte a gente ligou desesperadamente pra assistente social dizendo que queria o terceiro também.”*  
(Ricardo)

Os relatos dos entrevistados denotam uma maior flexibilidade, por parte dos casais homoafetivos masculinos, ao escolher o perfil da criança a ser adotada. Os resultados encontrados nesta pesquisa, referentes ao perfil das crianças a serem adotadas, corroboram a literatura (Araldi & Serralta, 2019; Rolim & Carlesso, 2019) apontando uma identificação entre os adotantes e o grupo de crianças considerado inadotável. Consideramos que, devido a um sentimento de rejeição por conta da estigmatização social enfrentada por homossexuais, estes podem se identificar com crianças que, em muitos casos, já vivenciaram situações de violência, abandono e privações e são deixadas por último nas filas de adoção.

#### **4.3.3 Conversando sobre a homoparentalidade com os filhos**

Esta categoria irá expor a forma como os pais entrevistados informaram sobre sua orientação sexual aos filhos. Pôde-se notar que seis dos dez participantes, em algum momento, trouxeram à tona preocupações sobre como abordar com os filhos a questão de sua família ser constituída por dois pais. Nos casos de Júlio e Leonardo, isto ocorreu nos primeiros contatos com as crianças e ambos alertaram sobre a ausência de uma mãe.

*“Eu já falei quando eu conheci eles. Literalmente eu falei assim: ‘Vocês aceitando serem nossos filhos, vocês não vão ter mãe. Vocês tão vindo aqui que*

*são dois homens, né? ’’ (Júlio)*

*“No primeiro dia que eu levei ele, quando autorizou, eu levei ele lá em casa. E aí a gente sentou e eu falei: ‘Olha, filho, você vê que sempre que a gente vai no abrigo fazer as coisas, vai eu e o (marido), né?! E você sabe, nós.. você querendo morar aqui nessa casa, morar com a gente, você não vai ter mãe. Você sabe porque você não vai ter mãe?’ Ai ele falou: ‘Não. Porque você é amigo dele, né?’. Ai eu falei: ‘Não. Eu não sou amigo dele. Eu sou casado com ele.’ Ai eu mostrei meu álbum de casamento, mostrei as minhas fotos. Ai eu falei: ‘Mas você pode escolher. Você não vai ter mãe. Você vai ter dois pais’. Ai ele: ‘Ah, pra mim não importa não, porque eu quero é uma família’.” (Leonardo)*

Comumente, homens gays evitam explicações excessivas sobre sua sexualidade, principalmente com familiares (Tarnovski, 2004), devido ao receio de que haja questionamentos sobre sua competência parental e uma exposição pública que leve à discriminações, preconceito e prejuízos à vida social dos filhos (Amazonas, Veríssimo & Lourenço, 2013; Tarnovski, 2004). Consideramos que este fato pode estar atrelado ao imaginário social, que atribui aos homens gays uma imagem promíscua (Uziel, 2009) e sugere a ocorrência de prejuízos no desenvolvimento dos filhos em virtude da ausência de modelos de homem e mulher (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017). Sant’Anna & Daspett (2007) apontam que assim como há o incômodo de filhos em revelarem sua orientação sexual aos pais, pode-se notar desconforto semelhante dos pais em conversar com os filhos sobre a própria homossexualidade. Contudo, a partir das falas dos entrevistados, pôde-se observar que mais da metade dos participantes optou por conversar com os filhos sobre sua orientação sexual, o que diverge dos apontamentos da literatura.

Alguns dos participantes conversaram com os filhos sobre diversidade, buscando demonstrar que, apesar de não haver uma figura feminina, pode-se formar uma família. Ricardo e Cláudio apontaram a importância da representação social de casais homoafetivos no processo de aceitação da homoparentalidade como configuração possível.

*“A gente acaba convivendo com elas no meio de uma diversidade muito legal. Elas não ficam fechadinhas no mundo só de gay e é muito legal isso. (...) A gente deixa isso bem claro pra elas. Existem vários tipos de famílias. Tem papai e*

*papai. Mamãe e mamãe. Mamãe e papai,. Tem mãe sozinha. Tem pai sozinho. Tem gente que não tem pai, que tem avó, tem tio.” (Giovane)*

*“Desde pequeno que eu vou falando pra ele da questão dos dois pais dele, né?! Então quando ele tinha assim, 1 ano e meio pra 2 anos, eu já ia falando pra ele. (...) Contava as histórias. De vez em quando eu chamo ele assim e começo a contar, né?! Ai falei assim: ‘Olha, tem criança, filho, que não tem nem papai e nem mamãe. Tem criança que só tem uma mamãe. Tem criança que só tem um papai. Tem criança que tem um papai e uma mamãe. Tem criança que tem duas mamães e tem criança que tem dois papais. Você tem dois papais que te amam muito.’” (João Paulo)*

*“Primeiro eles não entenderam, né?! Ai eles perguntaram: ‘Vocês são irmãos?’. Ai eu falei: ‘Não. A gente é casado’. Ai o mais velho virou e disse: ‘Ah, que nem o Félix? Daquela novela?’ Ai eu falei: ‘É’. Eu nem tinha visto a novela, mas eu sabia que tinham uns personagens. Ai eu falei: é. Ai eles entenderam. Eu acho que esse é o poder da representação, sabe? Na mídia. Bastou eu falar e já tinha um exemplo na cabeça dele de uma coisa pré existente. Então ele pôde entender o que era aquilo. Então eu acho que se não tivesse aquela novela, ele teria mais dificuldade de entender o que era um casal homoafetivo. Mas ele já tinha aquele exemplo prévio, entendeu?” (Ricardo)*

O desenvolvimento de estudos e a ampliação das discussões sobre os papéis de gênero e as funções parentais tem possibilitado a desconstrução da ideia de que apenas a mulher é apta a cuidar dos filhos, o que tem dado mais visibilidade à homoparentalidade. A desassociação entre gênero e funções parentais torna possível conceber que ambos os pais podem desempenhar os cuidados parentais, os quais serão realizados de acordo com as particularidades, habilidades e preferências de cada um (Ribeiro, Gomes & Moreira, 2015), independente de gênero e/ou orientação sexual. Desse modo, torna-se possível pensar em outras configurações familiares que não tomem a ideia de complementariedade natural entre os sexos como base para sua formação (Cadoret, 2002, 2007), promovendo maior aceitação de famílias que não possuem a presença de uma figura feminina.

Quatro dos dez participantes optaram por não conversar diretamente sobre sua sexualidade com os filhos. Ponderamos que isso se deva à uma tentativa de naturalizar a homoparentalidade. Em famílias heteroparentais, os pais, geralmente,

não conversam com os filhos sobre sua sexualidade, pois subentende-se que há adequação ao padrão heteronormativo de relacionamentos.

No entanto, os entrevistados apontaram que sua orientação sexual e as características de sua configuração familiar se encontram bem claras para as crianças, que lidam com essas condições de forma muito natural, como ilustra a fala de Vinícius. *“Não, não. Mas tá claro desde o início. E assim, ela sabe. Os amigos dela sabem também. A gente já fez festa de aniversário dela aqui em casa e ela fala: ‘São meus dois pais’. (...) Não teve uma conversa, mas assim, tá acertado. Tá claro.”* (Vinícius). Alguns entrevistados apontaram que mesmo antes de uma conversa com os filhos, estes já os reconheciam como família.

*“Cara, fomos como naquele dia pro abrigo?! Desesperados, ne? E aí chegamos no abrigo (...) e a diretora primeiro leva a gente pra uma sala, conversa com a gente, fala todo o histórico que elas têm. E aí depois trouxeram a mais velha. E aí a mais velha quando viu a gente, ela falou assim: ‘Nossa! Tem dois pais.’”* (Giovane)

*“Lá na audiência concentrada a promotora perguntou: ‘E se as pessoas te perguntarem como é que é ter dois pais?’ Aí o (filho), o mais velho, falou assim: ‘Ah, é igual a um sorvete’. Aí ela: ‘O que?’. Aí ele: ‘A senhora gosta de sorvete?’ Aí ela: ‘Gosto’. Ele falou: ‘De que?’ Ela: ‘Eu gosto de sorvete de flocos’. Aí ele falou: ‘Imagina dois?!’ (...) Eles falaram assim pra gente: ‘Ser adotado por dois pais é normal’. ‘Como é que é ter dois pais que são gays?’. ‘Outros casais costumam frequentar o abrigo pra brincar com a gente. É normal’. Eles viam nos casais gays que frequentavam o abrigo, com ações sociais pra brincar e tal, uma família. E aí eu acho importante isso das famílias.. de frequentar os abrigos. Não pra falar que ‘Aí, eu sou uma família’.(...) Eu vou lá pra brincar e levo meu filho. (...) E assim as crianças conseguem perceber que existe família naquela formação. E aí eles vão aceitar uma família homoafetiva.”* (Júlio)

*“Eu tive a certeza que eles sabiam o que era família. Uma vez, a gente morava num apartamento na época, a gente chegou e o (marido) esqueceu uma coisa no carro. Aí ele desceu pra buscar. Aí ele (filho) perguntou assim pra mim: ‘Cadê meu pai?’ Aí eu falei: ‘Seu pai foi embora. Deixou a gente aqui e foi embora’. Aí ele começou a chorar e disse: ‘Você não pode fazer isso. Você não pode destruir a nossa família.’ Ali eu comecei a entender que eles*



*entendiam que a gente, mesmo sendo dois pais, éramos uma família.”*  
(Leonardo)

Em alguns casos, a comunicação sobre a homossexualidade ocorre de forma não verbal. Algumas atitudes, demonstradas no dia a dia, como por exemplo, o morar juntos, acompanhar em festas de família e compartilhar uma vida a dois, configuram um tipo de comunicação em que se transmite uma mensagem, deixando subentendida a existência de um relacionamento homoafetivo e a constituição de uma família. Ao manter a sexualidade no plano do não-dito, pessoas homossexuais, optam por evitar confrontos e demandas por explicações, mantendo suas particularidades de forma privada (Tarnovski, 2004).

Nota-se uma diferença entre conversar com os filhos, que desde o início chegam em uma família homoparental, e com filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores que descobrem, posteriormente, sobre a sexualidade dos pais. No caso dos participantes desta pesquisa, todos encontravam-se em relacionamentos homoafetivos ao iniciarem o projeto parental. Assim sendo, nestes casos, a conversa entre pais e filhos não girou em torno da revelação de um segredo, visto que as características desta configuração familiar foram apresentadas desde o início do processo adotivo.

Ao observar as falas dos participantes, consideramos que ao contarem sobre sua orientação sexual, buscaram promover uma relação em que haja aceitação, o que muitas vezes não ocorre em suas famílias de origem. Foi possível notar uma busca por incluir na rotina atividades em que a família esteja reunida, o que aponta uma valorização de momentos familiares, considerados essenciais para promover uma intimidade entre os membros.

*“Eu trabalho em casa. Muito, né?! E ele (filho) tem muitas atividades. Então assim, é bem puxada a rotina semanal. Geralmente durante a semana, de manhã, ele tem alguma atividade. Pelo menos 3 dias na semana. (...) As vezes ele tem umas atividades de noite também. (...) Então ele chega, janta e aí de noite eu procuro já tá com meu trabalho todo finalizado, que aí a gente fica junto, vê um filme, vai ler.”* (Fernando)

*“Normalmente no final de semana. Sábado é o dia do jantar especial. Então, ou eu faço hambúrguer, ou eu faço cachorro quente, ou batata rosti, ou comida mexicana. E domingo é sempre pizza. É uma atividade que a gente gosta de*

*fazer.” (Ricardo)*

*“A gente faz as refeições todas juntos, na mesa. (...) Eu e o (marido) criamos esse hábito com o (filho). Nós sentamos à mesa e tem assunto, tem diálogo. A gente costuma colocar um programa que nos agrada. Eu não gosto muito de jornal nem de novela, mas a gente assiste sempre alguma coisa engraçada e faz um comentário sobre aquilo.” (Samuel)*

A literatura aponta que alguns pais evitam conversar com os filhos sobre sua orientação sexual por receio de gerar repercussões no relacionamento parental o que, em muitos casos, pode trazer dificuldades na ampliação dos vínculos, influenciando diretamente no modo com que se constrói a educação dos filhos (Amazonas, Veríssimo & Lourenço, 2013). Entretanto, a análise realizada a partir dos dados coletados, vai de encontro a estas ideias, pois nota-se que mais da metade dos participantes optou por conversar com os filhos e buscar momentos em família como forma de evitar que a conversa gerasse influências negativas ao relacionamento parental. Além disso, sabe-se que a valorização da intimidade entre os membros e da integração familiar fazem parte dos aspectos priorizados pelas famílias homoparentais, bem como pelas famílias contemporâneas, na educação dos filhos (Passos, 2005).

#### **4.3.4 Atravessamentos da heteronormatividade**

Buscamos abordar, nesta categoria, possíveis atravessamentos da heteronormatividade sobre as famílias homoparentais, analisando a forma como este padrão influencia as relações. Emergiram situações relacionadas à discriminação e preconceito, ao levar em consideração a interação dessas famílias com o meio social, que foram destacadas na subcategoria *vivências de preconceito*. Além disso, analisamos o modo como a heteronormatividade influencia a execução dos cuidados parentais, que serão abordados na subcategoria *compartilhamento dos cuidados parentais*.

Ao longo do desenvolvimento dos filhos, principalmente no período de entrada na adolescência, há mobilização dos pais por conta do despertar da sexualidade, o que faz surgir inúmeras fantasias, que giram em torno de uma possível influência de sua orientação sexual sobre a sexualidade dos filhos. A partir do discurso dos entrevistados, observou-se que a maioria dos pais se

mostrou aberto a lidar com a possibilidade dos filhos serem homossexuais, entretanto ainda demonstram um desejo de que os filhos se adequem ao padrão de normatividade vigente.

*“Tem o momento. 12 anos e tal. Mas se for um menino ou uma menina, tudo bem. Mas se ele for viado eu vou ter que fazer terapia. (rs) (...) É difícil. Você pensa: ‘O quê que a sociedade vai fazer?’ Eu consegui passar por muita coisa. Nunca sofri preconceito, porque nunca me deixei a isso. Masserá que meu filho vai ter a mesma postura que eu? Será que ele vai saber se sair de tudo que eu sai? É complicado. Ficam essas dúvidas aí. O (filho) eu acho que não vai ser viado não. (...) Filho deviado não podia ser viado.” (Júlio)*

*“O (filho) quando eu olho pra ele, eu só vejo um hétero. Porque ele é muito heterozinho, sabe? Gosta de agressividade, umas coisas assim. Brincadeira de luta, umas brincadeiras brutas. (...) Ele fala: ‘Ah, eu vou ter uma namorada.’ Ai eu digo: ‘Filho, você pode escolher quem você quiser. De quem você gostar, você namora.’ Mas assim, desde o berçário ele tem uma coleguinha que fala que vai casar com ela e ter filhos. (...) Então assim, eu vejo ele como um garoto muito hétero e a nossa influência, pra ele, não diz nada. (...) Por mais que a gente...a gente mostra que existe o diferente. Ele vê isso, ele vivencia isso porque tem dois pais, mas mesmo assim eu acho que a sexualidade dele, é dele, sabe? E não é influenciada por nós.” (João Paulo)*

A reivindicação pelo reconhecimento social da homoparentalidade é vista como um desejo de “normatização” que reverbera em uma via de mão dupla. A sociedade impõe cobranças ao casal homoafetivo para que se encaixe a uma norma familiar heterocêntrica. Por outro lado, surgem autocobranças dos pais para exercerem a parentalidade baseados na heteronormatividade, principalmente pela crença, propagada pelo senso comum, de que a homossexualidade dos pais poderia promover conflitos em relação à identidade de gênero dos filhos (Ribeiro, Mendes, Couto & Azevedo, 2017; Rodriguez & Gomes, 2012; Roudinesco, 2003).

#### **4.3.4.1 Vivências de Preconceito**

Esta subcategoria se propõe a tratar de experiências preconceituosas sofridas pelos entrevistados. A maioria dos participantes relatou ter vivenciado

experiências de preconceito tácito, relacionados principalmente a um estranhamento causado pela ausência de uma figura feminina atrelada aos cuidados com crianças. Alguns apontaram situações que acreditam ilustrar o quanto a sociedade ainda não se encontra totalmente preparada para receber famílias formadas por dois homens.

*“Tem essa questão, né? De uma criança, recém-nascida. Ela tem que estar ligada a figura da mãe. Então assim, as pessoas estranhavam eu levar ele pro pediatra. Eu já tive que arrumar confusão em banheiro público porque o fraldário era no banheiro feminino. E aí, como eu ia trocar ele?!” (Fernando)*

*“Tive muitos problemas de encontrar estruturas pra homens que tem crianças pequenas. Mercado não tem trocador de fralda. Todos os ambientes de berçário, lactário.. são todos pensados só pra mulheres. Quando você entra, fica aquele bando de mulher com olho arregalado. Não entende o que você tá fazendo ali dentro e fica escondendo os seios como se eu fosse um tarado que tivesse entrando pra olhar os seios delas amamentando. Uma vez eu tive que me explicar porque vieram me questionar se eu não tinha uma mulher que pudesse acompanhar a criança. (...) Olhares.. isso é a dificuldade tácita, né, que não é dita. Mas o fato de dois homens andando com um criança causa estranhamento. (...) Então dá pra citar o preconceito tácito, o preconceito explícito, a falta de estrutura da sociedade pra isso. Plano de saúde, clínica, escola.. não estão preparados pra lidar com famílias de dois pais. Quantos formulários eu tive que preencher que tinha campo de pai e mãe e aí eu tinha que riscar um dos dois e escolher onde ia botar o nome. Quando era formulário eletrônico não tinha jeito.” (Bruno)*

A literatura aponta que há alguns questionamentos, por parte da sociedade, relacionados à homoparentalidade, principalmente voltados ao fato de que esta configuração é formada, na maioria das vezes, por duas pessoas que portam o mesmo sexo biológico. Existe uma tendência a associar as funções parentais com o sexo biológico dos pais, promovendo a crença de que a função materna, relacionada aos cuidados iniciais com o bebê, deve ser exercida por uma figura feminina (Maracajá & Batista, 2014; Zambrano, 2006).

Em contrapartida, alguns entrevistados fizeram observações que sugerem não terem vivenciado episódios de preconceito explícito por conta de sua orientação

sexual. Nos casos em que os entrevistados citaram vivências preconceituosas e de discriminação, foram apontadas situações relacionadas ao racismo, por terem filhos negros (7) e à dificuldade de inclusão de crianças com deficiências nas escolas (3).

*“A gente não percebeu nenhum tipo de preconceito em relação a nossa sexualidade. (...) A gente percebeu preconceito em relação à questão de inclusão à crianças com deficiência.” (Cláudio)*

*“Cara, desafio que eu encontro, que me irrita um pouquinho assim, é.. Nós somos brancos e elas são pretas. Então assim, além de sermos dois pais andando no shopping, elas são pretas. Então chamam mais atenção ainda. É inevitável. É óbvio. Se fossem duas meninas brancas, talvez chamaria menos atenção. Você entende? Mas além de ser dois pais, elas são pretas. Isso gera um pouco ainda de.. a gente percebe alguns olhares.” (Giovane)*

*“Mais de racismo do que de homofobia. Já passou sim. (...). Isso foi (marido) que passou com ele. Ele (filho) tava correndo na frente pra entrar no prédio e nisso foi saindo uma mulher e ai ela falou: ‘O quê que você quer?’ Ai ele falou: ‘Eu quero entrar no prédio’. ‘Não. Você não vai entrar não. Você não mora aqui’. (...) Porque ele não mora nesse prédio? Porque ele é preto? Seria isso? Provavelmente na cabeça dela deve ser por isso, né?(...) Uma vez na padaria no nosso bairro também. (...) O (filho) adora correr. Ai ele saiu correndo e foi mexer no negócio de picolé e o cara foi meio brusco com ele, sabe? Eu não sei se ele falaria daquele jeito com outra criança se ela fosse mexer ali e fosse branca.” (Vinícius)*

Consideramos que o fato dos entrevistados sugerirem que não experienciaram situações homofóbicas se apresenta como forma de atenuar vivências discriminatórias, assemelhando-se à mecanismos de defesa que auxiliam no processo de elaboração de experiências difíceis e/ou traumáticas. As falas de Samuel exemplificam bem a questão, pois em um primeiro momento ele considera não ter sofrido preconceito. *“Não. Eu não vou mentir pra você. Eu não tive nenhum problema. Eu não sofri preconceito.” (Samuel)*. Todavia, posteriormente, relata uma situação em que teve problemas em relação ao filho.

*“Porque eu tive problema na igreja daqui pra batizar o (filho). (...) Ele*

*(padre) perguntou assim: 'Qual é o nome da mãe?' Eu respondi: 'Você tá vendo ela. Eu sou a mãe dele. Você leu a certidão de nascimento? Vai até embaixo que você vai ver os nomes dos responsáveis da criança'.*" (Samuel)

As falas abaixo, de Júlio e Cláudio, ilustram a relação da homossexualidade com as esferas pública e privada. Na vida pública, em que há interação com o meio social, pessoas homossexuais estão mais suscetíveis a vivenciar discriminações por conta da estigmatização que sofrem. Por outro lado, na vida privada, em muitos casos, há seleção de pessoas que apresentem maior aceitação e receptividade quanto a orientação sexual para estabelecer relações mais próximas, o que protege de situações de constrangimento. Júlio aponta que, por ter comportamentos discretos, vivenciou poucas situações de preconceito nos espaços públicos que frequenta. Já Cláudio aponta uma diferença entre colégios públicos e particulares. Segundo ele, sua família não é alvo de preconceito no ambiente escolar do filho pelo fato de seu colégio ser privado. Deste modo, considera ter mais liberdade para realizar cobranças e exigir respeito, não se submetendo à situações preconceituosas.

*"A gente ia sempre a shopping, teatro, cinema. Tava sempre passeando, viajando e nunca tivemos problema nenhum. Mas também vai muito da forma como a gente se porta. Nós não somos um casal homoafetivo pintosa.(...) Então acho que a gente passou por pouco preconceito."* (Júlio)

*"A gente não percebeu nenhum tipo de preconceito em relação a nossa sexualidade. (...) E também tem a seguinte questão.. existem dois cenários. É complicado um casal gay num colégio público, em que você não arca com nada, pra falar de um casal gay num colégio particular, em que você paga e não paga barato. Entendeu? Acho que se fosse um colégio público, a gente poderia sofrer algum tipo de discriminação. Mas como a gente tá pagando pra ele estudar, a gente não percebeu nenhum tipo de discriminação não."* (Cláudio)

A despatologização da homossexualidade fez surgir um novo estereótipo, que impõe características tidas como heterossexuais como forma de promover maior aceitação da homossexualidade. Desse modo, ao se portar de forma discreta e mais masculinizada, gays reproduzem o padrão do homem viril, potente e másculo, criando a ilusão de serem aceitos socialmente e não sofrerem preconceitos em

locais públicos (Kronka, 2003).

#### 4.3.4.2 Compartilhamento dos cuidados parentais

O padrão heteronormativo também perpassa a execução dos cuidados parentais, os quais serão discutidos nesta subcategoria. Em relação aos cuidados parentais, grande parte dos participantes apontou que ambos os pais realizam todas as atividades relacionadas aos cuidados com os filhos, havendo apenas divisão de tarefas em termos de afinidade, turnos, dias da semana e/ou disponibilidade de horários. Esta forma de organização, apontada pelos entrevistados, sinaliza a busca pela não reprodução dos padrões heteronormativos, nos quais algumas tarefas são consideradas femininas ou masculinas.

*“As rotinas sempre foram divididas igualmente. Uma coisa que a gente sempre pautou muito antes do (filho) chegar é que a gente não reproduziria na nossa relação os padrões da heteronormatividade. Então ambos cumpririam as atividades paterna e materna. A gente só dividia os horários. Como eu sempre fui uma pessoa mais do dia, eu segurava as pontas do dia. Como ele sempre foi uma pessoa mais da noite, (...) ele sempre foi mais um pai da noite. (...) A gente paternava e maternava o (filho) em horários diferentes, mas ambos fazendo tudo.” (Bruno)*

*“Ele (marido) é psicólogo e gosta muito dessa parte do desenvolvimento pedagógico. Eu já gosto mais da questão de botar a mão na massa, de ir pra cozinha, cozinhar. Então a gente faz essa troca. Eu fico na cozinha fazendo o almoço, fazendo as coisas e ele fica cuidando dos meninos em relação à questão do ensino.” (Cláudio)*

*“Essa função já foi se dividindo desde quando a gente foi morar junto, né?! Eu sempre gostei mais de organizar a casa e aí já tomava as rédeas de algumas coisas. (...) Então naturalmente eu fui pegando umas tarefas da nossa vida em comum pra mim. E quando o (filho) chegou meio que foi assim também.” (Fernando)*

A literatura aponta que uma menor rigidez em relação ao desempenho de papéis sociais concede um novo entendimento acerca da relação entre funções parentais e gênero, possibilitando maior visibilidade e aceitação da homoparentalidade (Zambrano, 2006). Essa configuração é marcada por uma

flexibilização de papéis, promovendo uma alternância entre os parceiros na realização de atividades e funções. Esse revezamento não segue os padrões tradicionais e é organizado de acordo com disposições, características e fatores que possibilitem ou favoreçam a execução de cada atividade, independente do gênero de quem as executa e da forma como são vistas socialmente (Borges, Magalhães & Féres-Carneiro, 2017; Rodriguez & Paiva, 2009).

#### 4.3.5 Valorização da Rede de Apoio

Nesta categoria abordaremos a importância e valorização da rede de apoio às famílias homoafetivas, buscando analisar sua constituição e como estes pais contam com o suporte oferecido por suas redes. Ao observar o discurso dos entrevistados, pôde-se notar, na maioria deles, uma busca por independência e autonomia nos cuidados com os filhos desde sua chegada, buscando dar conta de todas as atividades relacionadas a eles. Contudo, há valorização da rede de apoio, apontada como sendo majoritariamente constituída por familiares e amigos próximos e reconhecimento de sua importância como suporte às atividades parentais.

*“Não. No início foi bem barra pesada porque era dividido entre a gente e a gente tava sempre atrasado pra pegar o (filho) no colégio. (...) Foi bem complicado. Depois que a gente mudou pra cá, resolveu todos os problemas. Não só porque as coisas são todas perto, como a gente tem o apoio aqui dos meus sogros e do meu cunhado, o que ajuda muito.” (Vinícius)*

*“Assim, no geral quando tá comigo não. Quando eu preciso de um help aí tem a (ajudante), que trabalha lá no (ex-marido/pai) e cuidava dele desde que ele chegou. (...) Tipo, às vezes eu tenho um trabalho de manhã.. aí ela vem, pega ele (filho), leva no inglês, trás, aí já fica aqui com ele fazendo o dever, essas coisas. Adiantando ele pra almoçar. E eu fico na cozinha. Então assim, a (ajudante) é um botãozinho de emergência. Mas no geral eu tento levar tudo sozinho.” (Fernando)*

*“Eu não tenho filho pra avó criar. Eu tenho um filho pra eu criar. Só quando ele era bebê, que eu trabalhava na lona do bairro. Então quando tinha espetáculo, eu não podia ter um bebê de 2 anos dentro do espetáculo. Aí ele ficava na minha*



*sogra. Mas nunca dormiu lá. Se eu saísse meia noite, eu tava lá pra pegar o (filho).” (Samuel)*

Estudos apontam a importância da rede de apoio social para o indivíduo, contribuindo para o seu bem-estar e promovendo auxílio para o enfrentamento de situações de crise (Lomando et al, 2011; Silveira et al, 2016). Em relação à parentalidade, considera-se que as redes de apoio possuem importante papel na formação e desenvolvimento infantil (Seibel et al, 2017), oferecendo apoio e ampliando as possibilidades de socialização dos filhos (Brand, Zaidman-Zait & Most, 2018; Coltro, Paraventi & Vieira, 2020).

Em relação à família extensa, a maioria dos participantes (7) sinalizou que houve boa aceitação quanto ao processo adotivo. Destes, Fernando e Bruno apontaram que inicialmente suas famílias apresentaram certo receio, seja por conta da adoção em si ou por desconhecerem os aspectos da parentalidade homoafetiva. Entretanto, após a conclusão do processo, os familiares passaram a apoiar a decisão e a oferecer suporte a eles. Em contrapartida, observou-se que Ricardo e João Paulo sentiram dificuldade em lidar com alguns membros da família após se tornarem pais.

*“De início, bem lá no início, há 10 anos, quando eu falava em ser pai, eu sentia uma mistura de alegria das pessoas, mas ao mesmo tempo de medo. Porque era também muito novo né?! As pessoas não sabiam como é que seria gay sendo pai, lésbica sendo mãe. Então você falar sobre isso, mesmo com aquelas pessoas que eram mais abertas, causava certa insegurança. Mas com doses homeopáticas, falando sobre isso sempre, com calma, a realidade foi mudando. (...) Mas quando o (filho) chegou... quando a informação que era só um plano se concretizou, houve uma mudança real esensível no comportamento do meu sogro e do meu pai, que eram as pessoas mais resistentes. E mudaram da água pro vinho, literalmente. Passaram a estar muito mais perto inclusive da gente em função da chegada do neto. E abraçaram realmente como o neto que é.”(Bruno)*

*“A gente queria muito, então assim, a gente agarrou a oportunidade. Todo mundo da família falando: ‘Vocês são malucos. Isso não vai dar certo. Vocês são doidos.’ E a gente assim.. apreensivo sempre, né?! Então as famílias, no início, ficaram muito.. ‘Será que isso vai dar certo?’ Mas as famílias entraram de cabeça no projeto. Teve esse abraço, esse.. eu fiquei bem surpreso com a minha família,*

*ne?! Uma família nordestina, uma coisa mais.. uma mente, uma cabeça mais.. Mas assim, eles foram maravilhosos. Todos. Sem nenhum preconceito. Sem nenhum tipo de distinção no tratamento, de nada.” (Fernando)*

*“A pessoa que assim, teve resistência ou que ficou meio sem entender, contrariada, foi o meupai, entendeu? Eu acho que na cabeça dele não caiu muito bem, sabe? Tanto que a gente ficou muito chateado. O (marido) principalmente, ficou muito chateado. Porque a gente ia na casa dos meus pais.. Engraçado porque o meu pai tratava a gente super bem. Eu e o (marido), sabe? Ele não tem problema nenhum. Ele não tinha problema nenhum com a gente e tal. Mas a questão da gente adotar um menino, uma criança.. Na cabeça dele, ele acha que isso é errado. Ele é muito conservador, sabe? Ele falava com a gente, mas não falava com a criança, entendeu? E isso causava uma estranheza e a gente ficou muito chateado. (...) A gente nem entendia, porque ele tratava a gente super bem. Mas é como se o menino não existisse, entendeu?” (João Paulo)*

*“Quando a gente era casados, sem filhos, era mais ou menos normal. Aí quando a gente teve filho, eles (primos do marido)... é uma sensação pessoal minha. Mas parece que a gente roubou uma coisa que era só deles. Dos casais héteros. Entendeu? Tipo assim.. ‘A gente podia ter filhos. A gente é superior. Agora se vocês podem ter filhos, eu não sou mais superior como hétero.’ (...) Aí quando a gente teve filho ficou naquela: ‘Agora não somos mais especiais. Eles tem tudo que a gente tem.’ (...) E eu senti uma separação que não tinha antes da gente ter filho.” (Ricardo)*

Medeiros (2006) aponta que relacionamentos homoafetivos são, em alguns casos, promotores de afastamento de familiares e amigos. A estigmatização e patologização da homossexualidade e a tomada da heterossexualidade como norma social criam situações para impedir a igualdade de direitos entre as diversas orientações sexuais com o objetivo de provocar um distanciamento entre elas. Como exemplo podemos citar a tentativa de impedir a oficialização do casamento e filiação por pessoas homossexuais, direitos que foram exclusivos dos heterossexuais por muito tempo (Kronka, 2003). A partir da fala de Ricardo, pôde-se notar que sua percepção sobre o afastamento do primo é atravessada por estas ideias, marcando uma suposta superioridade dos heterossexuais. Seguindo este raciocínio, Tarnovski (2004) ressalta que em famílias homoparentais há uma

escassez de redes de apoio social, o que as tornariam ineficazes e afetariam o exercício da parentalidade.

Não obstante, a maior parte dos entrevistados considera sua rede de apoio ampla, consistente e promotora de suporte, o que diverge dos dados encontrados por Tarnovski (2004), visto que apenas dois dos participantes apontaram o afastamento de familiares. Nos casos de estranhamento inicial à adoção, houve aceitação posterior por parte da família, que ocorreu com a chegada do filho, corroborando as ideias de Sanches, Pelissoli, Lomando e Levandowski (2017), que pontuam que, apesar da crise gerada pelo relacionamento homoafetivo, há posterior aceitação e reaproximação da família de origem.

Ao analisar os dados coletados pôde-se notar que grande parte dos participantes (6), além de contar com o suporte oferecido pela família extensa, também consideram os amigos como importantes componentes de suas redes de apoio.

*“Rede de apoio eu falo família. Não só aquela de sangue. Família são as pessoas que você escolhe pra conviver com você no dia a dia. Família é muito mais que sangue, né?! (...) A família é muito importante, mas os amigos também.”*  
(Júlio)

*“A gente recebe muito apoio dos amigos. Eu vou te falar que assim, elas ganharam tudo.. roupa, sapato, fralda. Eles (amigos) deram tudo. (...) E os meus amigos ficaram muito mais próximos da gente. Tem alguns que a gente carrega pra vida, né?! São nossos amigos de longa data. Nossas comadres. Nossos amigos adotivos. É muito legal isso, esse vínculo.”* (Giovane)

O contexto cultural heteronormativo apresenta especificidades que interferem na construção de relações sociais do casal homoafetivo (Rostosky, Korfhage, Duhigg, Stern, Bennett & Riggle, 2004) e, em alguns casos, promove o afastamento da família de origem (Medeiros, 2006). Devido a isso, é comum, entre os homossexuais, a formação das famílias de escolha e/ou construídas, que se formam com o objetivo de expandir as relações de apoio (Lomando, Wagner & Gonçalves, 2011). A família de escolha e/ou construída leva em consideração, para sua formação, os laços, que são, nesses casos, tão valorizados quanto os laços sanguíneos (Sanches, Pelissoli, Lomando & Levandowski, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das inúmeras modificações socioculturais que ocorreram ao longo do tempo, propiciando visibilidade à inúmeras configurações familiares, a homoparentalidade segue enfrentando desafios em uma sociedade regida pela heteronormatividade. Ao realizar um levantamento de literatura, notou-se que as pesquisas nesta área ainda são muito incipientes e marcadas pela escassez de produções relacionadas, principalmente, às famílias constituídas por casais homoafetivos, sobretudo por homens.

Evidenciou-se, nos entrevistados, o desejo precoce de ser pai, que surgiu, na maioria deles, durante o período da infância e adolescência. Pôde-se notar que a orientação sexual promoveu questionamentos acerca da possibilidade de concretização da parentalidade. Há um planejamento e organização para receber os filhos, que se mostrou a partir da resolução de questões burocráticas como, por exemplo, a compra de casas e apartamentos e a oficialização do casamento.

Concluiu-se que, ao considerarem as formas disponíveis para viabilizar a parentalidade, casais homoafetivos masculinos privilegiam a adoção como forma de efetivá-la. Essa escolha foi propiciada pelo fator econômico; pela trajetória individual dos adotantes e pelo receio de criar-se um vínculo entre o bebê e a mulher que se propôs a gestá-lo, nos casos de gestação substituta. A realização de um processo adotivo impõe um trabalho psíquico voltado para aceitação da impossibilidade de gerar filhos. Os adotantes devem estar disponíveis para considerar a história pregressa da criança, o que impõe uma desconstrução da imagem idealizada do filho e das fantasias relacionadas à parentalidade.

Em relação ao perfil das crianças adotadas, foi possível notar que famílias homoparentais masculinas possuem maior flexibilidade, buscando realizar, por exemplo, adoções tardias. Houve uma busca por similaridade com o processo de filiação biológico, em relação ao sexo dos filhos, o qual foi considerado irrelevante para a adoção. Não houve preferências em relação à cor de pele da criança a ser adotada e pôde-se notar maior disponibilidade em adotar grupos de irmãos. Crianças com estas características não se encontram no perfil mais buscado pelos adotantes. Pondera-se que a flexibilidade das famílias homoafetivas masculinas, em relação ao perfil adotivo, deve-se à identificação entre estes sujeitos e este grupo de crianças.

Outro ponto relevante a ser destacado é o fato de os pais homossexuais

optarem por conversar com seus filhos sobre suas orientações sexuais e sobre as características de sua formação familiar. Isto ocorreu apesar do surgimento de preocupações sobre como abordar este tema com os filhos, do receio de ter sua capacidade parental questionada e de gerar uma exposição pública que leve à situações de preconceito e discriminação. Estas famílias demonstraram maior abertura para tratar, com os filhos, sobre temas como, por exemplo, diversidade, o que revela a importância dada a certos valores como respeito e liberdade de escolha.

Ao analisar os atravessamentos da heteronormatividade nas famílias homoparentais, pôde-se notar que este padrão influencia os relacionamentos familiares. A entrada dos filhos na adolescência, momento marcado pelo despertar da sexualidade, propiciou o surgimento de inúmeras fantasias relacionadas a uma possível influência da orientação sexual dos pais sobre a sexualidade dos filhos. Embora famílias homoparentais demonstrem disponibilidade para lidar com a possibilidade dos filhos serem homossexuais, ainda manifestam o desejo de que os filhos se adequem ao padrão de normatividade vigente.

Em relação a situações preconceituosas, concluiu-se que a sociedade ainda não se encontra totalmente preparada para receber famílias formadas por dois homens, pois não oferece, por exemplo, estruturas adequadas para que estes cuidem de seus filhos em espaços públicos. O preconceito tácito, que ocorre muito por meio de olhares, foi citado entre os participantes como promotor de incômodo à essas famílias. No tocante ao preconceito explícito, observamos que houve uma tentativa por parte dos entrevistados de atenuar vivências discriminatórias, possivelmente como forma de lidar com experiências difíceis e/ou traumáticas. Ao falar de discriminação e preconceito, situações relacionadas ao racismo e à dificuldade de inclusão de crianças com deficiência nas escolas foram preponderantes sobre situações de homofobia.

Os cuidados parentais são muito influenciados, socialmente, pela heteronormatividade, por conta de uma divisão de tarefas e funções pautadas nos papéis de gênero. Em famílias homoparentais há maior flexibilidade de papéis e ambos os pais executam todas as atividades de cuidado com os filhos. Considera-se que esta forma de organização dos cuidados parentais representa um desejo de não reproduzir os padrões heteronormativos de relações sociais, visto que as

funções parentais não se relacionam com o sexo portado pelo genitor e/ou cuidador.

Quando se trata de rede de apoio, embora os pais busquem autonomia e independência no cuidado com os filhos, reconhecem e valorizam o suporte oferecido por suas redes. A adoção foi bem recebida pela família extensa de grande parte dos participantes, ainda que em alguns casos tenham surgido, inicialmente, questionamentos e receios por desconhecerem as especificidades deste tipo de parentalidade. O afastamento dos familiares, relacionado comumente ao preconceito dirigido aos casais homoafetivos, que repercute na diminuição das redes de apoio, não foi relatado com frequência. Os participantes consideraram suas redes de apoio amplas e consistentes. Os amigos foram citados como importantes componentes da rede de apoio, constituindo o que é conhecido como família de escolha e/ou construída.

Ao longo das entrevistas foi possível notar a emoção dos participantes ao relembrar a história de formação de suas famílias e o momento de chegada dos filhos. A comunidade LGBTI+ possui conquistas muito recentes e devido a isso muitos dos entrevistados tiveram participação importante na busca por igualdades de direitos. Todos os participantes apontaram a importância de ampliar os estudos nesta área para que famílias formadas por casais homoafetivos ganhem cada vez mais visibilidade e os pais tenham mais recursos e amparo social para exercerem a parentalidade. Deste modo, espera-se que as reflexões tecidas ao longo deste estudo possam contribuir para maior inclusão das famílias homoparentais, auxiliando no processo de desconstrução da imagem estigmatizada que ainda recai sobre a homoparentalidade na contemporaneidade.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, D. (2002). *No bico da cegonha: Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Amazonas, M.C.L.A., Veríssimo, H.V., & Lourenço, G.O. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), pp.631-641.

Amim, I. D., & Menandro, P. R. M. (2007). Preferências por características do futuro filho adotivo: manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11(2), pp.241-252.

Andrade, R.P., Costa, N.R.A., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), pp.241-252.

Araldi, M.O., & Serralta, F.B. (2019). O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, pp. 1-10.

Arán, M. (2005). Políticas do desejo na atualidade: O reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Lugar Comum*, pp. 73-90.

Arán, M., & Correa, M. V. (2004). Sexualidade e política na cultura contemporânea: O reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 14(2), pp.329-341.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Ariès, P. (1982). Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: Ariès, P. Bejin, A. (Org.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. (pp. 77-92). São Paulo: Brasiliense.

Badinter, E. (1992). *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Badinter, E. (2011). *O conflito, a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.

Bardin, L.(2015). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bernardi, D. (2017). Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. *Psicologia Revista São Paulo*, 26(1), pp. 59-80.

Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), pp. 47-62.

Blankenheim, T., & Oliveira-Menegotto, L.M. (2018). Homoparentalidade: Um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), pp.243-249.

Borges, C.C., Magalhães, A.S., & Féres-Carneiro, T. (2017). Nadando contra a corrente: a vivência conjugal de homens gays e a heteronormatividade. *Psicologia em Estudo* (online), 22, pp. 597-608.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas*. Campinas: Papirus.

Brand, D., Zaidman-Zait, A., & Most, T. (2018). Parent couples’ coping resources and involvement in their children’s intervention program. *Journal of Deaf Studies and DeafEducation*, 23(3), pp. 189–199.

Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: Carvalho, A. M. (Org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*, (pp. 115 - 130). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cadoret, A. (2002). *Des parentes comme lês autres: homosexualité et parente*. Paris, France: Odile Jacob.

Cadoret, A. (2007). L’homoparenté: um révélateur de l’ordre familial? *Recherches Familiales*, 4(1), pp. 47-57.

Campos, M.R.M., & Matta, G.C. (2007). A construção social da família: elementos para o trabalho na atenção básica. In Morosini, M.V.G.C., & Corbo, A.D’A. (Orgs.). *Modelos de atenção e a saúde da família*, (pp.107-150) Rio de Janeiro: ESPJV/FIOCRUZ.

Candido, A. (1951). “The Brazilian Family”. In: Smith, T.L. (Org.). *Brazil*,



*portrait of half a continent*. Nova York: Marchand General.

Cardoso, V. L., & Baiocchi, A. (2014). Preparação para adoção: o começo de uma nova família. In C. Ladvocat, & S. Diuana (Eds.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (pp. 53-64). São Paulo, SP: Roca

Cataldo, U.H.P. (2019). A família de ontem e de hoje: desagregação ou transformação?.

*Brazilian Journal of Development*, 5(6), pp. 5037-5050.

Ceccarelli, P.R. (2002). Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, Ano XV(161), pp.88-98.

Ceccarelli, P.R. (2008). A invenção da homossexualidade. *Bagoas*, (2), pp. 71-93.

Chasin, A. (2000). *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market*. New York: St.Martin's Press.

Coltro, B.P., Paraventi, L., & Vieira, M.L. (2020). Relações entre parentalidade e apoiosocial: revisão integrativa de literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), pp. 244 – 269.

Costa, J.F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.

Costa, L. F., & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), pp. 221-230.

Costa, N. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), pp. 425-434.

Costa, I., Slenes, R., & Schwartz, S. (1987) “A Família Escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17(2), pp. 245-295.

Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando famílias*, 17(1), pp. 28-40.

Cúnico, S. D., Arpini, D. M. & Cantele, J. (2013). A impossibilidade no exercício da paternidade: algumas reflexões. *Psicologia em revista*, 19(3), pp. 353-370.

Dieter, C.T. (2012). As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. *IBDFAM*.

Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14(1), pp. 73-80.

Evangelista, V.M.A., & Constantino, E.P. (2013). A relevância das redes de apoio social durante a infância. *Estudos*, (17), pp.217-232.

Faria, S. C. (1992). Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia. *Cadernos Candido Mendes. Estudos Afro-Asiáticos*, (23), pp. 123-125.

Faria, S.C. (1997). História da família e demografia histórica. In: Cardoso, C.F., & Vainfas, R. (Orgs.) *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Faro, J.P. (2015). Uma nota sobre a homossexualidade na história. *Revista Subjetividades*, 15(1), pp. 124-129.

Felippi, G., & Itaquí, L.G. (2015). Transformações dos laços vinculares na família: uma perspectiva psicanalítica. *Pensando Famílias*, 19(1), pp. 105-113).

Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In Moreira, L.V.C., & Rabinovich, E.P. (Orgs.). *Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História* (pp. 117-134). Curitiba: Editora Juruá.

Fernandes, A.R. (2010). *O poder nas relações conjugais: uma investigação fenomenológica sobre as relações de poder no casamento*. São Paulo, SP: Annablume.

Ferrari, I.F., & Andrade, M.R.M. (2011). Casar, filiar, procriar: reivindicações na homossexualidade masculina. *Tempo Psicanalítico*, 43, pp. 25-43.

Ferre, N.P. de L. (2001). Identidade, diferença e diversidade: manter viva a

pergunta. In Larrosa, J., & Skliar, C. (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença* (pp. 195-214). Belo Horizonte: Autêntica.

Finco, D. (2003). Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. *Pro-Posições*, 14(3), pp. 89-101.

Fiorini, L.G. (2017). Subjetividades em transição, parentalidades contemporâneas: diversidade e diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), pp.91-102.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.

França, M. R. C. (2009). Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 17(1), pp.21-33.

Freyre, G. (1958). *Casa-grande e senzala* (9ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre, G. (1977). *Sobrados e mucambos*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Fry, P., & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense.

Garcia, M.R.V., Wolf, A.G., Oliveira, E.V., Gonçalves, L.O., & Oliveira, M. (2007). Não podemos falhar: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: Grossi, M.P., Uziel, A.P., Mello, L. (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (1ª ed). (pp. 277-299). Rio de Janeiro: Garamond.

Ghirardi, M.L.A.M.A. (2015). *Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Primavera Editorial.

Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M. (2016). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), pp. 41-64.

Giddens, A. (2003). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C. D., Oliveira, U. B. D., & Nakano, T. D. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), pp. 161-170.

Gorin, M.C., Mello, R., Machado, R.N., & Féres-Carneiro, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Revista da SPAGESP*, 16(2), pp. 3-15.

Green, J.N. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp.

Grossi, M.P. (2003). Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, pp. 261-280.

Gurgel, L.L., & Uziel, A.P. (2019). “E se essa criança for gay?: Heteronormatividade e Homoparentalidade em cena. *PSI UNISC*, 3(2), pp.17-34.

Hall, C.(1989). Sweet Home. In M. Perrot. (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra* (V.4, Cap. 1, pp. 47-76). São Paulo: Companhia das Letras.

Henriques, C.R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A.S. (2006). Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia*, 16(35), pp. 327-336.

Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In: Solis-Ponton, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Juliano, M.C.C., & Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), pp.135-154.

Kronka, G.Z. (2003). Corpo, desejo e poder: identidade e subjetividade no discurso (homo)erótico. *Cadernos AEL*, 10(18/19), pp. 153-181.

Ladvocat, C. (2014). Campo clínico da prevenção na adoção. In: C. Lavocat & S. Diuana (Eds), *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família* (p.149-157). São Paulo, SP: Roca.

Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Lebovici, S. (2004). Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Leibovici. In L.Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio* (pp. 21-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lévi-Strauss, C. (1972). *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro: Vozes.

Levinzon, G. K. (2004). *Adoção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo

Levy, L., & Gomes, I. C. (2017). Grupos de preparação à adoção: dos pretendentes às crianças. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: teoria, pesquisa e clínica* (p. 157-174). Rio de Janeiro, RJ: Prospectiva & PUC-Rio.

Lima, R. L. S., & Moraes, R.M. (2011). “O mito do não amor paterno”: o papel masculino na paternidade. In: II SIRGES: *II Simpósio Regional de Gênero e Sexualidades* (pp. 1-73). Caruaru, PE: Faculdade Vale do Ipojuca.

Lira, A.N., Moraes, N.A., & Boris, G.D.J.B. (2016). Concepções e modos de viver em família: A perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), pp.1-10.

Lira, A.N., Moraes, N.A., & Boris, G.D.J.B. (2016). (In)Visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), pp.20-33.

Lomando, E., Wagner, A., & Gonçalves, J. (2011). Coesão, adaptabilidade e rede social no relacionamento conjugal homossexual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(3), pp. 96-109.

Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2015). Homens ecuidado: uma outra família?. In Costa, A.R.A., & Vitale, M.A.F. (Orgs.). *Família, redes, laços e políticas públicas* (6a ed., pp. 91-106). São Paulo, SP: Cortez.

Macedo, J. P., Dimenstein, M., Sousa, H. R., Costa, A. P. A., & Silva, B. I. B. M. (2018). A produção científica brasileira sobre apoio social: tendências e invisibilidades. *Revista Gerais*, 11(2), pp. 258–278.

- Machado, R.N., Féres-Caneiro, T., & Magalhães, A.S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), pp. 442-451.
- Machado, R.N., Féres-Caneiro, T., Magalhães, A.S., & Mello, R. (2019). O mito de origem em famílias adotivas. *Psicologia USP*, 30, pp. 1-10.
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (Re)Afirmado seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), pp.350-359.
- Magalhães, A.S., & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 10(16), pp. 243-255.
- Maracajá, M., & Batista, J. (2014). A filiação homoparental sob a ótica da psicanálise: uma contribuição ao direito das famílias. *Revista Dat@venia*, 6(2), pp.57-73.
- Martinez, A.L.M. (2013). Famílias homoparentais: tão diferentes assim?. *Psicologia em Revista*, 19(3), pp.371-388. Belo Horizonte.
- Martins, C.A., Abreu, W.J.C.P., & Figueiredo, M.C.A.B. (2017). Tornar-se pai ou mãe: o desenvolvimento do processo parental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 6(4), pp. 146-161.
- Matos, M.G., & Magalhães, A.S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista São Paulo*, 28(1), pp. 151-173.
- Medeiros, C.P. (2006). “Uma família de mulheres”: Ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas*, 14(2), pp. 535-547.
- Meletti, A.T., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), pp.37-49.
- Metcalf, A. (1992). Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822. Los Angeles, CA: Califórnia University Press.
- Minayo, M.C.S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), pp.01-12.

Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. (J.A.Cunha, Trad). Porto Alegre:Artes Médicas.

Morelli, A.B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T.V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), pp.175-194.

Moro, M. R. (2005). Os Ingredientes da Parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8(2), pp. 258-73.

Mosmann, C.P., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia*, 16(35), pp. 315-325.

Muaze, M. (2011). Por uma micro-história da família. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, pp. 1 – 16.

Nunan, A. (2003). *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai.

Outeiral, J. (2007). Famílias e contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), pp. 63-73.

Ozório, C.D., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A.S. (2017). Casamento dos pais e conjugalidade dos filhos: do modelo tradicional ao contemporâneo. *Pensando Famílias*, 21(1), pp. 19-32.

Pacheco, R.A. (2015). As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização. *Stylus Revista de Psicanálise*, (30), pp. 165-174.

Padila, M. A. R. (2001). La paternidad y el mundo de los afectos. *Revista FEM*, 25(219), pp. 01-08.

Parseval, G. D. (1999). La construction de la parentalité dans les couples de même sexe. In Borillo, D. & Fassin, E (Orgs.). *Au-delà du PaCs: l'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris, France: Presses Universitaires de France, pp. 229-248.

Passos, M.C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17(2), pp.31-40.

Pedro, I. C. S., Rocha, S. M. M. & Nascimento, L. C. (2008). Apoio e rede social em enfermagem familiar: Revendo conceitos. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 16(2), pp. 324-327.

Peiter, C. (2011). *Adoção, vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos feministas*, 14(3), pp. 709 – 730.

Pombo, M.F. (2019). Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. *Psicologia USP*, 30, pp. 1-10.

Pombo, M.F. (2017). Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e *queer*. *Periódicus*, 1(7), pp. 388-404.

Pontes, M.F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A.S. (2015). Famílias homoparentais ematernidade biológica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), pp. 189-198.

Pontes, M.F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A.S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), pp.276-286.

Rangel, M.P., & Sarriera, J.C. (2005). Redes sociais na investigação psicossocial. *Aletheia*, (21), pp.53-67.

Reinke, C.A., Schemes, C., Magalhães, M.L, & Keske, H.A.G. (2017). Homossexualidade masculina e suas marcas históricas. *MÉTIS: história & cultura*, 16(31), pp. 275-290.

Reis, T. (Org.) (2018). Manual de comunicação LGBTI+. (2a ed). Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino.

Reis, M., Ramiro, L., Tomé, G., Fischer, R., Neufeld, C.B., & Matos, M.G. (2016). A identidade de gênero e a influência das atitudes face à homossexualidade/homoparentalidade entre luso-brasileiros. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 17(3), pp.311-325.



Ribeiro, C.R., Gomes, R., & Moreira, M.C.N. (2015). A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), pp. 3589-3598.

Ribeiro, C., Mendes, L., Couto, D., & Azevedo, J. (2017). Homoparentalidade: reflexões sobre a constituição psíquica da criança adotada. *Estilos da Clínica*, 22(3), pp.522-539.

Ribeiro, J., Souza, F.N., Lobão, C. (2018). Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(10), pp.3-7.

Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), pp. 143-154.

Rodriguez, B.C., & Gomes, I.C. (2012). Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, 62(136), pp. 29-36.

Rodriguez, B.C., Merli, L.F., & Gomes, I.C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas em Psicologia*, 23(3), pp.751-762.

Rodriguez, B. C., & Paiva, M.L.S.C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo – Revista do NESME*, 1(6), pp. 13- 25.

Rolim, P.D.S., & Carlesso, J.P.P. (2019). A parentalidade no contexto da homoafetividade masculina. *Research, Society and Development*, 8(10), pp. 1-17.

Rosa, T.E.C., & Benício, M.H.D.A. (2009). As redes sociais e de apoio: o conviver e a sua influência sobre a saúde. *Envelhecimento & Saúde* (47), pp.80-83.

Rosa, J.M., Melo, A.K., Boris, G.D.J.B., & Santos, M.A. (2016). Papéis parentais em casais homoafetivos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), pp. 210-223.

Rosa, J.M., & Pessôa, L.F. (2019). Homoparentalidade masculina e os sistemas de cuidados parentais. *Interação em Psicologia*, 23(2), pp. 157-166.

Rostosky, S.S., Korfhage, B.A., Duhigg, J.M., Stern, A.J., Bennet, L., & Riggle, E.D.B. (2004). Same-sex couple perceptions of family support: a consensual qualitative study. *FamilyProcess*, 43(1), pp. 43-57.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Samara, E. M. (1989). *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero.

Samara, E. M. (1992). Novas imagens da família “à brasileira”. *Psicologia USP*, 3(1/2), pp. 59-66.

Samara, E.M. (2002). O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, 13(2). Acesso em 18 de novembro de 2020, em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004).

Samara, E.M. (2004). *A família brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Sampaio, D.S., Magalhães, A.S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26(1), pp. 311-324.

Sampaio, D.S., Magalhães, A.S., & Machado, R.N. (2020). Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia em Estudo*, 25, pp.1-15.

Sanches, I.R., Pelissoli, M.S., Lomando, E.M., & Levandowski, D.C. (2017). Rede de apoio social de famílias homoafetivas formadas por mulheres. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(2), pp.176-193.

Sant’Anna, M.S., & Daspett, C. (2007). O pote de ouro no final do arco-íris: casais e famílias homossexuais. In: A.L. Horta & M.R. Feijó (Orgs.), *Sexualidade na família* (pp. 161-174). São Paulo: Expressão & Arte.

Santos, J.V.O., Araújo, L.F., Negreiros, F., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. *Temas em Psicologia*, 26 (1), pp. 139-152.

Sarti, C.A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USO*, 15(3), pp. 11-28.

Sarti, C. A. (2004). O jovem na família: O outro necessário. In Novaes, R., & Vannuchi, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 115-129). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Schettini, L. (1998). *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço.

Schettini Filho, L. (2008). *Compreendendo os pais adotivos*. 2ª ed. Recife: Bagaço.

Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), pp.285-293.

Scott, A.S.V. (2009). As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debate*, (51), pp. 13-29.

Seibel, B.L., Falceto, O.G., Hollist, C.S., Springer, P., Fernandes, C.L.C., & Koller, S.H. (2017). Rede de apoio social e funcionamento familiar: Estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, 21(1), pp.120-136.

Silva, T.T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: T.T. Silva (Org).

*Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.

Silva, E., Lamy, Z., Rocha, L. & Lima, J. (2012). Paternidade em tempos de mudança: uma breve revisão da literatura. *Revista Pesquisa em Saúde*, 13(2), pp. 54-59.

Silva, D.A., Uziel, A.P., & Hernández, J.G. (2013). Esta é uma casa de família! A homoparentalidade sob o olhar de duas diferentes gerações. *Población*, 10, pp. 47-58.

Silva Neto, J.A., Strey, M.N., & Magalhães, A.S. (2011). Sobre as motivações para a conjugalidade. In: A. Wagner et al. (Orgs.), *Desafios psicossociais da*

*família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Silveira, A.O., Bernardes, R.C., Wernet, M., Pontes, T.B., & Silva, A.A.O. (2016). Rede de apoio social familiar e promoção do desenvolvimento infantil. *REFACS*, 4(1), pp. 6-16.

Singly, F. (2010). *Sociologia da Família Contemporânea*. Lisboa: Texto & Grafia. Sluzki, C.E. (1996). *La red social: fronteras de la práctica sistémica*. Barcelona: Gedisa.

Sluzki, C.E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, C.A.C.A. (1989). A homossexualidade ao longo dos tempos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38(6), pp. 321-326.

Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Tannuri, J.G.C.G., & Silva, M. (2019). Família homoparental: enfrentando a vitalidade do patriarcado. *Revista Linhas*, 20(43), pp.256-271.

Taperman, D. (2011). Família, parentalidade e época: articulações possíveis. In: Moreira, L.V.C., & Rabinovich, E. P. *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp.157-167). Curitiba, PR: Juruá.

Taques, F.J. (2007). Reconhecimento e Identidade: tensões no movimento GLBT. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007. Florianópolis.

Tarnovski, F.L. (2001). Paternidade Gay? Sentidos da masculinidade para homossexuais com filhos. In: XXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (pp.1-22). São Paulo: ANPOCS.

Tarnovski, F.L. (2004). Homoparentalidade à brasileira: paternidade homossexual em contextos relacionais. *Boletín Del Proyecto Sexualidades Salud y Derechos Humanos Em America Latina*. Chile, 8, pp. 1-8.

Tarnovski, F.L. (2004). Pai é tudo igual?: significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: Piscitelli. *Sexualidades e*

*saberes: convenções e fronteiras*, (pp.385-414). Rio de Janeiro: Garamond.

Tarnovski, F. (2010). Novas famílias, velhas tensões: definições de paternidade e maternidade no contexto das famílias homoparentais francesas. Acesso em 15 de janeiro de 2020, em [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1404/tarnovski\\_flavio.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1404/tarnovski_flavio.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Tarnovski, F.L. (2013). Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. *Cadernos Pagu*, (40), pp. 67-93.

Torres, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. *Família e individualização*, pp. 135-156.

Turato, E.R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista Saúde Pública*, 39(3), pp. 507-514.

Uziel, A.P. (2000). “Tal pai, tal filho” em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora de lugar?. *Anais do Encontro Nacional das ANPOCS*, Petrópolis, SP, Brasil.

Uziel, A.P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Uziel, A.P. (2008). Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: rimas possíveis. In: CFP (Org.). *Adoção: um direito de todos e todas* (pp. 13-16). Brasília, DF: CFP.

Uziel, A. P. (2009). Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo. *Revista Latinoamericana de Estudios de Família*, 1, pp. 104-115.

Uziel, A.P. (2012). O melhor interesse da criança e o “mal menor”: quando os requerentes são gays. *Scripta Nova*, 15, pp.1-16.

Uziel A.P., Silva C.S., & Torres I. (2007). Homoparentalidade: estratégia política e cotidiano. *Omertaa: Journal for Applied Anthropology*, pp. 118-125.

Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da*

*sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vieira, L.L.F. (2009). As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 9(2), pp. 487-525.

Vilhena, J., Souza, A.C.B., Uziel, A.P., Zamora, M.H., & Novaes, J.V. (2011). Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 11(4), pp. 1639-1658.

Vitorello, M.A. (2011) Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato amor?. *Psicologia da Educação*, 32, pp. 7-24.

Vitule, C., Couto, M.T., & Machin, R. (2015). Casais de mesmo sexo e parentalidade: um olhar sobre o uso das tecnologias reprodutivas. *Interface*, 19(55), pp.1169-1180.

Weber, L. N. D. (1999). *Laços de Ternura: Pesquisas e histórias de adoção* (2ª ed.). Curitiba:Juruá.

Weber, L. N. D. (2001). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (2003). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.

Wrzus, C., Hanel, M., Wagner, J., & Neyer, F. J. (2013). Social network changes and life events across the life span: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(1), pp. 53-80.

Ximenes, F., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*. 9(1), pp. 65-85.

Zambrano, E. (Coord.) (2006). O Direito à Homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. *Instituto de Acesso à Justiça*. pp.04-16.

Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), pp. 123-147.

Zornig, S.M.A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da

parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), pp. 453-470.

**Anexo I****Ficha com dados biográficos e socioeconômicos dos participantes**

Nome:

Idade:

Estado civil:

Naturalidade:

Escolaridade:

Profissão:

Camada social:



## Anexo II

### Roteiro de entrevista semiestruturada

**Pergunta disparadora:** Como é, para você, ser pai?

Eixo 1: Desafios enfrentados

- 1) Como se deu a decisão de ser pai?
- 2) Como foi a chegada de seu filho?
- 3) O que mudou na sua vida com a chegada de seu filho?
- 4) Você se lembra de situações que marcaram (positivamente ou negativamente) sua vivência como pai?
- 5) Para você, quais são os maiores desafios de ser pai? Como você lida com eles?
- 6) Você já vivenciou alguma situação difícil relacionada ao seu filho?

Eixo 2: Divisão de tarefas relacionadas aos cuidados parentais

- 1) Como é sua rotina, seu dia-a-dia com seu filho?
- 2) Como é feita a divisão dos cuidados em geral com a criança?

Eixo 3: Rede de apoio

- 1) Você conta com algum apoio nos cuidados com seu filho?
- 2) Como é sua rede de apoio? Como se configura? (pessoas, família, comunidade, instituições)
- 3) E a sua família, como participa dos cuidados com seu filho?

**Anexo III**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Tema da pesquisa:** Homoparentalidade masculina na família contemporânea

**Pesquisadora:** Alana de Souza Corrêa

E-mail: [alanadesouzapsi@gmail.com](mailto:alanadesouzapsi@gmail.com)

Telefone: (22) 981640081

**Orientadora:** Andrea Seixas Magalhães

E-mail: [andreasm@puc-rio.br](mailto:andreasm@puc-rio.br)

Telefone: (21) 996930442

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo geral investigar o exercício da parentalidade nas famílias homoafetivas masculinas e analisar desafios enfrentados por pais homossexuais. A justificativa desta pesquisa deve-se à lacuna de produções sobre a homoparentalidade masculina, apesar do aumento de famílias com essa configuração nos dias de hoje. A pesquisa será realizada a partir de uma entrevista individual, gravada e, posteriormente, transcrita e todos os dados de identificação permanecerão sob a responsabilidade da pesquisadora, sendo utilizados apenas com finalidade científica. Todas as informações têm caráter confidencial, mantendo-se em sigilo a sua identidade. Seu nome e de todos os indivíduos mencionados na entrevista serão substituídos por outros, fictícios. Após o término desta investigação, as gravações das entrevistas serão apagadas. O material transcrito ficará armazenado em local seguro e sigiloso, por um período de 5 anos.

Sua participação é voluntária, estando você livre para fazer as perguntas que julgar necessárias; interromper a entrevista quando assim desejar; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que possam lhe causar qualquer tipo de constrangimento. Caso você se recuse a participar ou decida interromper a sua participação, você não sofrerá qualquer penalização ou constrangimento pela decisão tomada e não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Considera-se que os procedimentos utilizados oferecem danos mínimos à sua saúde e dignidade. Entretanto, caso haja algum desconforto psicológico, como sentir-se mobilizado durante a entrevista, a pesquisadora estará preparada para o manejo da situação e, se for o caso, para interromper o procedimento. E caso sinta necessidade, poderá sugerir o encaminhamento para um atendimento psicológico.

Aparentemente você não terá nenhum benefício direto, não terá nenhum

tipo de despesa por participar desta pesquisa, e nada será pago por sua participação, entretanto esperamos converter os resultados desse trabalho em ações benéficas para a sociedade, sobretudo para a comunidade LGBTI+. Você poderá ter acesso aos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo. Além disso, ao participar da entrevista, você terá a oportunidade de refletir sobre questões pessoais, relativas a si mesmo, assim como receber um retorno com os resultados da pesquisa, se assim desejar.

Ao participar desta investigação, você estará contribuindo para um aprofundamento nos estudos sobre o exercício da parentalidade por pais homossexuais. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ou com a Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq-PUC- Rio), no endereço Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, número de telefone: (021) 3527-1618.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. O Termo de Consentimento é assinado em duas vias, sendo uma entregue ao participante e, a outra, à pesquisadora. Assinando este termo, você está autorizando a utilização das informações prestadas em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada sua identidade e a dos membros da sua família.

Fui informado(a) sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Estou assinando voluntariamente este termo, o que indica que concordo com minha participação nesta pesquisa.

---

(Entrevistado)

---

Alana de Souza Corrêa  
(pesquisadora)

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

